



## **UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

Faculdade de Educação e Psicologia

### **ABANDONO ESCOLAR PRECOCE – COMPREENDER PARA PREVENIR**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação

- Especialização em Administração e Organização Escolar -

Carla Maria Santos Comenda

Porto, março de 2016



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

Faculdade de Educação e Psicologia

**ABANDONO ESCOLAR PRECOCE – COMPREENDER PARA PREVENIR**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação

Por Carla Maria Santos Comenda

Sob orientação de Professora Doutora Ilídia Cabral

Porto, março de 2016



“Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue-o!”

(Friedrich Nietzsche, 1883)



## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Ilídia Cabral por aceitar ser orientadora desta dissertação, pela ajuda, apoio, incentivo e simpatia e, acima de tudo pelo rigor e exigência que estiveram sempre presentes e que me ajudaram na realização deste trabalho.

Ao Professor José Matias Alves pelos seminários e pelas várias propostas de leitura na área das Ciências da Educação.

À Direção do Agrupamento um especial agradecimento pela permissão para que o estudo tivesse lugar nesta instituição e pela sua disponibilidade e confiança, facilitadores do processo de recolha de dados.

Aos docentes e aos alunos que generosamente aceitaram colaborar no estudo, pois sem eles esta investigação não teria sido possível.

Às minhas colegas Manuela, Marta, Sónia e Susana pela partilha das viagens, pelo convívio, incentivo e troca de saberes e ao colega Sílvio.

A quem sempre me apoiou e me deu razões para acreditar que seria possível chegar ao final.

Agradeço à minha família, por tudo o que ela representa para mim, pelo apoio incondicional, compreensão, amor e respeito que sempre demonstraram.

Por último, o reconhecimento para com todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse possível.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!



## **Resumo**

O tema do abandono escolar é uma preocupação social, não só a nível internacional, mas também nacional, que passa pelo Estado, por diferentes agências da administração pública e pelo setor solidário social e privado. Este tema tem-se mantido atual na documentação oficial portuguesa sobre educação e estudos continuam a ser feitos no que se refere ao mesmo. A preocupação pelo abandono escolar não se confina apenas a Portugal, mas estende-se à escala europeia.

Em Portugal, pelos diversos estudos já existentes, a taxa de abandono escolar tem vindo a reduzir, no entanto, o fenómeno continua presente nos dias de hoje, mantendo-se ainda um atraso considerável em relação à meta europeia definida.

O fenómeno do abandono escolar é muito visível nos cursos profissionais, pelo que a nossa investigação visa alcançar a resposta para uma questão de âmbito geral: Que perceções têm alunos, docentes e lideranças sobre os fatores que contribuem para o abandono escolar precoce nos cursos profissionais? No sentido de obtermos resposta a esta questão procedemos à formulação de subquestões:

Como se organiza a escola para prevenir o abandono escolar precoce?

Como são diagnosticados os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?

Que ações concretas se desenrolam para evitar que os alunos em risco de abandono acabem por sair efetivamente da escola?

Como viveram e sentiram a escola os alunos que abandonaram os cursos profissionais sem concluir o 12º ano?

Como vivem e sentem a escola os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?

Para tal, procedemos a uma revisão da literatura que nos permitiu esboçar a evolução do fenómeno em termos nacionais e europeus e analisar as medidas que foram implementadas para o prevenir.

Elegemos para a nossa investigação duas técnicas de recolha de dados, a análise documental (registos biográficos dos alunos, atas dos conselhos de turma, pautas de avaliação e documentos estruturantes do Agrupamento, nomeadamente, Contrato de Autonomia, Projeto Educativo, Regulamento Interno, e Plano de Desenvolvimento do Currículo) e a realização de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram aplicadas à Diretora do Agrupamento, a um Diretor de Turma de um curso profissional, a



docentes, a alunos em risco de abandono e a jovens que abandonaram o sistema educativo.

Os dados recolhidos e analisados neste estudo permitem-nos concluir que os agentes educativos entrevistados, nomeadamente a diretora e os docentes, têm a mesma perceção relativamente aos fatores que contribuem para o abandono escolar nos cursos profissionais, identificando como principais fatores: as dificuldades económicas que levam as famílias a emigrar à procura de melhores condições de vida, a procura pela autonomia financeira, as dificuldades acumuladas que levam a um total desinteresse pela escola, também devido ao facto de pertencerem a famílias desestruturadas que muitas vezes desincentivam à frequência da escola. São também relatados os problemas de comportamento, aliados ao elevado número de faltas e à falta de empenho como fatores que normalmente conduzem a situações de abandono escolar.

As conclusões alcançadas pelo nosso estudo parecem ir ao encontro das correntes de pensamento de outros investigadores, no sentido em que apontam para a falta de respostas adequadas, por parte da escola, para a maioria das situações de insucesso, esperando que os alunos aprendam por si, o que faz com que muitos deles acabem por abandonar o sistema de ensino. Concluimos ainda que o modelo escolar que temos, com a sua tradicional e inquestionada gramática escolar, acaba por ser o maior responsável pelas situações de abandono escolar.

**Palavras - chave:** cursos profissionais; insucesso escolar; escolaridade obrigatória; abandono escolar.

## **Abstract**

The issue of early school dropout is a social concern, not only internationally, but also national, passing by the State, by different agencies of public administration and social solidarity and private sector. This issue has remained present in the Portuguese official documentation of education and researches continue to be made. The concern for the early school dropout is not confined only to Portugal but it extends to an European level.

In Portugal, by the various existing studies, the early school dropout rate has been reduced, however, the phenomenon is still present today, remaining still a considerable delay in relation to the European target set.

The phenomenon of school dropout is very visible in vocational courses, so our research aims to achieve an answer to a question of general range: What perceptions have students, teachers and leaders about the factors that contribute to early school dropout in vocational courses? In order to answer this question we proceeded to the formulation of sub-questions:

How is school organised to prevent early school dropout?

How are students at risk of early school dropout diagnosed?

What concrete actions are taken place to prevent students at risk of early school dropout from effectively dropping out of school?

How have students who left the vocational courses without completing the 12th form experienced and felt school?

How do students at risk of early school dropout experience and feel school?

In order to obtain an answer to these questions, we proceeded to a review of literature that allowed us to sketch the evolution of the phenomenon at national and European terms and analyse the measures that have been implemented to prevent it.

We have elected to our investigation two data collection techniques, document analysis (biographical records of students, minutes of class meetings, final evaluation grids and structuring documents of the School, Educational Project, Rules, and Curriculum Development Plan) and semi-structured interviews. The interviews were conducted to the School Principal, a Class Director of a vocational course, teachers, students at risk of early school dropout and young people who have dropped out the educational system.

The data collected and analysed in this study allows us to conclude that the educators interviewed, namely the School Principal and teachers have the same perception regarding the factors that contribute to early school dropout in vocational courses, identifying the main factors: the economic difficulties leading families to emigrate in search of better living conditions, the demand for financial autonomy, the accumulated difficulties that lead to a total lack of interest in school and the fact of belonging to dysfunctional families that often discourage the frequency of school. Behavioural problems and the high number of absences and lack of engagement are reported as factors that often lead to situations of school dropout.

The conclusions reached by our study seem to meet the currents of thought of other researchers to the extent that there is a lack of adequate answers, by the school, for most school failure situations, expecting students to learn by themselves, what makes them to drop out of the educational system. We also conclude, that the school model that we have, with its traditional and unquestioned grammar of schooling, tends to be the most responsible for the situation of school dropout.

**Keywords:** vocational courses; school failure; compulsory education; school dropout.

## Índice

INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO .....	4
1. O abandono escolar precoce: a situação em Portugal e na Europa .....	4
2. A evolução do sistema educativo português: o modelo escolar e o abandono ..	12
3. Políticas e programas de prevenção e remediação do abandono escolar em Portugal .....	20
PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	38
1. Questões de investigação .....	38
2. Natureza e tipo do estudo .....	38
3. Caracterização do contexto da investigação e políticas de prevenção e remediação do abandono escolar no Agrupamento Alpha .....	39
4. Métodos e Instrumentos de recolha de dados .....	44
5. Tratamento e análise de dados .....	48
PARTE III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	50
CONCLUSÃO .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	75
ANEXOS .....	85
I. Termo de consentimento informado .....	86
II. Guião para entrevista aos alunos em risco de abandono escolar .....	87
III. Transcrição da entrevista aos alunos em risco de abandono escolar .....	89
IV. Guião para entrevista aos alunos que abandonaram a escola .....	96
V. Transcrição da entrevista aos alunos que abandonaram a escola .....	98
VI. Guião para entrevista à Direção do Agrupamento .....	105
VII. Transcrição da entrevista à Direção do Agrupamento .....	108
VIII. Guião para entrevista a um Diretor de Turma do Curso Profissional .....	111
IX. Transcrição da entrevista a um Diretor de Turma do Curso Profissional .....	114
X. Guião para entrevista aos docentes de um Curso Profissional .....	119
XI. Transcrição da entrevista aos docentes de um Curso Profissional .....	122
XII. Análise de conteúdo das entrevistas .....	135

## **Índice de gráficos**

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação em Portugal: total e por sexo .....	6
<b>Gráfico 2</b> - Fontes utilizadas para a recolha nacional de dados sobre o abandono escolar precoce .....	7
<b>Gráfico 3</b> - Evolução da população entre 18 e 24 anos que não completou o ensino secundário em Portugal e na União Europeia .....	8
<b>Gráfico 4</b> - População entre os 18 e 24 anos que não completou o ensino secundário em Portugal e na União Europeia em 2012 .....	9
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Retenção e Desistência (%) por ciclo de escolaridade, Portugal, 2001-2013 .....	18

## **Índice de quadros**

<b>Quadro 1</b> – Número de alunos entrevistados, curso e ano de frequência .....	45
<b>Quadro 2</b> – Categorias de análise e fontes mobilizadas para a leitura da realidade ....	50

## **Siglas e abreviaturas**

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CEF - Cursos de Educação e Formação

CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada

CIED – Centro Interdisciplinar de Estudo Educacionais

CIS-IUL - Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DAPP - Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento

DEB - Departamento da Educação Básica

DEEP - Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento

DES - Departamento do Ensino Secundário

DGFV - Direção Geral de Formação Vocacional

DGIDC - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

GACE – Gabinete de Apoio à Comunidade Educativa

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

LFS – Labour Force Survey (Inquérito às Forças de Trabalho)

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

PEETI - Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PETI - Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

PIJVA - Programa de Integração de Jovens na Vida Ativa

PIPSE - Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo

PMSE - Programa Mais Sucesso Escolar

PNAPAE – Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar

PTE – Plano Tecnológico para a Educação

ME – Ministério da Educação

SEEI – Secretário de Estado da Educação e Inovação

SPO – Serviços de Psicologia e Orientação

TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

## **Introdução**

A educação é um elemento decisivo para garantir a realização pessoal e a participação na vida ativa. A maioria dos alunos percorre o sistema escolar com sucesso, transitando para outro nível de ensino ou para o mundo laboral. No entanto, muitos abandonam o seu percurso escolar sem as competências necessárias à transição para o mundo do trabalho ou mesmo para a vida.

O tema do abandono escolar tem-se mantido atual na documentação oficial portuguesa sobre educação, tendo sido objeto de referência no documento de abertura do ano letivo de 2013/2014. Tal preocupação estende-se à escala europeia, podendo referir-se, a título de exemplo, o estudo sobre a redução do abandono escolar precoce, realizado em junho de 2011, solicitado pela Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu, onde se aborda a escala e a natureza do abandono escolar precoce.

Também o Conselho Europeu, reunido em 2001, em Estocolmo, definiu alguns objetivos que, segundo Canavarro (2007), passam por aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação, criando um ambiente aberto de aprendizagem, tornando a aprendizagem atrativa, apoiando a cidadania ativa, a igualdade de oportunidades e a coesão social.

O tema do abandono escolar é, assim, uma preocupação social, não só a nível internacional, mas também nacional, que passa pelo Estado, por diferentes agências da administração pública e pelo setor solidário social e privado (Canavarro, 2007).

Em Portugal o estudo de tal temática é antigo, tendo mesmo em abril de 2004 sido apresentado um Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE), um plano de ação da iniciativa do Governo, da responsabilidade conjunta dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, não obstante tratar-se de um documento que se apresentou numa versão formatada, mas não finalizada (Canavarro, 2007).

Podemos afirmar que, em Portugal, pelos diversos estudos já existentes, a taxa de abandono escolar tem vindo a reduzir, no entanto, ele continua presente nos dias de hoje, mantendo-se “ainda um atraso considerável em relação à meta europeia definida para 2020 e à média da UE27, no que se refere à saída precoce e à população com Ensino Secundário...” (Estado da Educação 2012, p. 152, CNE).

Efetivamente, Portugal ainda apresenta uma taxa de abandono escolar precoce acima dos outros países da União Europeia, (19,2%), situando-se este valor nos 20,8%,

em 2012, no conjunto da União Europeia, segundo a PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo.

Apesar da taxa de abandono escolar ter vindo a diminuir nos últimos anos, como já foi referido, esta ainda não se aproximou do expectável, ou seja dos 10% propostos pela “Estratégia da Europa para a Educação 2020”.

Sublinha-se que, apesar de se registar uma evolução favorável da taxa de abandono escolar precoce em 2015, que desceu de 17,4 para 13,7%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, tal valor é elevado, o mesmo acontecendo, em média, nos países da EU, o que leva o Parlamento Europeu, na sua proposta de resolução sobre a redução do abandono escolar (2016) a considerar que “continua a ser demasiado elevado o número de alunos que abandonam a escola prematuramente” e propõe a criação de “um programa de acompanhamento dos progressos no domínio do ensino, a fim de identificar rapidamente os alunos em risco de abandono escolar, e a colocar os alicerces para a adoção de medidas específicas e eficazes, baseadas em dados reais” (Patriciello, 2016).

Canavarro (2004) refere que as crianças oriundas de níveis socioeconómicos baixos carecem de maior mobilização dos pais e das famílias em volta da Escola, fator importante para que a motivação dos alunos se mantenha. Também para Powers & Greenen, (2008, p.2) “Students from families with low incomes and education levels enter school less prepared and they are more likely to dropout than students from families with higher incomes and more schooling”.

Foram estas preocupações que nos fizeram sentir a necessidade de aprofundar o estudo do problema do abandono escolar no Agrupamento de Escolas Alpha, mais especificamente nos cursos profissionais, e procurar determinar quais as suas causas.

Com o presente estudo visamos alcançar a resposta para uma questão de âmbito geral:

Que perceções têm alunos, docentes e lideranças sobre os fatores que contribuem para o abandono escolar precoce nos cursos profissionais?

Para obtermos resposta a esta questão de investigação procedemos à formulação de subquestões:

Como se organiza a escola para prevenir o abandono escolar precoce?

Como são diagnosticados os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?



Que ações concretas se desenrolam para evitar que os alunos em risco de abandono acabem por sair efetivamente da escola?

Como viveram e sentiram a escola os alunos que abandonaram os cursos profissionais sem concluir o 12º ano?

Como vivem e sentem a escola os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?

A presente dissertação está organizada em três partes. Na primeira parte, procedemos de forma sintética ao enquadramento conceptual e teórico, realizando uma revisão da literatura a partir da qual se faz uma abordagem teórica do tema em estudo e das medidas de promoção do sucesso escolar.

Na segunda parte explicita-se a metodologia da investigação, procurando-se definir o problema, os objetivos e as questões de investigação, e apresentam-se os métodos e instrumentos de recolha de dados e as formas de tratamento dos mesmos.

Na terceira parte procede-se à apresentação e análise dos resultados alcançados, com base nas referências teóricas e empíricas que estão presentes ao longo do estudo, sendo este trabalho finalizado com as conclusões gerais onde se retomam os aspetos mais pertinentes do mesmo.

## **PARTE I – Enquadramento Conceptual e Teórico**

### **1. O abandono escolar precoce: a situação em Portugal e na Europa**

Previamente, torna-se importante referir o que se entende por abandono escolar. Não obstante os diversos estudos sobre a matéria, não existe, no entanto, uma definição muito precisa deste fenómeno.

O conceito de abandono escolar, apesar de ser recorrentemente usado na literatura científica e na linguagem comum, carece de explicitação e de uma delimitação conceptual (...) propondo o recurso ao conceito de saídas do sistema de ensino e de formação, porque é mais abrangente e permite contextualizar e definir o que são e onde se situam os abandonos escolares, como refere Azevedo (1991).

Justino (2010) refere que a noção de abandono escolar está identificada com a interrupção da frequência do sistema educativo na medida em que isso configure um regresso praticamente irreversível. Segundo o autor, o abandono escolar configura-se mesmo como um ato ilícito na medida em que contraria a lei que institui a escolaridade obrigatória.

Segundo Formosinho e Machado (2008), o aumento da escolarização das crianças e dos adolescentes “traduziu-se na colocação de mais alunos por turma e na ocupação intensiva dos estabelecimentos de ensino e das salas de aula.” A par do aumento do número de anos da escolaridade obrigatória veio o aumento do número de alunos a frequentar o sistema de ensino. Como o modelo de organização pedagógica se manteve inalterável e não se organizou de forma a dar resposta a esta massificação escolar, surgiram os conceitos de insucesso e abandono escolar, começamos assim a assistir a uma subida dos níveis de reprovação e conseqüentemente de abandono escolar.

De acordo com a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo, em Portugal, o ensino básico - universal, obrigatório e gratuito - tinha a duração de nove anos e compreendia três ciclos de ensino: 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo, tendo como princípio garantir o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

A partir de 2009, a Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto vem estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré -escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades

compreendidas entre os 6 e os 18 anos, passando a escolaridade obrigatória a ter a duração de doze anos. O cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural de todos os portugueses. Este processo deve ser seguro, contínuo e coerente, garantindo a promoção da qualidade e da exigência no ensino e o desenvolvimento de todos os alunos, tal como é referido no Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto. Com este alargamento da escolaridade obrigatória, a estrutura do ensino tem que se adaptar a novos públicos, tendo em vista o impacto que terão no futuro para a sociedade e para o desenvolvimento do País, havendo a necessidade de criar novas ofertas educativas e de adaptar currículos com conteúdos considerados relevantes que respondam ao que é fundamental para os alunos e assegurem a inclusão de todos no percurso escolar. O mesmo Decreto-Lei refere que ao mesmo tempo, se deve garantir uma igualdade efetiva de oportunidades, consagrando vias adequadas e apoios necessários aos alunos que deles necessitem, com o objetivo de melhorar os seus níveis de desempenho, conciliando a qualidade da educação com a equidade na sua prestação. Esta combinação exige um esforço partilhado, de modo a que todos os elementos da comunidade educativa colaborem para o mesmo fim.

Em termos institucionais, o Conselho Nacional de Educação (Recomendação n.º1/98) descreve o abandono escolar precoce como a saída dos alunos do sistema de ensino antes do termo do ano letivo em que completam o 9º ano ou fazem 15 anos de idade e apresenta um conjunto de fatores que influenciam o abandono, entre eles os individuais e os externos.

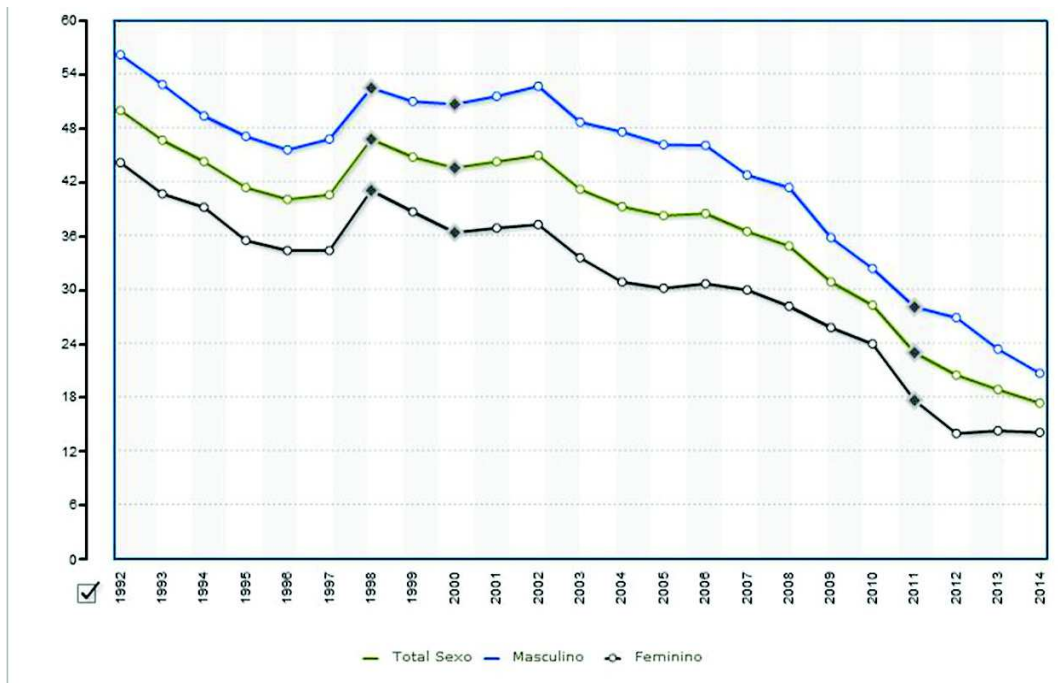
Segundo o (CNE, 2002) o abandono escolar é um conceito que só faz sentido ser aplicado aos jovens que deveriam, por imperativo legal (LBSE), estar na escola mas que não estão. Os jovens com mais de quinze anos que já não estão a frequentar a escola, mesmo que não tenham o 3.º ciclo completo, eles poderão não a ter abandonado, mas simplesmente terem saído do sistema, frequentando-a até ao limite de idade previsto por lei. O mesmo distingue duas situações:

- os jovens com mais de quinze anos que já não frequentam a escola e que não possuem o 3.º ciclo completo, situação que é designada por saída antecipada;

- e os jovens, também com mais de quinze anos, que já não frequentam a escola e que não possuem o ensino secundário completo (podendo ter completado, ou não, o 3.º ciclo), situação que é designada por saída precoce.

O INE considera abandono escolar a saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei.

**Gráfico 1:** Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação em Portugal: total e por sexo



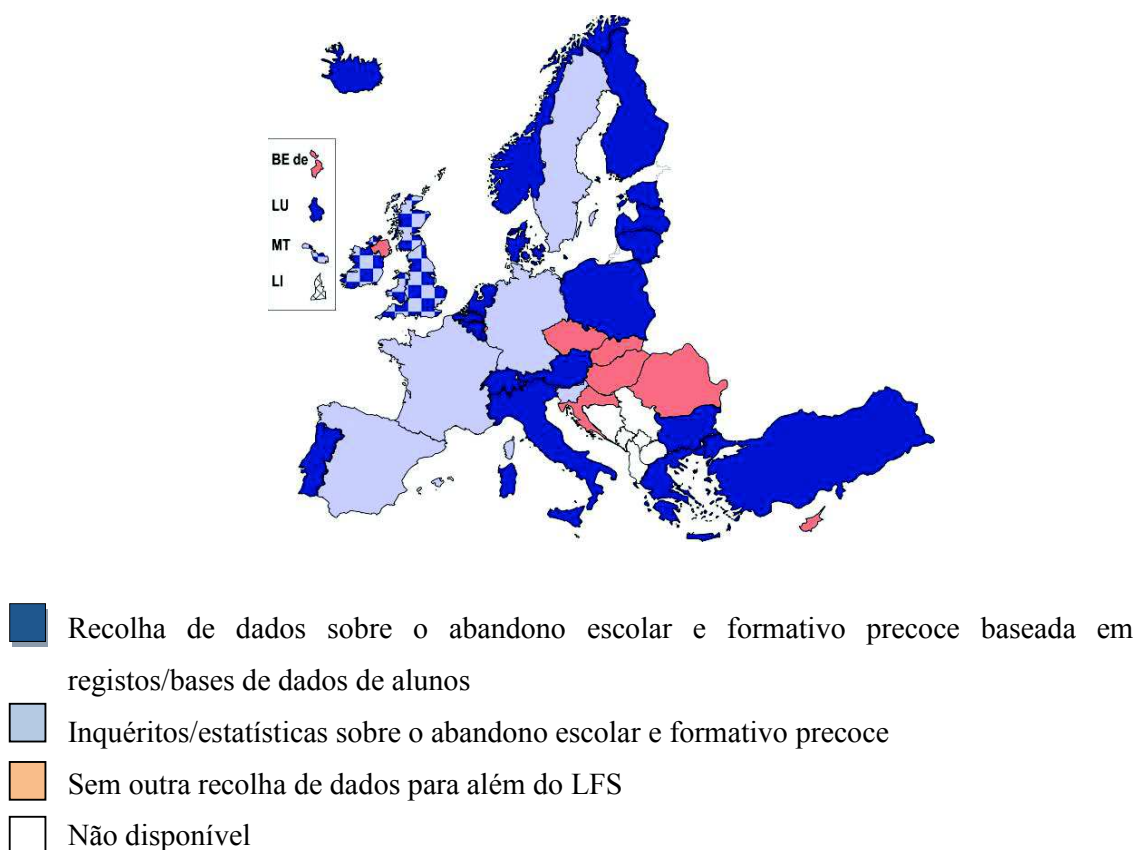
Fonte: INE, PORDATA

Os dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram que as taxas de abandono escolar em Portugal (percentagem de pessoas entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário) no início dos anos 90 se situavam nos 50%, vindo a diminuir. No entanto, verifica-se que entre 1992 e 2003 a taxa de abandono não ocorre de uma forma homogénea, havendo oscilações. A partir daí as taxas tendem a descer: situavam-se nos 41,2% em 2003, nos 28,3% em 2010 e em 2014 nos 17,4%. Podemos assim concluir que, nos últimos anos, este fenómeno tem vindo a reduzir.

Na União Europeia, o conceito de abandono escolar precoce aplica-se em relação aos jovens que abandonam o sistema educativo com uma qualificação que não ultrapassa o ensino básico e que não frequentam nenhum programa de ensino ou de formação profissional. Estes jovens são aqueles que apenas concluíram os níveis de educação pré-escolar, ensino básico ou um curso técnico profissional com duração inferior a 2 anos sem acesso ao ensino superior. Também se incluem aqueles que têm uma formação pré-profissional ou profissional que não conduz a um diploma do ensino secundário.

De acordo com um estudo sobre Educação na Europa (2014), todos os países/regiões da Europa, com exceção da Bélgica, República Checa, Croácia, Chipre, Hungria, Roménia, Eslováquia e Reino Unido (Irlanda do Norte), recolhem informações sobre o abandono precoce sobretudo através de um registo ou base de dados de alunos. Alguns países realizam inquéritos de natureza quantitativa e/ou qualitativa, que podem contribuir significativamente para uma melhor compreensão das razões subjacentes ao abandono precoce.

**Gráfico 2:** Fontes utilizadas para a recolha nacional de dados sobre o abandono escolar precoce

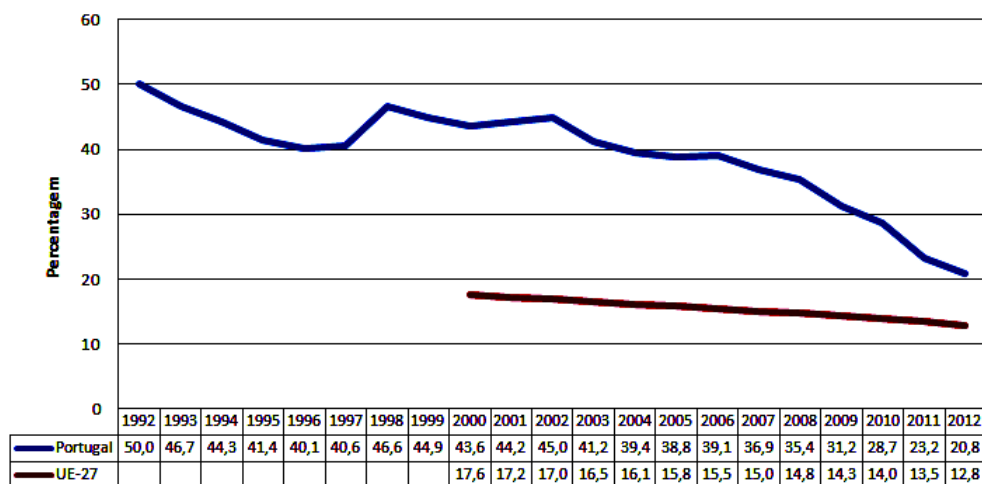


Fonte: Eurydice, 2014

Conforme o Observatório das Desigualdades (2012), o abandono de educação e formação é um dos indicadores que melhor expressa as desigualdades educacionais entre países. Como se constata no Gráfico seguinte, há uma tendência de queda deste indicador no conjunto dos países da União Europeia (UE), nos últimos 20 anos. Ao

longo deste período, Portugal tem apresentado sempre valores percentuais muito superiores aos da UE. No entanto, é notória a diminuição dessa diferença na última década.

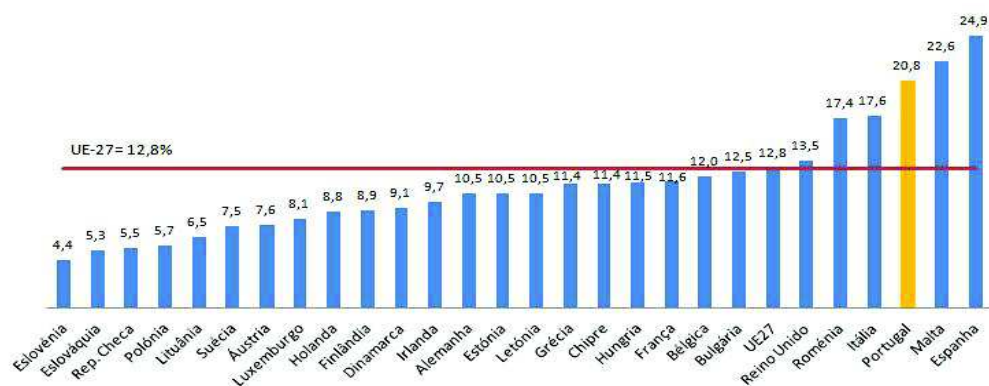
**Gráfico 3:** Evolução da população entre 18 e 24 anos que não completou o ensino secundário em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat / Observatório das Desigualdades

Na União Europeia assistimos a grandes variações. Os países com taxas de abandono mais baixas (entre os 4% e os 9%), são a Finlândia (8,9%), a Holanda (8,8%), o Luxemburgo (8,1%), a Áustria (7,6%), a Suécia (7,5%), a Lituânia (6,5%), a Polónia (5,7%), a República Checa (5,5%), a Eslováquia (5,3%), e a Eslovénia (4,4%). Espanha (24,9%), Malta (22,6%) e Portugal (20,8%) são os países que se destacam pelos valores ainda muito elevados, entre os 20% e os 25%, evidenciando maiores dificuldades no que respeita à inclusão alargada de uma população jovem na educação secundária. No conjunto da UE este valor situa-se nos 12,8%, em 2012.

**Gráfico 4:** População entre os 18 e 24 anos que não completou o ensino secundário em Portugal e na União Europeia em 2012



Fonte: Eurostat / Observatório das Desigualdades

Face a estes valores, Pereira (2005) refere que muitos são os estudos que demonstram que o indivíduo que não conclui a escolaridade terá maior probabilidade de se expor a uma situação de desemprego prolongado ou ter acesso a empregos precários e de enfrentar alguma marginalização e mesmo exclusão social. A nível individual este fenómeno reduz as oportunidades de participação social, cultural e económica e aumenta o risco de insucesso e abandono escolar dos seus descendentes. Segundo o relatório sobre “Combater o abandono escolar precoce” (2011) do Parlamento Europeu, a educação dos jovens promove valores como o desenvolvimento pessoal, uma melhor integração social e um maior sentido de responsabilidade e de iniciativa. O mesmo relatório refere que:

a) as taxas de abandono escolar precoce variam entre os Estados Membros da União, bem como entre cidades e regiões e categorias socioeconómicas das populações;

b) um dos cinco grandes objetivos da Estratégia Europa 2020 consiste em reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e aumentar a proporção da geração mais jovem que obtém certificados ou diplomas de ensino superior ou de um ciclo de ensino equivalente para, no mínimo, 40%;

c) a meta de 10% já havia sido decidida pelos Estados Membros em 2003, embora apenas sete deles a tenham conseguido atingir e que, em 2009, a taxa média de abandono escolar precoce era ainda de 14,4%;

d) o abandono escolar tem graves consequências para a coesão social da UE e não apenas para o crescimento económico, para a base de competências europeia e a

estabilidade social, afetando as perspectivas de carreira, a saúde e o bem-estar dos jovens, porquanto um baixo nível de formação escolar constitui igualmente uma das principais causas da pobreza e dos estados precários de saúde.

Em face deste quadro, sinteticamente exposto, o abandono escolar foi então sendo construído como problema social e como consequência disso as políticas públicas passaram a dar-lhe cada vez mais importância.

Definem-se alunos em risco de abandono escolar através de um percurso escolar marcado por mais de um insucesso, nível etário desfasado do seu nível académico, dificuldades de saúde, dificuldades económicas e dificuldades pessoais diversas para as quais não encontram apoio (Canavarro, 2007). Segundo o mesmo autor, o indivíduo, a família, a escola e o meio envolvente serão os quatro grandes campos para a compreensão do abandono escolar. Em relação ao indivíduo, as causas podem estar na sua baixa auto estima, nas dificuldades de aprendizagem ou mesmo de saúde, fraco interesse pela escola e situações de indisciplina decorrentes dessa falta de interesse. Já no que se refere à família, as causas podem estar nas dificuldades económicas, na baixa escolaridade do agregado familiar, no pouco envolvimento dos pais nas atividades escolares e no histórico familiar de abandono escolar. Relativamente à escola, as causas para o abandono podem passar pela não deteção atempada de situações de risco de abandono, por uma falta de acompanhamento a estes alunos ou por uma ligação deficiente à família. O meio desfavorecido do qual os alunos são oriundos e a necessidade de encontrar emprego, estarão na origem deste fenómeno.

De acordo com o citado relatório do Parlamento Europeu sobre “Combater o abandono escolar precoce” (outubro, 2011), o abandono escolar precoce é particularmente marcado entre as crianças de meios pobres e desfavorecidos, bem como entre as crianças de famílias migrantes e que está, frequentemente, ligado à pobreza e à exclusão social.

Outros autores afirmam que o abandono não é apenas um problema circunscrito à escola, é um problema de cariz social no qual a escola, a comunidade e a família se encontram implicados, bem como a ação governativa através da implementação das suas políticas. Os estudos corroboram a tese de que os alunos oriundos de famílias economicamente mais desfavorecidas são mais expostos a abandonar a escola do que os outros (Coimbra e Fernandes, 2013).

Num estudo sobre “Contextos Sociais e Locais do Sucesso e Insucesso” (2014), em Portugal, são apontadas duas causas que podem influenciar o abandono escolar, são



elas, a escolarização dos pais em especial a escolarização feminina e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Para além destas causas, importa referir que o insucesso escolar, um percurso com repetências ou retenções durante um ou mais anos, também pode ser visto com um fator de abandono escolar. No entanto, no mesmo estudo, é referido que o insucesso pode igualmente ser visto como uma antecipação do abandono, uma vez que essa pode ser uma opção já feita pelos alunos, a longo prazo, levando-os a não investirem num esforço para a obtenção de sucesso. Este insucesso construído a partir de retenções é mais provável de levar a situações de abandono escolar quando essas retenções começam logo no primeiro ciclo, considerando que as “competências básicas indispensáveis às aprendizagens nos ciclos seguintes não estão consolidadas”.

As condições sociais dos alunos que abandonam podem levar a uma situação de abandono escolar contando que o investimento na escolarização tende a ser menor. É não só a influência do seio familiar, mas também a que é exercida pelo grupo de amigos ou pelos colegas de escola que, por vezes, levam os jovens a uma inserção precoce no mundo do trabalho, levando ao abandono.

## **2. A evolução do sistema educativo português: o modelo escolar e o abandono**

As primeiras referências a atividades educativas em Portugal são anteriores à fundação da nacionalidade (1143), surgindo associadas à Igreja Católica (Cardim, 2000, p.33). Segundo Carvalho (1986), pouco se sabe acerca da existência de escolas no território português até ao século XI, sendo que as únicas referências neste século, se reportam à Sé de Braga, que já detinha o conceito de escola e possuía quatro alunos, e ainda à fundação de um colégio ou seminário de rapazes junto da Sé de Coimbra, o que demonstra que o ensino teve a sua origem na Igreja. A organização da instrução continuou a ser efetuada por educadores religiosos, com destaque para os jesuítas ao longo do século XIV. É a partir do século XVI, com a implementação de instituições destinadas ao ensino de crianças e jovens, delimitadas por idade, grupo e espaço, que surgem os primeiros esboços face às preocupações pedagógicas, adequadas ao sucesso na aprendizagem, iniciando-se uma nova fase de escolarização (Mendonça, 2006).

Segundo Nóvoa (2005), em 1759, a expulsão dos jesuítas reveste-se de grande significado para a história da educação em Portugal e na Europa. Assiste-se, no século XVIII, aquando da governação de Marquês de Pombal, que foi secretário de estado do reino durante o reinado de D. José I, à substituição da Companhia na direção e organização dos estudos por Marquês de Pombal, registando-se a mais sistemática estruturação da educação, com vista à reforma dos vários níveis de ensino. É através das reformas de 1759 e de 1772 que se lançam as bases de um sistema estatal de ensino, antecipando a ideia de instrução pública, como ela se desenvolveria após a Revolução Francesa. Cria-se uma rede de escolas primárias públicas nas localidades mais importantes do país. Através das reformas de 1759 e 1772 são lançadas as bases de um sistema de ensino estatal.

As reformas pombalinas substituem a tutela religiosa pela do Estado, estando assim criadas as bases para uma sociedade de base escolar. Surge (Nóvoa, 2005) o Estado educador, assistindo-se à substituição da tutela religiosa pela do Estado. Surge também nesta altura, o chamado “subsídio literário”, ou seja, o orçamento da educação, passando os professores a depender diretamente do Estado. O papel das escolas, das comunidades e das autarquias remete-se à estrita concretização das orientações superiores (Magalhães e Adão, 2013), cabendo ao Estado toda a responsabilidade pela educação. Como refere Justino (2010) o Estado passa a ser não só o regulador das aprendizagens, mas também um garante do ensino para todos. Este passa a assegurar

toda a infraestrutura indispensável, desde a construção de escolas, à formação, contratação e remuneração de professores. A responsabilidade de formar novas gerações passou a ser assumida pelo Estado. Surge também a partir desta altura na sequência da ação reformadora do Marquês de Pombal a definição de uma rede de escolas que aponta para o ensino dividido em três níveis, primário, secundário e superior. A partir de então, e até aos dias de hoje, assistimos à intervenção do Estado na área da educação.

O modelo escolar encontrava-se aceitavelmente definido em meados do século XVIII, também fruto do trabalho dos jesuítas (Nóvoa, 2005), sendo que no reinado de D. Maria I se assiste a uma inversão de prioridades. É dada maior atenção aos mestres que exercem funções no interior do país, assistindo-se a uma redução das verbas destinadas à educação.

A partir do início do século XIX vamos assistir à exigência de um ensino gratuito, laico e obrigatório em grande parte decorrente da herança pombalina, enriquecida pela Revolução Francesa de 1789, que nos deixou o legado que todos, independentemente de sexo, religião, raça, nascimento ou situação social, devem ter acesso à mesma educação, o que ficou consagrado na Carta Constitucional de 1826, com a instituição de frequência da Instrução Primária gratuita como um dos direitos civis e políticos para todos os cidadãos.

É em 1835 que se impõe aos pais e às famílias a obrigação dos seus filhos frequentarem as escolas públicas a partir dos 7 anos de idade, cabendo aos pais a rigorosa obrigação de facilitarem aos seus filhos a instrução das escolas primárias (Nóvoa, 2005). Rodrigues (2010) considera que o princípio da escolaridade obrigatória foi instituído em Portugal no ano de 1870, quando se aprova a obrigatoriedade de frequência da escola para todas as crianças entre os 7 e os 15 anos de idade. Portugal foi um dos primeiros países da Europa a legislar relativamente à escolaridade obrigatória.

Em meados do século XIX, os países europeus dividiam-se em dois grupos, no respeitante à alfabetização e à escolarização primária das populações: os países do Norte da Europa – mais ricos, protestantes e urbanizados, onde a alfabetização de massas se tinha desenvolvido ainda no século XVIII ou antes e os países do Sul e Leste da Europa, mais pobres e rurais, fortemente religiosos que apresentavam taxas de analfabetismo esmagadoras nas suas populações. Portugal situava-se neste segundo grupo, cujo processo de desenvolvimento da escolarização primária é bastante mais tardio (em 1940 situa-se nos 40%), apesar de ter sido, de entre os países católicos, o primeiro a lançar as

bases de um sistema estatal de ensino e o quarto a decretar o princípio da escolaridade obrigatória (Nóvoa, 1994).

Para Alves & Machado (2014) é no século XIX que se verifica a expansão da ideia de que a educação tem um papel importante para uma sociedade menos desigual e que o direito à educação deveria ser para todos e não só para alguns. O ensino primário era universal para todos e os restantes níveis de ensino eram só para alguns.

Na passagem do século XIX para o século XX assistiu-se à consolidação da obrigatoriedade da educação escolar. Na Constituição de 1911 inclui-se o ensino primário de três anos para todas as crianças de ambos os sexos entre os 7 e os 14 anos.

No pós II Guerra Mundial (1939-1945) a educação torna-se objeto de procura cada vez mais generalizado, passando a ser uma estratégia de desenvolvimento económico e cultural da sociedade. Em 1964 estabelece-se em Portugal a obrigatoriedade de frequência da escola entre os 7 e os 14 anos, em que o ensino primário passa a integrar dois ciclos, de quatro e de dois anos.

As políticas de expansão do pós-guerra a nível da educação resultaram no aparecimento da escola de massas, a escola para todos. É na segunda metade do século XX que se verifica uma subordinação funcionalista que leva a um estreitamento da relação entre a educação e economia, com base na necessidade de formar mão-de-obra qualificada e diversificada (Cabral, 2014). A rede escolar foi expandida para dar resposta às novas expectativas sociais. No entanto, a alteração quantitativa não foi acompanhada de alterações qualitativas ao nível do sistema educativo, não tendo havido alterações no modo de organização do conhecimento, na organização dos espaços e dos tempos, na organização dos grupos de alunos. Como a escola não mudou estruturalmente, assiste-se à subida dos níveis de insucesso e abandono escolar (id., *ibid.*, p. 37).

Rodrigues (2010) considera que o uso do conceito de escolaridade obrigatória se inicia com Veiga Simão. É em janeiro de 1970 que se torna efetiva a obrigatoriedade de frequência da educação básica com a duração de 6 anos, que se subdividiram por quatro anos de ensino primário e 2 anos ministrados em escolas preparatórias.

A Reforma Veiga Simão (Lei nº 5/73, de 25 de Julho), que visava “assegurar a todos os Portugueses o acesso aos vários graus de ensino”, “tornar efetiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada com o princípio fundamental da igualdade de oportunidades para todos” representou algo mais que o desenvolvimento de uma década de projectos de reforma do ensino iniciada nos anos cinquenta (Stephen

Stoer, 1986, p.73); representou um período de mobilização de vontades que colocou a educação no centro de debates sobre o desenvolvimento e modernização do país. Significou também, até pelos seus limites e contradições, o tornar bem visível para a sociedade portuguesa o completo esgotamento da forma política e organizativa do Estado Novo. O slogan de Veiga Simão “Educar todos os portugueses” apresentava-se como um grito de batalha numa luta pela sobrevivência:

“Educar todos os portugueses, onde quer que se encontrem, na aldeia escondida ou na cidade industrializada, na savana seca e ignota ou na lezíria verdejante, é princípio sagrado de valor absoluto e de transcendente importância à escala nacional (Simão, 1970, pp. 8-9), citado por Stoer (1986).

Mendonça (2006) considera que as reformas de Veiga Simão associavam educação e democracia, tentando defender a democratização do acesso à escola como objetivo de promover a modernização do sistema educativo português em consonância com os padrões dos países da Europa Ocidental. Os conceitos de democracia e educação surgiram para tornar legítimo o princípio de igualdade de oportunidades.

Segundo Stoer, (2008) Veiga Simão apresentou ao País dois projetos de reforma, intitulados Projeto do Sistema Escolar e Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior, reforma esta que se torna em lei em abril de 1973.

Mas foi a revolução de 25 de Abril de 1974 que introduziu transformações mais profundas em toda a sociedade portuguesa no século XX, um dos palcos onde se registaram maiores alterações foi exatamente no campo educativo (Pintassilgo & Mogarro, 2002).

A partir desta data, assiste-se a uma participação dos professores e dos estudantes no processo educativo que se alarga às estruturas escolares. Com o Decreto-Lei nº 735-A/74, de 21 de dezembro, que “regula os órgãos de gestão” assiste-se à criação do Conselho Diretivo, Conselho Pedagógico e do Conselho Administrativo no topo, aos quais atribui as funções que constavam dos estatutos e regulamentos que vigoravam, no anterior regime político (Formosinho & Machado, 2013).

O texto constitucional de 1976 consagrou os princípios fundamentais a que obedecia o sistema educativo, afirmando-se a democratização do ensino e da educação: a liberdade de ensino de qualquer religião, a liberdade de criação cultural, a liberdade de aprender e ensinar. A Constituição consagrou também o direito à educação, ao ensino e à cultura, com base no princípio da liberdade e igualdade de todos. Ao mesmo tempo,

registava-se a massificação do sistema educativo, com um número crescente de alunos, enquanto eram tomadas medidas para consolidar a escolaridade obrigatória (que nas décadas de sessenta e setenta fora sendo alargada), de forma a abranger toda a população. É neste ano que é criado o ensino secundário unificado, prevalecendo a estrutura curricular liceal (Rodrigues, 2014).

A opção da sociedade portuguesa pelo regime democrático, a partir de meados da década de 70 do século XX, permitiu que a escola portuguesa se organizasse para acolher e dar aulas a mais alunos. Esta opção pelo aumento da escolarização das crianças, dos adolescentes e dos jovens traduziu-se na colocação de mais alunos por turma e na ocupação intensiva dos estabelecimentos de ensino e das salas de aula. A escola sofreu, assim, transformações quantitativas: aumentou o número de anos de escolarização obrigatória e o número de alunos acolhidos no sistema de ensino, aumentou o número de estabelecimentos escolares e o número de professores. Entretanto, na escola pós-primária manteve-se o modelo de organização pedagógica baseado na estrutura organizacional dos liceus, de acordo com a conceção de que a democratização do ensino se concretiza através da garantia de igualdade de acesso ao tipo de ensino que antes era apenas para as elites. A lógica do *liceu para todos* foi pois a resposta pedagógica à *massificação escolar* (Formosinho & Machado, 2008). De acordo com Teodoro (2001, p.99), a escola de massas é um fenómeno global que se desenvolve pelo menos no Ocidente desde os finais de século XVIII, apresentando, no entanto, diferentes ritmos de desenvolvimento nos diferentes espaços geopolíticos e económicos.

A igualdade de oportunidades no sistema escolar foi uma questão central da democratização do ensino nos anos revolucionários – registava-se um elevado número de crianças que estavam excluídas da escola, assim como taxas de analfabetismo que se situavam acima dos trinta por cento. O alargamento da escolaridade obrigatória defrontava o sistema com o abandono precoce da escola por parte dos alunos, que não terminavam o ciclo de vida escolar legalmente estabelecido. O problema não era apenas promover o acesso a todos os níveis de ensino, mas garantir a escolarização efetiva e com sucesso das jovens gerações portuguesas (Pintassilgo & Mogaço, 2002). Era necessário fazer corresponder a igualdade de acesso a uma efetiva igualdade de oportunidades de sucesso.

Conforme refere Rodrigues (2014), a escolaridade obrigatória foi ao longo de 40 anos o principal fundamento das políticas da educação. A primeira ambição foi a de proporcionar em 1960 quatro anos de escolaridade a todas as crianças entre os seis e os

dez anos. Em 1964 a escolaridade foi atualizada para 6 anos, em 1986 com a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE - Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), a escolaridade obrigatória sobe para nove anos, entre os 6 e os 15 anos de idade e em 2009 foi instituída a obrigatoriedade de frequência de formação de nível secundário ou até aos 18 anos de idade, que se aplica aos alunos que iniciaram o nível secundário no ano letivo 2012-2013 e seguintes (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto), sendo a escolaridade obrigatória de doze anos, havendo um esforço de aproximação aos países mais desenvolvidos (Azevedo, Cabral, Alves & Melo, 2014). A Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza um ensino universal, obrigatório e gratuito, visando a formação integral da pessoa e do aluno nas suas diversas dimensões.

No início do século XXI, em Portugal, passados quase trinta anos da revolução de 25 de abril de 1974, a Escola para Todos, enquanto construção do processo de autonomia de alunos, professores e população em geral, que se quer mais profundo do que um sistema quantitativamente mais abrangente, continuava por cumprir, como o demonstravam os problemas e os debates que atravessavam o campo educativo (Pintassilgo & Mogarro, 2002).

Efetivamente verifica-se que o modelo escolar existente se mantém inalterado desde a sua origem, a escola continua ao serviço da escolarização acelerada da mão-de-obra que é exigida (Cabral, 2014).

Com o acesso de “todos” à educação registou-se uma subida dos níveis de reprovação e de abandono escolar devido ao facto de não se terem registado mudanças estruturais na Escola. A escola de hoje continua com o mesmo currículo, as mesmas metodologias e a mesma ação pedagógica que era utilizada para um público mais selecionado. Esta uniformização não responde às diferenças (características, interesses e aptidões) reveladas pelos alunos, levando ao insucesso e conseqüentemente ao abandono escolar. Assistimos a uma massificação do ensino, um ensino igual para todos.

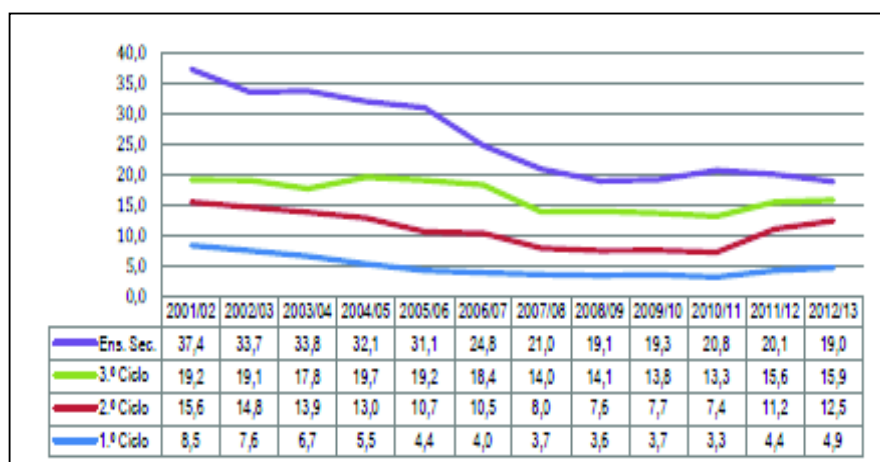
Como já enunciamos, várias foram as reformas implementadas pelos sucessivos governos com vista ao combate ao insucesso e à melhoria da sua qualidade. Todavia, na sua maioria, essas reformas não cumpriram os seus objetivos. Muito pouco mudou e as escolas continuam a gerir o tempo, o espaço e o número de alunos por turma como se de um ensino individual se tratasse. É o “ensinar a muitos como se fosse um só” (Barroso, 1995, 2001, cit. por Cabral, 2014, p.40), tal situação conduz a elevadas taxas de insucesso e abandono escolar.

De acordo com Formosinho (1998), é possível identificar uma série de fatores que levam ao insucesso escolar e que passam por uma estrutura curricular académica e uniforme que não se adequa às características específicas dos alunos.

Assiste-se, na atualidade, à manutenção da componente académica do currículo ao longo dos ciclos de escolaridade, arrastando os alunos para o abandono escolar, não cumprindo a escolaridade obrigatória; o trabalho intelectual sobrepõe-se ao manual; todas as dimensões do processo educativo são uniformes (os métodos de ensino e de avaliação, a carga horária, a duração das aulas, o controlo da extensão dos programas); a existência de uma uniformidade pedagógica que não se adequa às características de certos alunos; assiste-se à promoção da formação monodisciplinar dos professores no segundo e terceiro ciclos do ensino básico (a título de exemplo temos o insucesso da área escola (criada com a reforma de 1989) e da área de projeto que se destinava a fomentar as práticas de interdisciplinaridade entre os professores, na realização de projetos em comum, por iniciativa dos alunos. Continuamos a assistir à manutenção dos ciclos de ensino separados uns dos outros; o currículo continua a ser gerido e controlado centralmente.

Assistimos, ainda, a um ensino organizado por turmas, que por sua vez se organizam em anos e esses anos em ciclos de ensino e no final de cada ano os alunos progredem ou não. Podemos fazer aqui alusão às taxas de retenção por ciclo de escolaridade entre 2001 e 2013 presentes no gráfico seguinte:

**Gráfico 5:** Taxa de Retenção e Desistência (%) por ciclo de escolaridade, Portugal, 2001-2013



Fonte: Relatório Técnico de Retenção nos Ensinos Básico e Secundário, 2015



Neste gráfico verificamos que as taxas de retenção e desistência são elevadas e evidenciam que os percursos escolares marcados pelas retenções se iniciam em níveis mais baixos e se vão acentuando à medida que a escolaridade vai avançando.

Justino (2010) afirma que as elevadas taxas de retenção em Portugal sugerem que existem problemas de articulação entre ciclos e uma frágil orientação das escolas para prevenir o insucesso escolar. Considera-se o facto de que muito insucesso se pode revelar como uma antecipação do abandono.

É essa não progressão dos alunos que pode gerar desmotivação e baixa auto estima, havendo uma tendência crescente para que esses alunos estejam mais expostos a situações de insucesso e de abandono escolar. Tal acontece porque a escola não tem respostas adequadas para a maioria das situações, esperando que os alunos aprendam por si mesmos, acabando muitos deles por abandonar o sistema de ensino (Cabral, 2014). De facto, o modelo escolar que temos, com a sua gramática escolar, é o grande responsável por grande parte do abandono escolar precoce, entendendo-se por gramática escolar as estruturas regulares e as regras que organizam o trabalho de instrução, como por exemplo as práticas organizacionais estandardizadas de divisão do tempo e do espaço escolares, o nivelamento dos alunos e a sua distribuição por turmas e a compartimentação do conhecimento em disciplinas (idem, *ibid.*, p.2).

### **3. Políticas e programas de prevenção e remediação do abandono escolar em Portugal**

O sistema educativo português mantém vincado o formato escolar que herdou do século XIX e é-lhe difícil desvincular-se dele ao nível da organização escolar e do currículo, metaforicamente designado por João Formosinho (2007) como “currículo uniforme Pronto-a-vestir de Tamanho Único”. Como refere Cabral (2014) não se verificaram alterações no modo de organização do conhecimento, sempre em disciplinas, a organização dos espaços e dos tempos permaneceu a mesma, o mesmo acontecendo com o grupo de alunos e o modo de ensinar. São utilizadas as mesmas metodologias que eram destinadas a um público diferente, não tão heterogéneo. “Muito pouco mudou na forma como as escolas gerem o tempo e o espaço, como dividem os alunos e lhes atribuem turmas, no modo como compartimentam o conhecimento em disciplinas e atribuem notas e classificações” (Tyack & Cuban, 2003, citado por Cabral, 2014). Uma vez que o currículo é uniforme e não se adapta às características e aos interesses dos alunos e não é capaz de promover aprendizagens de qualidade para todos, assiste-se a um aumento dos níveis de insucesso e de abandono escolar.

Maria de Lurdes Rodrigues (2010) refere que, desde 1986, a missão atribuída à escola é a de integrar e ensinar todos os alunos, mesmo aqueles que não estejam motivados ou que não tenham as melhores condições para aprender. A missão da escola e o papel dos professores é diferente da do passado. No passado a missão da escola era a de seleccionar os melhores alunos, aqueles que queriam e podiam aprender. Nem a escola, nem os professores respondiam pelos resultados dos alunos, mas deviam garantir que os melhores transitassem e prosseguissem estudos. Estávamos numa altura em que os conceitos de insucesso e de abandono escolar eram inexistentes no âmbito das políticas públicas. A qualidade do ensino “media-se mais pelo número de alunos que chumbavam, do que pelo número dos que passavam”. (idem, *ibid.*). A partir da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, assiste-se a uma mudança de paradigma que é o de ensinar todos os alunos, mesmo aqueles que não se sintam motivados, o que começou por gerar a subida dos níveis de insucesso e abandono escolar. Isto evidenciou o facto de que “a igualdade de acesso à escola não era suficiente para assegurar uma igualdade de oportunidades” (Cabral, 2014, p. 74). Passa a escola a ser responsabilizada pelos resultados escolares dos seus alunos no sentido de garantir o

sucesso de todos. Como consequência, o foco das políticas educativas é a melhoria dos resultados escolares e o combate ao abandono escolar.

Foram várias as políticas educativas encetadas não só no sentido da melhoria dos resultados escolares mas também na luta contra o abandono escolar, das quais se destacam a implementação de vários programas (Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo, Programa de Integração de Jovens na Vida Ativa, Plano para a Eliminação de Exploração do Trabalho Infantil, Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, Programa Integrado de Educação e Formação, PNAPAE, Programa 15-18 e Programa Mais Sucesso Escolar), a criação do Serviço de Psicologia e Orientação, a implementação de medidas de apoio e complementos educativos e de planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento, a institucionalização de cursos mais orientados para a inserção na vida ativa (Cursos de Educação e Formação Profissional Inicial, Cursos de Educação-Formação e Cursos profissionais), o ensino recorrente e a definição de Percursos Curriculares Alternativos e de uma Rede Única e Integrada de Educação Pré-Escolar, o surgimento dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, bem como o surgimento de projetos pioneiros (TurmaMais, Fénix e Tipologia Híbrida), os quais justificam um estudo mais detalhado.

Em 1987, foi criado O Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) que tinha como objetivo principal o combate ao insucesso e ao abandono escolares nos primeiros ciclos de escolaridade.

Em 1989, assiste-se ao ressurgimento do Ensino Profissional que tinha como objetivo fortalecer, em modalidades alternativas às do ensino formal, os mecanismos de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho.

É também desenvolvido o Ensino Recorrente, uma segunda oportunidade de educação para os que dela não usufruíram em idade própria ou que não a completaram e para aqueles que a procuram por razões de promoção cultural e profissional. Constitui-se, assim, uma vertente da educação de adultos que, de uma forma organizada e segundo um plano de estudos, conduz à obtenção de um grau e à atribuição de um diploma ou certificado equivalente ao conferido pelo ensino diurno.

Para além das medidas anteriormente enunciadas, assistiu-se ainda, em 1991, à criação dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) com o objetivo de assegurar o apoio psicológico aos alunos ao longo de todo o processo educativo, bem como de

apoiar o desenvolvimento do sistema de relações interpessoais na Escola e entre esta e a comunidade.

Através do Despacho Normativo nº 98-A/92 de 20 de Junho, foram enunciadas medidas de apoio e complementos educativos no que respeita à avaliação dos alunos do Ensino Básico, visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativos. As medidas de apoio traduzem-se em planos de ação ou programas, compreendendo conteúdos e processos pedagógicos adequados, podendo assumir várias formas: programas específicos elaborados pelo professor titular do 1º ciclo ou pelo professor da disciplina, no caso do 2º ou 3º ciclos, ou a constituição de turmas de nível.

Mais tarde, nas estratégias de intervenção definidas pelo Despacho Normativo 50/2005 de 9 de novembro, é referido que as escolas devem promover uma oferta educativa para alunos que se encontrem dentro da escolaridade obrigatória, apresentando insucesso escolar repetido ou risco de abandono precoce. São implementados os planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos.

Os planos de recuperação são aplicáveis: “aos alunos que revelem dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina, área curricular disciplinar ou não disciplinar”.

Os planos de acompanhamento baseiam-se num: “conjunto das atividades concebidas no âmbito curricular e de enriquecimento curricular, desenvolvidas na escola ou sob sua orientação, que incidam, predominantemente, nas disciplinas ou áreas disciplinares em que o aluno não adquiriu as competências essenciais, com vista à prevenção de situações de retenção repetida”.

Os planos de desenvolvimento são um: “conjunto das atividades concebidas no âmbito curricular e de enriquecimento curricular, desenvolvidas na escola ou sob sua orientação, que possibilitem aos alunos uma intervenção educativa bem-sucedida”. Estes planos são aplicáveis a alunos que revelem capacidades excecionais de aprendizagem.

No ano de 1996, com base no princípio definido na Lei de Bases do Sistema Educativo, (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, na qual o ensino básico é definido como universal e obrigatório, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares), o Ministério da Educação publica o Despacho Nº 22/SEEI/96, de 19 de Junho que permite a criação de turmas com currículos alternativos para os alunos do ensino básico. Pretendia-se que as escolas desenvolvessem pedagogias diferenciadas, adequando as estratégias às necessidades dos

alunos, procurando equilibrar as diferenças através da diversificação das ofertas educativas e de formação; os Currículos Alternativos destinavam-se a alunos com insucesso escolar repetido, problemas de integração na comunidade escolar, risco de abandono da escolaridade básica e dificuldades condicionantes da aprendizagem.

Também o Despacho Normativo 1/2006 prevê a criação de turmas com percursos curriculares alternativos que se destinam a grupos específicos de alunos até aos 15 anos de idade, inclusive, que se apresentem em qualquer das seguintes situações: ocorrência de insucesso escolar repetido; existência de problemas de integração na comunidade escolar; ameaça de risco de marginalização, de exclusão social ou abandono escolar; registo de dificuldades condicionantes da aprendizagem, nomeadamente, forte desmotivação, elevado índice de abstenção, baixa autoestima e falta de expectativas relativamente à aprendizagem e ao futuro, bem como o desencontro entre a cultura escolar e a sua cultura de origem.

No ano de 1997, entrou em vigor a Rede Única e Integrada de Educação Pré-Escolar. Com esta medida procurava-se que nenhuma criança fosse privada de educação pré-escolar por razões económicas e sociais e previa a progressão da gratuidade do ensino dos 3 aos 5 anos.

Também em 1997, foi criado o Programa de Integração de Jovens na Vida Ativa (PIJVA) através da Resolução do Conselho de Ministros nº 44/97, visando a orientação profissional dos jovens que se encontravam fora da escolaridade obrigatória, apoios à inserção profissional e ao acesso ao emprego. Este programa permitiu a implementação de cursos de educação e formação.

Os Cursos de Educação e Formação Profissional Inicial (CEFPI- 9º Ano +1) foram criados ao abrigo do Despacho Conjunto nº 123/97, de 7 de Julho e criaram condições para que todos os jovens pudessem cumprir a escolaridade obrigatória e garantiu a possibilidade de formação profissional para aqueles que não pretendessem seguir os estudos.

Em 1998, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 75/98, de 2 de Julho, foi criado o Plano para a Eliminação de Exploração do Trabalho Infantil (PEETI). Este Plano tinha como objetivo pôr fim a situações de trabalho infantil, incluindo formas de exploração de menores, evitar o abandono escolar precoce e a inserção também precoce no mundo do trabalho.

Numa tentativa de combate ao abandono escolar e no seguimento do Plano anterior, é criado em 1999 o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), pelo

Despacho Conjunto nº 882/99, de 15 de Outubro. Neste Programa incluem-se medidas e ações dirigidas para a reinserção escolar, nomeadamente, atividades de educação extra – escolar, de ocupação e orientação vocacional e de desporto escolar, permitindo uma certificação escolar.

No ano de 1999 surge o Programa 15-18 através do Despacho n.º 19971/99, de 20 de Outubro. O Programa tinha como destinatários preferenciais os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos que não concluíram ou não se encontravam em condições de concluir, na idade legal prevista, o terceiro ciclo do ensino básico. Era objetivo deste programa a aquisição de competências nucleares que permitissem a integração do aluno no mundo do trabalho e o acesso a percursos de educação e formação por um período experimental.

Em 2002 são criados os Cursos de Educação e Formação (Despacho Conjunto n.º 279/2002, de 12 de Março, dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade). O objetivo destes cursos é o de assegurar uma oferta de educação e formação que permita adotar medidas para a obtenção, simultaneamente, de uma qualificação profissional, contribuindo para uma inserção qualificada no mercado de trabalho e para o aumento do nível de escolaridade, destinando-se a jovens entre 15 e 18 anos, que não tenham concluído o 1º, 2º ou 3º ciclos do ensino básico, por abandono ou em risco de abandono precoce da escola.

Em 2004, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004, de 20 de Março, foi criado o PETI- Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil que sucede ao PEETI e desenvolve o Programa de Integração de Educação e Formação. Também em 2004, pelo Despacho Conjunto nº453/2004, de 27 de Julho, foram promovidos cursos de educação e formação, destinados a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como aqueles que, após concluírem os 12 anos de escolaridade, e não possuindo uma qualificação, pretendessem adquiri-la para ingresso no mundo do trabalho.

Em 2004, através do parecer nº7/2004 de 25 de Agosto, é apresentado o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar “ Eu não desisto”, como um plano de ação da iniciativa do Governo, da responsabilidade conjunta dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho para prevenir o abandono escolar, prevenir a saída da escola e do sistema de formação profissional ou dos sistemas de educação e de

formação, por jovens com menos de 25 anos, sem a conclusão dos estudos ou sem a obtenção de qualificação de nível secundário ou equivalente (PNPAE, 2004).

Para a realização e apresentação deste Plano contribuíram os diferentes serviços do Ministério da Educação, nomeadamente o Departamento da Educação Básica (DEB), o Departamento do Ensino Secundário (DES), o Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento (DAPP), a Direção Geral de Formação Vocacional (DGFV), bem como o Gabinete do Senhor Ministro da Educação. Colaboraram, ainda, o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, designadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Comissão Executiva e Departamento de Formação Profissional, e o Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP).

Era objetivo deste plano a redução para menos de metade, até 2010, das taxas de abandono escolar e de saídas precoce registadas em 2001 (que se situava nos 44,3%).

Dele se destacam alguns indicadores que nos permitem decifrar melhor o fenómeno do abandono escolar, dos quais destacamos:

- existe uma relação entre retenção escolar e abandono escolar e a retenção parece preceder o abandono escolar;
- constituem pontos críticos da retenção escolar os anos de escolaridade: 2.º, 4.º, 7.º, 10.º e 12.º e que os dois anos com taxas mais elevadas de retenção são os do Ensino Secundário;
- as taxas de abandono escolar são insignificantes no 1.º ciclo, revelando-se crescentes nos ciclos seguintes;
- as taxas de abandono escolar decompostas por idades acentuam o fenómeno a partir dos 13 anos;
- Portugal mantém valores elevados face à média europeia;
- o abandono escolar, a saída da Escola antes de concluído o Ensino Básico, tem muito mais a ver com a idade do que com o ano de escolaridade que se frequenta;
- a percentagem da população portuguesa que concluiu pelo menos o Ensino Secundário ou equivalente é a mais baixa da OCDE;
- a percentagem elevada de jovens de 18-24 anos fora do ensino e com emprego, conjugado com as taxas de saída precoce remeterá para um emprego não qualificado.

Apesar dos objetivos deste plano, o mesmo acabou por ser abandonado na sequência da queda do Governo liderado por Durão Barroso em 2004, uma vez que as questões e áreas de intervenção levantadas não tinham estratégias nem recursos apontados para a sua concretização (Rodrigues, 2014).

Em 1996, são criados os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária- TEIP, como uma medida de combate ao abandono escolar e exclusão social. Esta experiência foi criada pelo Despacho nº 147-B/ME/96, do Ministério da Educação, liderado por Marçal Grilo, no governo socialista de António Guterres, que deveria contemplar a: “criação de condições para a promoção do sucesso educativo e escolar das crianças e dos jovens, prevenindo, do mesmo modo, o absentismo e o abandono escolar através da diversificação das ofertas formativas...” (Despacho nº 147-B/ME/96).

Este Programa tem como destinatários populações social e economicamente carenciadas, tendo-se desenvolvido em mais duas fases: o TEIP II em 2008 e o TEIP III em 2012. Visa a melhoria da qualidade das aprendizagens, traduzida na qualidade do sucesso educativo dos alunos, o combate ao abandono escolar e à saída precoce do sistema educativo e a criação de condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa.

É objetivo do programa intervir sobre territórios com índices de sucesso educativo abaixo da média nacional, pretendendo fomentar a elaboração de projetos educativos centrados na otimização dos recursos e na articulação das intervenções dos vários parceiros – famílias e comunidades locais (Rodrigues, 2010).

Em setembro de 2006, a Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues lançou o programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP II) para “as escolas ou os agrupamentos de escolas com elevado número de alunos em risco de exclusão social e escolar, identificados a partir da análise de indicadores de resultados do sistema educativo e de indicadores sociais dos territórios em que as escolas de inserem” (Despacho normativo nº55/2008).

Conforme o projeto Efeitos TEIP (2011), esta segunda fase do projeto teve efeitos positivos nos territórios abrangidos. Assistiu-se a uma redução gradual dos problemas de indisciplina, das taxas de abandono e insucesso escolares, uma vez que este programa contribuiu para o desenvolvimento das organizações escolares, no que diz respeito ao planeamento e à avaliação institucionais, à gestão de recursos, à oferta educativa e aos serviços de apoio e acompanhamento dos alunos.

Também no relatório TEIP 2009/2010, são evidentes os progressos, tendo-se registado um aumento do sucesso no final do ano letivo através da ampliação das ofertas educativas e formativas, da deteção precoce dos fatores de insucesso e o apoio, acompanhamento e orientação dos alunos em formatos mais adaptados, como por



exemplo, a criação de grupos-turma flexíveis, tutorias e salas de estudo, o que levou a que menos alunos tivessem desistido de estudar.

A partir do ano letivo de 2012/2013 foi relançado o Terceiro Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP3) com o alargamento do Programa a mais agrupamentos de escolas. Em 2013, 137 escolas integravam o Programa TEIP e a maioria situava-se nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo, representando em cada região 36% do número total de escolas TEIP.

Relativamente a este programa e à sua eficácia, Álvares (2010) levou a cabo um estudo onde é referido que não só os resultados escolares das 35 escolas TEIP estudadas são hoje melhores do que há 3 anos como, apesar do elevado progresso no sucesso verificado no conjunto de escolas do continente, as escolas TEIP conseguiram aproximar-se da média nacional, diminuindo as distâncias.

As melhorias mais evidentes verificaram-se na redução do abandono escolar, na diminuição da indisciplina em meio escolar e na integração escolar e social de crianças e jovens oriundos de meios problemáticos através dos projetos desenvolvidos pelas escolas no âmbito do Programa TEIP.

Também se verificou que, nos casos em que o sucesso do Programa não foi pleno, apareceram muitos exemplos de estratégias inovadoras, de uma focalização nos alunos que podem servir de exemplo para outras escolas.

No V Encontro do CIED, sobre “Políticas de intervenção prioritária em Portugal: Novas políticas, novas práticas?” é referido que os resultados sistematizados das experiências TEIP são ainda muito recentes, no entanto, é possível identificar progressos na diminuição do abandono e do absentismo relativamente ao ano de partida do Programa, na redução das medidas disciplinares sancionatórias, e na aproximação dos resultados às médias nacionais, no que respeita aos resultados internos das escolas, como às provas de aferição.

O Ministério da Educação (ME) lançou, no início de 2009, o Programa Mais Sucesso Escolar (PMSE) enquanto uma das estratégias pedagógicas alternativas para lidar com o insucesso escolar no ensino básico, para a melhoria dos resultados e do sucesso escolares e redução do abandono.

No âmbito deste Programa, as escolas contratualizam com as respetivas Direções Regionais de Ensino taxas de sucesso a atingir em cada ano letivo por um período de 4 anos, fazendo depender a continuidade do Programa do cumprimento das taxas contratualizadas. O PMSE apoia o desenvolvimento de projetos de escolas, tendo como

referência modelos de sucesso. Este programa é aplicado através de uma de três tipologias de intervenção: a TurmaMais, o Projeto Fénix e a Tipologia Híbrida.

Uma avaliação do PMSE relativa ao seu primeiro ano de implementação indicou uma redução substancial das taxas de retenção nas turmas intervencionadas em comparação com um perfil histórico da retenção (DGIDC, 2010).

Segundo Fialho et al. (2013), o Projeto TurmaMais foi lançado em 2009 pelo Ministério da Educação (ME), de Portugal, integrado num programa de combate ao insucesso escolar - Programa Mais Sucesso Escolar (PMSE). A implementação do Projeto TurmaMais nas escolas é acompanhada por equipas de docentes que disponibilizam apoio científico e pedagógico em áreas consideradas prioritárias para garantir que as escolas alcancem as metas de sucesso contratualizadas com o Ministério da Educação.

Este modelo nasceu com o propósito de conseguir a plena integração e sobrevivência escolar de todos os alunos na Escola Secundária Santa Isabel em Estremoz. Este Programa foi inicialmente implementado no 5º, 7º e 8ºanos de escolaridade. Atualmente é implementado no primeiro ciclo, primeiro ano de escolaridade – só a Português, e no segundo ano de escolaridade – a Português e a Matemática. Com este Programa, as escolas tiveram autonomia para considerar que não é necessária a Oferta Complementar e converteram essas horas em carga horária para TurmaMais nos restantes anos de escolaridade, o que contribuiu bastante para combater o insucesso.

No 1ºano do programa, 79 escolas adotaram a tipologia TurmaMais e no final do ano letivo esta tipologia atingiu cerca de 90% de sucesso escolar. Fialho et al. (2013) refere que os resultados obtidos nos dois primeiros anos de PTM permitiram fazer um balanço positivo, apontando para uma melhoria progressiva do sucesso escolar.

Em relação ao abandono escolar e segundo o relatório anual do Programa Mais Sucesso Escolar referente ao ano letivo de 2010/2011, verificou-se um decréscimo de 14% entre 2009/2010 e 2010/2011. O total do número de abandonos nas escolas de tipologia TurmaMais representa 0,9% (54) do total de alunos dos anos intervencionados nesta tipologia, no ano letivo 2010/2011.

No que concerne aos resultados parciais de um estudo sobre o modelo TurmaMais em duas escolas do Alentejo, Guerreiro e Verdasca (2014) referem que na Escola 3.º ciclo e Secundária Rainha Santa Isabel, os resultados do insucesso eram de trinta e oito por cento no sétimo ano de escolaridade. Ao ser criado o projeto TurmaMais nesse

mesmo ano e com o objetivo de combater o insucesso escolar, verificou-se que com a implementação do mesmo, houve um decréscimo bastante acentuado dos resultados anteriores.

Em 2008 surgiu o Projeto Fénix no Agrupamento de Escolas de Beiriz – Póvoa de Varzim, numa “tentativa de construir uma resposta organizacional que pudesse garantir condições de igualdade de oportunidades de sucesso” (Formosinho et al., 2016, p.115).

O projeto assenta num modelo que permite dar um apoio mais personalizado aos alunos com mais dificuldades de aprendizagem às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática ou a outra identificada pela escola de acordo com a taxa de (in) sucesso.

Este modelo consiste na criação de turmas, os chamados ninhos, onde os alunos com mais dificuldades são temporariamente integrados para aí terem um apoio mais individualizado e conseguirem superar as suas dificuldades, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos. Depois de superadas as suas dificuldades, os alunos regressam à sua turma de origem. Os ninhos não são apenas criados com alunos que revelem dificuldades, mas também com alunos com taxas de sucesso elevadas.

As escolas que adotaram este modelo têm um acompanhamento de proximidade do Agrupamento de Escolas de Beiriz e um acompanhamento científico da Universidade Católica Portuguesa.

De acordo com o relatório final do PMSE do primeiro ano de implementação, no final do ano letivo, esta tipologia atingiu cerca de 88% de sucesso nas escolas que a adotaram.

De acordo com o relatório anual do Programa Mais Sucesso Escolar referente ao ano letivo de 2010/2011, assistiu-se a um decréscimo de 31,0% do número de abandonos, de 2009/2010 para 2010/2011. O total do número de abandonos nas escolas de tipologia Fénix representa 0,6% (35) do total de alunos dos anos intervencionados nesta tipologia, no ano letivo 2010/2011.

A partir da experiência das escolas é procurada a resposta ao desafio de melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso dos seus alunos através de desenhos organizacionais próprios. Surge assim a Tipologia Híbrida, sendo os alunos apoiados em grupos com ritmos de aprendizagem diferentes. Esse apoio é feito através de mudanças nas práticas letivas. É igualmente promovido um ensino mais individualizado com objetivo de recuperar as aprendizagens. São promovidas práticas de trabalho colaborativo entre os professores nas disciplinas intervencionadas.

De acordo com o relatório anual do Programa Mais Sucesso Escolar referente ao ano letivo de 2010/2011, “O sucesso global alcançado na tipologia Híbrida foi de 93,7%, representando um acréscimo de 12,6% relativamente ao sucesso histórico alcançado no quadriénio 2005/2009 “.

Em relação ao abandono escolar, assistiu-se a “um decréscimo de 40,0% do número de abandonos do ano letivo 2009/2010 para o ano letivo 2010/2011. O total do número de abandonos nas escolas de tipologia Híbrida representou 0,3% (3) do total de alunos dos anos intervencionados nesta tipologia, no ano letivo 2010/2011”.

Relativamente aos três projetos e segundo o Relatório Técnico de Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário do Conselho Nacional de Educação (2015), no ano letivo de 2011/2012 o Programa Mais Sucesso Escolar integrou 108 agrupamentos/escolas, distribuídos pelos três projetos: TurmaMais (58), Fénix (43) e Tipologia Híbrida (7). Comparando com anos anteriores, verifica-se que algumas escolas abandonaram o Programa. A taxa mais elevada de abandono verificou-se no projeto de Tipologia Híbrida.

Mesmo assim, o último relatório de avaliação do Programa elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência e pela Direção Geral de Educação, em 2011, aponta para um aumento de cerca de 10% nas taxas de sucesso das escolas envolvidas. Este valor é superior ao valor contratualizado.

Outra medida foi a criação ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º e ao abrigo do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho e das Portarias n.º 292-A/2012, de 26 de setembro, e n.º 276/2013, de 23 de agosto, das experiências-piloto de oferta dos Cursos Vocacionais nos ensinos básico e secundário, com o objetivo de assegurar a inclusão de todos os alunos no percurso escolar. Estes cursos têm como público -alvo os alunos a partir dos 13 anos de idade que manifestem constrangimentos com os estudos do ensino regular e procurem uma alternativa a este tipo de ensino, designadamente aqueles alunos que tiveram duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções em ciclos diferentes.

Estes cursos têm como objetivo a criação de condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória, a redução do abandono escolar precoce e o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades científicas, culturais e de natureza técnica, prática e profissional que permitam uma melhor integração no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos. Distinguem-se das demais ofertas educativas devido à existência obrigatória de parcerias entre as escolas que ministram os cursos e empresas

que irão acolher os alunos para o cumprimento de prática simulada, no caso do ensino básico e de estágio, no ensino secundário. Estes cursos de nível secundário iniciados no ano letivo de 2013/2014 através da Portaria nº276/2013, de 23 de agosto, preveem uma articulação com o setor empresarial e com instituições de ensino superior, de forma a adaptar os currículos destes cursos com a introdução de atividades formativas e conteúdos mais adequados, com o objetivo de responder às necessidades dos alunos.

Segundo o relatório da Comissão de Avaliação dos Cursos Vocacionais, a experiência destes cursos é bastante positiva, uma vez que responde aos objetivos para que foi criada. No entanto, registou uma elevada taxa de desistências nos cursos de nível secundário e, de acordo com o mesmo relatório, este facto resultou de uma má seleção dos alunos para este tipo de oferta educativa e também pelo facto de os alunos não encontrarem nesta via uma resposta às suas dificuldades e à sua falta de motivação. Podemos, assim, concluir que o sucesso desta medida apenas se confina ao ensino básico.

Todavia, no mesmo relatório, é referido que, segundo os pais, os alunos que frequentam estes cursos se sentem mais motivados para ir à escola e uma grande maioria, 83% pretende prosseguir estudos.

No relatório de monitorização, a percentagem de alunos que frequentam cursos vocacionais em abandono ou risco de abandono no ensino básico no ano letivo de 2014/2015 situa-se abaixo dos 5%, tendo diminuído de 7 para 4,6% em relação ao ano letivo anterior. O mesmo não acontece relativamente ao ensino secundário, tendo a taxa subido de 1,4% no primeiro ano de funcionamento para 1,9% no segundo ano.

Por outro lado, de modo a melhorar o aproveitamento escolar e a permitir uma maior diversificação da oferta educativa para dar resposta às expectativas de públicos escolares diferenciados e promover uma maior igualdade de oportunidades, são introduzidos, através do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, os cursos profissionais nas escolas secundárias vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. Apesar de o ensino profissional ter sido descontinuado em 1974, o mesmo é reintroduzido em Portugal a par da integração plena do país na Comunidade Económica Europeia e surgiu na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, altura a partir da qual, se criou o subsistema das escolas profissionais privadas, financiadas e tuteladas pelo Estado.

Estes cursos entraram em funcionamento nas escolas secundárias públicas em 2004/05, fruto da Reforma do Ensino Secundário de 2004, substituindo gradualmente os cursos tecnológicos. Como refere Orvalho (2009), “na Reforma do Ensino Secundário de 2004, os cursos profissionais passam a fazer parte integrante do nível secundário de educação e, de acordo com o objetivo definido no Programa do XVII Governo Constitucional, (...) assistiu-se a um reforço da oferta e uma generalização do ensino profissional nas escolas secundárias públicas, importando-se toda uma tecnologia curricular ensaiada e desenvolvida nas escolas profissionais, que se revelou de grande sucesso”.

Segundo as conclusões obtidas no âmbito do projeto “Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas entre 2011 e 2014”, nos últimos anos, Portugal investiu fortemente numa estratégia de qualificação da sua população em que a aposta no ensino profissional que assumiu um papel preponderante. Enquanto em 2005/06 o ensino profissional representava 11,6% do total de alunos inscritos nas escolas públicas, em 2009/10 esse valor já se situou nos 58%. Ainda que a relação entre abandono escolar precoce e expansão do ensino profissional na escola pública seja complexa, em Portugal, o recente aumento da frequência do ensino profissional foi, de facto, acompanhado de uma forte redução da taxa de abandono escolar precoce (de 35,4% em 2008 para 28,7% em 2010).

De acordo com uma análise sobre Perspetivas das Políticas de Educação (2014), em 2012, Portugal tinha 41% das matrículas no ensino profissional do ensino secundário, em comparação com a média da OCDE de 44%.

Programas de ensino e formação profissional, que incluem cursos tecnológicos, ensino artístico especializado e cursos profissionalizantes, desempenham um papel importante nas políticas de prevenção do abandono escolar em Portugal. Estes programas dirigem-se àqueles que desejam obter uma qualificação profissional, bem como àqueles que abandonaram a escola - ou estão em risco de abandono escolar. A rede oferece cursos de aprendizagem e de formação profissional inicial (tanto teórica como prática) para preparar os jovens para encontrar emprego ou para continuar a sua educação. A transição de programas de formação profissional para o ensino superior é assegurada.

Segundo o Relatório Eurydice (2014), a estratégia do Governo Português para a promoção da aprendizagem e sucesso na escola inclui um conjunto abrangente de medidas políticas que se referem explicitamente à redução do abandono precoce como

um dos resultados esperados (ver Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto). Têm sido feitas revisões curriculares para que as escolas tenham maior autonomia na gestão escolar e a oportunidade de melhor gerir e adaptar o currículo no local, tornando-o mais relevante para os alunos (caso dos programas de educação cultural, artístico, ambiental e de saúde, educação intercultural, aulas de recuperação) e segundo a missão delineada para a organização escolar no caso das escolas TEIP. Em Portugal (tal como na Letónia) foi introduzida recentemente legislação referente a medidas obrigatórias de apoio para os alunos com dificuldades de aprendizagem, bem como a possibilidade de poderem repetir exames, em determinadas circunstâncias, para que evitem repetir o ano.

Outro exemplo das políticas educativas no combate ao insucesso escolar foi o aumento evidente na flexibilidade e permeabilidade dos percursos educativos, através da experimentação do modelo dual de formação profissional e de uma parceria constante entre escolas e empresas. Foram dinamizados projetos-piloto de oferta de cursos vocacionais (duais) a partir do 2.º CEB, dirigidos a estudantes a partir dos 13 anos de idade. O programa exigia que as escolas estabelecessem um protocolo com as empresas locais. Este programa foi alargado em 2013 para o Ensino Secundário, com o objetivo de permitir as transições entre o ensino de carácter geral, os cursos de dupla certificação e o Ensino Superior. Em 2013, o programa contava com 11 000 alunos matriculados, tendo havido um aumento muito significativo, pois em 2012 eram apenas 285.

No documento “Perspetivas das Políticas de Educação: Portugal” (OECD, 2014) o Programa de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar de 2012 baseia-se numa série de medidas destinadas a prevenir o abandono escolar precoce, nomeadamente:

- provisão diária de tempo de estudo personalizado supervisionado no 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, quando são identificadas dificuldades;
- tempo de estudo adicional e apoio mais individualizado e específico para os alunos identificados como estando em risco de reprovarem o ano letivo nas avaliações externas dos 4.º e 6.º anos, bem como a possibilidade de se submeterem a estas avaliações no final do período de apoio;
- reagrupamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem semelhantes para melhor ultrapassar dificuldades detetadas e para promover o desenvolvimento de capacidades reveladas através de programas de trabalho mais adequados e individualizados;

- implementação de sistemas de informação para acompanhar as escolas e os alunos em tempo real, por forma a identificar necessidades de apoio individual e detetar casos de insucesso escolar e potencial abandono escolar;
- fusão vertical de processos escolares desde a educação pré-escolar até ao Ensino Secundário para dar continuidade ao projeto pedagógico;
- melhorar e adaptar as ofertas de educação de dupla certificação às necessidades dos alunos, criando mais cursos no 3.º CEB e no Ensino Secundário e colocando em prática uma estratégia nacional coerente de educação e formação para orientar os alunos e envolver o setor empresarial.

Será importante referir que no XX Governo Constitucional as medidas propostas eram direcionadas para o sucesso e prevenção do abandono escolar. De acordo com o Programa do atual Governo (XXI Governo Constitucional) as medidas vão mais no sentido de combater o insucesso escolar. Bem sabemos que o insucesso é tido como um dos fatores de abandono escolar e que tais medidas agora propostas irão certamente contribuir para combater o fenómeno do abandono escolar.

Sendo a educação um meio privilegiado de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades, a atual política educativa terá como objetivo garantir a igualdade de acesso de todas as crianças à escola pública e promover o sucesso educativo de todos ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória. Será principal prioridade da política educativa a mobilização da sociedade portuguesa para combate ao insucesso escolar, que constitui um entrave à qualidade do ensino, à equidade, à aprendizagem e ao cumprimento da escolaridade obrigatória por todas as crianças e jovens. Para tal, é reconhecido que deverão ser desenvolvidas as seguintes medidas:

- garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos;
- desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar;
- garantir que todas as modalidades de organização e gestão curriculares visem a integração dos alunos e o seu progresso escolar e não a discriminação precoce;
- dar prioridade ao 1.º ciclo do ensino básico, criando condições para que todos os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem previstos no currículo nacional;
- consolidar as atividades de enriquecimento curricular;
- desenvolver processos de avaliação interna;



- reavaliar a realização de exames nos primeiros anos de escolaridade;
- criar programas de desenvolvimento do ensino experimental, da resolução de problemas e de valorização real de todas as componentes de formação, nomeadamente as de natureza técnica, tecnológica e artística, assim como a educação física;
- alargar o leque de cursos de ensino profissional e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário;
- reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar;
- promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais e potenciando a concertação social e a negociação coletiva para obter um maior reconhecimento das certificações profissionais.

O problema do abandono escolar assume, como já se referiu, uma dimensão europeia, sendo preocupação dos órgãos ministeriais. O Parlamento Europeu, no seu relatório de 2011, fez várias recomendações aos Estados-membros no sentido de combater o abandono escolar, das quais destacamos:

- insta os Estados Membros a criar atividades extracurriculares para que os alunos com dificuldades de aprendizagem desenvolvam competências fundamentais, claramente necessárias para a inserção no mercado de trabalho;
- apela a melhor coordenação da oferta de apoio educativo, de modo a aumentar a respetiva possibilidade de acesso e ao alargamento da prestação de serviços sociais e de assistência à família;
- insta a uma abordagem personalizada e inclusiva do ensino, que comece nos primeiros anos de ensino e assistência à infância e que, sempre que necessário, assegure apoio orientado para as pessoas em risco de abandonar a escola precocemente, em particular no que toca às crianças e jovens em situação de deficiência;
- solicita que sejam envidados mais esforços para que esta abordagem personalizada permita apoiar de forma específica os alunos que sofrem de dificuldades de aprendizagem, como a dislexia, a dispraxia e a discalculia ou de transtornos de défice de atenção e de hiperatividade;

- sugere que as escolas secundárias e profissionais disponibilizem serviços de aconselhamento, independentes do corpo docente, que permitam que todos os alunos com problemas pessoais falem sobre eles num clima de confiança;
- solicita que seja dada uma resposta precoce às dificuldades emergentes da aprendizagem e sugere que sejam criados mecanismos de alerta precoce eficazes e procedimentos de acompanhamento para evitar que os problemas se agravem; salienta, para o efeito, a grande importância de uma comunicação multilateral e de uma cooperação mais estreita entre as escolas, as famílias e os líderes das comunidades, assim como das redes de apoio locais, com a participação, se necessário for, dos mediadores escolares;
- defende uma melhor orientação profissional e a possibilidade de experiências de trabalho de qualidade na escola, bem como programas de visitas e intercâmbios culturais e educativos a cargo das escolas, incluindo o contacto com o empreendedorismo, a fim de desmistificar o mundo do trabalho, de modo a que os alunos possam fazer escolhas de carreira com conhecimento de causa;
- reconhece que a repetição de ano escolar pode estigmatizar os alunos mais fracos e não conduz necessariamente a melhores resultados, salientando que limitar a repetição de ano escolar naqueles Estados Membros onde é praticada em maior escala e substituí-la por um apoio individual flexível constitui um meio mais eficaz de resolver o problema do abandono escolar;
- recorda que as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) podem ter efeitos positivos em contextos pedagógicos planeados e favorecer a motivação e a aprendizagem; sugere que os Estados Membros promovam e aumentem o acesso dos alunos às TIC desde os primeiros anos de escolaridade;
- sugere a introdução de outras medidas redistributivas, como o fornecimento gratuito de refeições, manuais escolares e equipamento desportivo essencial, para reduzir o impacto da desigualdade social, lutando, em simultâneo, contra os perigos de estigmatização desses alunos;
- solicita aos Estados Membros que os pais sejam responsáveis pela educação dos filhos até aos dezoito anos, para que a escolaridade obrigatória seja prolongada por mais dois anos, isto é, até aos 18 anos em vez dos 16, ou até ao final do ensino secundário;
- sublinha a importância de vias de ensino diversificadas, que combinem formação geral e formação profissional, e está persuadido que é a combinação judiciosa de ambas, em função da idade e da orientação dos alunos, que lhes oferece a melhor oportunidade para

garantir um emprego de qualidade; recorda, neste contexto, a importância de favorecer vias de transição entre o sistema educativo e o mundo do trabalho, bem como entre os diferentes sistemas de formação; acentua igualmente a importância das possibilidades de aprender uma segunda língua europeia para facilitar a mobilidade dos jovens e motivá-los a desenvolver interesses e perspetivas fora do seu próprio ambiente delimitado;

- salienta a necessidade de organizar atividades a nível local para incentivar as pessoas a regressar à escola e para promover um ambiente positivo destinado aos que abandonaram a escola precocemente e que pretendem regressar.

O mesmo órgão (Parlamento Europeu) em 2014, numa proposta de resolução sobre o abandono escolar precoce, reconhece que o abandono escolar constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento individual e redundante em exclusão social. Explicita que a média do abandono escolar na Europa é de 12 %, não obstante que, em determinados Estados-Membros da UE, essa média atinge 25 %, sendo que os jovens provenientes de meios desfavorecidos são os que abandonam precocemente os sistemas educativos.

Na Estratégia Europa 2020, é definido como meta reduzir o abandono escolar para 10%.

Em 2016, o Parlamento Europeu emite novamente uma proposta de resolução sobre a redução do abandono escolar e considerando que se tem assistido a uma redução das taxas de abandono escolar, solicita a criação de um programa de acompanhamento dos progressos no domínio do ensino, a fim de identificar os alunos em risco de abandono escolar, e colocar os alicerces para a adoção de medidas específicas e eficazes, baseadas em dados reais.

Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação (2015), no seu Relatório Técnico de Retenção, reconhece que Portugal e os restantes países da UE28 têm implementado medidas de promoção do ensino vocacional/profissionalizante como resposta aos problemas de insucesso e abandono escolar.

De acordo com o Relatório supra citado do CNE (2015), todos os países pertencentes à UE28 (com exceção do Reino Unido) delinearam metas nacionais de forma a reduzir a percentagem de alunos que abandonam precocemente o sistema de ensino e formação, notando-se uma evolução positiva na redução do número de jovens que abandonam precocemente a escola.

## **PARTE II – Enquadramento metodológico**

### **1. Questões de investigação**

“A natureza de um problema de investigação consiste na produção do conhecimento da realidade social, de um determinado contexto ou processo, e que é expresso na questão: o que é que não sabemos e queremos saber?” (Afonso, p.53, 2005).

Este estudo focaliza-se no fenómeno do abandono escolar, tendo por base alunos que frequentam e que frequentaram cursos profissionais nos três últimos anos letivos.

A investigação foi orientada por uma questão de âmbito geral:

Que perceções têm alunos, docentes e lideranças sobre os fatores que contribuem para o abandono escolar precoce nos cursos profissionais?

Para obtermos resposta a esta questão de investigação procedemos à formulação de subquestões:

Como se organiza a escola para prevenir o abandono escolar precoce?

Como são diagnosticados os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?

Que ações concretas se desenrolam para evitar que os alunos em risco de abandono acabem por sair efetivamente da escola?

Como viveram e sentiram a escola os alunos que abandonaram os cursos profissionais sem concluir o 12º ano?

Como vivem e sentem a escola os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?

### **2. Natureza e tipo de estudo**

Este estudo de cariz qualitativo insere-se num paradigma de investigação interpretativo, havendo a preocupação de recolher informação fiável sobre aspetos específicos da realidade social, usando procedimentos empíricos com o intuito de gerar conceitos que permitam interpretar a realidade (Afonso, 2005). Esta investigação é frequentemente designada por naturalista, porque o investigador frequenta os locais em que naturalmente se verificam os fenómenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas: conversar, visitar, observar,

comer, etc. (Guba, 1978; Wolf, 1978a) citado por Bogdan e Biklen (1994). Para Afonso (2014), nos estudos naturalistas investigamos situações concretas que são identificáveis pelo investigador onde não há intervenção, em termos de manipulação, seja ela física ou deliberada, de quaisquer variáveis.

Nesta investigação, os dados recolhidos são qualitativos, o que significa que são ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar são formuladas com o objetivo de estudar o fenómeno em contexto natural (Bogdan e Bilken, 1994, p.16).

### **3. Caracterização do contexto da investigação e políticas de prevenção e remediação do abandono escolar no Agrupamento Alpha**

Antes de analisarmos as políticas de prevenção do abandono implementadas no Agrupamento Alpha, importa caracterizar o concelho em que se insere. Assim, este Agrupamento de Escolas, está sediado num concelho com 4500 habitantes (censos 2011), sendo o mais pequeno do distrito em que se insere.

A economia do concelho é sustentada pela agricultura, nomeadamente a vitivinicultura. O concelho é bastante pobre, rural, sem infraestruturas de índole cultural e social, sendo a maioria das famílias desfavorecidas, com poucos recursos económicos. Uma elevada percentagem de alunos auferem da Ação Social Escolar (1º ciclo –74,56%, 2º ciclo – 77,44%, 3º ciclo – 76,10 e ensino secundário – 69,09%). Ao longo do ano, assiste-se a fenómenos frequentes de emigração, por parte das famílias, antes sazonal, mas neste momento constante, deixando as crianças entregues a familiares (avós, tios). O concelho tem perdido população, jovem, que procura nos grandes centros populacionais do país ou no estrangeiro, oportunidades que a região não é capaz de oferecer. Para além dos reduzidos serviços públicos, passíveis de ainda serem mais reduzidos, as poucas ofertas de emprego estão diretamente ligadas à monocultura da vinha e à construção civil. Este é considerado um dos concelhos com a maior taxa de desemprego do país.

O Agrupamento assume o seu papel de procurar fazer o acompanhamento da vida escolar dos seus alunos, de maneira a evitar que estes abandonem ou desistam dos seus estudos e que, pelo contrário, consigam completá-los com qualidade e sucesso. Por isso, existe um plano de ação que prevê uma atuação adequada. Tem havido, e deverá continuar a haver, articulação entre os vários responsáveis pelo acompanhamento

educativo dos alunos (professores titulares e diretores de turma, em especial, e pelos restantes docentes e assistentes operacionais, em geral), de modo a que a informação, a deteção e a atuação sejam fatores efetivos.

Ao longo dos anos transatos, o Agrupamento disponibilizou diversas ofertas educativas, tendo em funcionamento diversos cursos que permitiram aos alunos concluir a sua formação e obter uma certificação escolar, sem os quais tal não teria sido possível, uma vez que existem alunos com algumas retenções e por isso com mais propensão para uma situação de abandono escolar. Foram criadas turmas de ensino profissional, programa 15-18, PIEF, cursos de educação e formação e cursos vocacionais.

Atualmente encontram-se em funcionamento cursos profissionais e um curso vocacional.

Nos documentos estruturantes do Agrupamento é frequentemente enunciada a preocupação com a questão do abandono escolar, estando presente em todos eles: Contrato de Autonomia, Projeto Educativo, Plano de Desenvolvimento do Currículo e Regulamento Interno.

No contrato de autonomia, um dos pontos fortes prende-se com a questão do combate ao abandono escolar, realçando-se que um dos objetivos gerais do Contrato é eliminar o abandono escolar, o absentismo e a indisciplina. Os documentos analisados parecem apontar para a existência de uma cooperação efetiva do agrupamento com a comunidade envolvente, com reflexos percecionados ao nível do desenvolvimento local e da redução da taxa de abandono escolar. É objetivo do Agrupamento continuar a intervir de forma diferenciada nas situações de alunos em risco/ sinalizados a nível comportamental, abandono, absentismo e indisciplina.

Um dos eixos de intervenção proposto no Projeto TEIP3 é a Prevenção do Abandono e Absentismo e Regulação do Clima de Escola. Em tal documento reconhece-se que, no sentido de dar resposta a problemas de alunos em risco de absentismo ou abandono escolar, bem como a problemas comportamentais, deve proceder-se à sinalização de alunos, em particular pelos conselhos de turma, recorrendo à consultadoria de docentes (que consiste, de acordo com os documentos, na audição da opinião dos docentes), à avaliação e intervenção psicológica, à elaboração de um plano de intervenção, ao encaminhamento de alunos para outras entidades (destacando-se a Rede social local, a CPCJ, as Especialidades médicas, os Serviços de ação social, a Educação parental, as tutorias pedagógicas após sinalização do conselho de turma e em articulação com o Diretor de turma / psicólogo/ Encarregados de Educação/ a

colaboração da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens/ Serviços de Saúde) à intervenção de forma personalizada em situações de risco, prevenindo o absentismo e abandono escolares e promovendo a autoestima do aluno, incentivando-o para a aprendizagem e para o valor da educação no seu projeto de vida.

Afirma-se ainda que deve haver um trabalho de articulação com as famílias beneficiárias do rendimento social de inserção e com os serviços de ação social, assim como a sinalização de apoios económicos pontuais.

Do Projeto Educativo também emana a mesma preocupação no combate ao abandono escolar, citando-se, nomeadamente:

“A complexidade inerente a este processo compromete e vincula todos os membros da comunidade educativa numa construção coletiva, em torno de um desígnio comum: reduzir o insucesso e melhorar as aprendizagens, tornando-as mais qualificantes; reduzir o abandono escolar e melhorar as competências profissionais promovendo perspetivas de futuro para a vida ativa” (p. 4).

“O combate à desmotivação, ao insucesso e ao abandono escolares são prioridades absolutas deste projeto. Nele se encerram os seus principais objetivos” (p. 5).

Em 2007 foi concluída a requalificação do Agrupamento, no âmbito do projeto de intervenção da empresa Parque Escolar. Esta intervenção melhorou significativamente as condições físicas, os equipamentos e, conseqüentemente, aumentou o nível de satisfação da comunidade escolar. Resolvido o problema do espaço, é necessária a concentração de esforços para tentar resolver os seguintes problemas: o insucesso e abandono escolares; a desmotivação face às atividades escolares; o elevado número de alunos com poucos hábitos e métodos de trabalho e os comportamentos desajustados de alguns alunos que demonstram alguma ausência de valores de cidadania e regras de conduta (...)” (p. 12).

“O insucesso e o abandono escolares, a fraca motivação dos alunos, a sua fraca autoestima, a desresponsabilização dos pais e encarregados de educação no acompanhamento dos seus educandos, a crescente indisciplina, são os problemas que mais afetam este Agrupamento, com implicações ao nível do desenvolvimento socioeconómico e cultural do concelho. Esta análise está longe da superficialidade, uma vez que ela resulta da consensualidade da perspetiva de docentes, não docentes, discentes, pais e encarregados de educação” (p.17,18).

Apesar de esta análise ser aparentemente consensual, não podemos deixar de destacar que os problemas identificados são todos de ordem externa, o que parece

apontar para uma ausência de reflexão sobre as causas internas que podem estar na origem de situações de desvinculação dos alunos face à escola e às aprendizagens e, consequentemente conduzir a situações de abandono escolar.

O Projeto Educativo refere ainda a necessidade da “cooperação efetiva do agrupamento com a comunidade envolvente, com reflexos no desenvolvimento local e na redução da taxa de abandono escolar” (p. 19) e “na formação do seu carácter, para além de desejarmos inculcar o espírito de iniciativa, liderança, capacidade de trabalho e de resiliência, pretendemos igualmente que a Escola constitua uma arma de combate à exclusão social, ao absentismo e o abandono escolar, constituindo um local de valorização pessoal e de igualdade de acesso e oportunidade de construção de um futuro sólido e sustentável para o cidadão” (p. 20).

Da Missão do Agrupamento decorrem os seguintes compromissos/ objetivos gerais:

- Prevenir o abandono e absentismo escolar, diversificando a oferta educativa/formativa de modo a proporcionar e regular o clima de escola, através do estabelecimento de regras de convivência e desenvolvimento de ações que contribuam para a educação cívica dos alunos, como cidadãos solidários, críticos, responsáveis e autónomos.

As metas que o Agrupamento se propõe alcançar visam a melhoria dos resultados nos quatro domínios: Melhoria das aprendizagens; Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina; Gestão e organização e Relação escola-família-comunidade e parcerias que constam do plano de ação pedagógica – Plano de Melhoria do Projeto TEIP3 (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), no qual o Agrupamento está inserido desde o ano letivo 2012/13.

As metas a alcançar no ano letivo 2013-2014 são as de aproximar a taxa de abandono escolar de 0%, para todos os níveis de ensino e continuar a intervir de forma diferenciada nas situações de alunos em risco/ sinalizados a nível comportamental, abandono, absentismo e indisciplina (p.22).

Relativamente às medidas de promoção do sucesso educativo, o Agrupamento desenvolve vários projetos que têm como objetivos o combate ao abandono escolar. Referimo-nos ao Projeto PTE (Projeto Tecnológico para a Educação), ao Projeto PES (Projeto de Educação para a Saúde) complementado com o GACE (Gabinete de Apoio à Comunidade Educativa) e ao Desporto Escolar como: “um instrumento de inclusão e de promoção do sucesso escolar, privilegiando-se a inclusão de alunos que apresentem



maiores riscos de insucesso e de abandono escolares, bem como dos alunos com necessidades educativas especiais” (Projeto Educativo, p.34).

O Agrupamento, através de parcerias e protocolos com entidades públicas e privadas, como sendo o Município, a Santa Casa da Misericórdia, os Bombeiros Voluntários, o Centro de Saúde, o Museu, a Universidade, casas comerciais e outras instituições locais, obtém a colaboração necessária à realização de atividades constantes no plano anual de atividades, tais como visitas de estudo e ações de formação para docentes e não docentes e outras, bem como à concretização de estágios profissionais e respetiva avaliação e orientação, concorrendo para alcançar os objetivos e metas definidos de combate ao insucesso e abandono escolar.

No Plano de Desenvolvimento do Currículo, relativamente à prevenção do abandono, absentismo e indisciplina, promove-se a existência de Tutoria (orientar e aconselhar alunos sinalizados de modo a superar as dificuldades diagnosticadas) e a existência de um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Comunidade (destinado a promover um clima regulador de prevenção da indisciplina; prevenir a interrupção precoce do percurso escolar e promover um maior envolvimento da família no acompanhamento escolar, pessoal e social dos alunos). No mesmo documento são ainda definidas orientações para a implementação das áreas de oferta complementar e de oferta de escola para implementação da Formação Cívica “a funcionar no 3º CEB e Cursos Profissionais que deverá promover a criação de momentos de reflexão e de debate de temáticas promotoras do sucesso educativo, como o combate ao abandono escolar, a regulação de comportamentos e atitudes e a criação de um bom clima de escola, ou seja, deverá desenvolver práticas que contribuam claramente para o desenvolvimento da capacidade crítica e cívica dos alunos, para que estes possam crescer como cidadãos conscientes das suas responsabilidades e do seu papel na escola e na sociedade” (p. 29).

No Regulamento Interno do Agrupamento, de entre as várias competências do apoio social dos serviços técnico-pedagógicos, duas apontam para a questão do abandono escolar, nomeadamente a de participar na organização e execução de ações de sensibilização que visem a prevenção e ou minimização de situações de insucesso, absentismo e abandono escolar e a de colaborar com todos os elementos do GACE e com a comunidade educativa no diagnóstico das causas de absentismo, insucesso e abandono escolar e respetivas medidas de prevenção e de remediação de problemas sociais.

No que se refere ao Apoio do Representante do Ministério da Educação na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) / Professor Tutor, as suas competências apontam para uma colaboração com os diretores de turma no diagnóstico das causas das situações de absentismo/abandono/insucesso escolares e para a participação na conceção e execução de projetos e ações de prevenção das situações de absentismo/abandono/insucesso escolares ou outras que envolvam perigo para as crianças e jovens.

#### **4. Métodos e Instrumentos de recolha de dados**

Elegemos duas técnicas de recolha de dados:

- análise documental (registos biográficos dos alunos, atas dos conselhos de turma, pautas de avaliação e documentos estruturantes do Agrupamento, nomeadamente, Projeto Educativo, Regulamento Interno, Plano de Desenvolvimento do Currículo e Contrato de Autonomia);
- realização de entrevistas semiestruturadas.

Em qualquer pesquisa, a utilização de determinada metodologia é uma questão primordial. Como refere Moura (2008), os métodos devem ser escolhidos e utilizados em função dos objetivos definidos, do modelo de análise e das hipóteses formuladas. Deve ser escolhido um conjunto de princípios que nos oriente no decurso da pesquisa de forma a garantir a validade dos dados e da informação que é obtida. Assim, tendo em conta os objetivos definidos, procedemos à análise documental e ao recurso a entrevistas semiestruturadas.

A análise documental é uma técnica de recolha de dados muito importante no processo de investigação, pois permite ao investigador ter um conhecimento prévio da realidade, do fenómeno e dos sujeitos que são objeto da investigação.

Na nossa investigação recorreremos à análise documental para obtermos informações sobre a história de vida e dos percursos escolares dos alunos a frequentar os cursos profissionais em funcionamento no Agrupamento Alpha. Foram apenas objeto de análise os registos biográficos dos alunos a entrevistar. Relativamente aos alunos em risco de abandono, estes foram selecionados a partir da análise efetuada às atas dos Conselhos de Turma dos Cursos Profissionais de Comércio e de Equipamentos Informáticos, uma vez que, depois de analisadas tais atas e as pautas de avaliação,

verificamos que alguns alunos registavam um elevado número de faltas nesses cursos. As pautas e as atas reportam-se ao período escolar de 2012/2013 a 2014/2015. Foram, ainda objeto de análise, as atas de Conselho de Turma do Curso Vocacional referentes ao último período escolar de 2013/2014, uma vez que tais alunos a entrevistar se encontravam, neste ano, a frequentar tal curso vocacional.

A opção por entrevistar alunos que se encontram a frequentar um curso profissional prende-se, não só com o facto destes alunos, como já referimos anteriormente, registarem um elevado número de faltas, mas também porque a abertura de turmas do ensino profissional é uma das medidas educativas adotada pelo Agrupamento Alpha no sentido de prevenir o insucesso e o abandono escolares, permitindo aos alunos a conclusão da sua formação e a obtenção de uma certificação escolar, conforme vem referido no Projeto Educativo do Agrupamento.

Dos alunos que abandonaram a escola foram selecionados aleatoriamente os entrevistados, sendo que, destes: um frequentou o Curso Profissional de Comércio, tendo abandonado no último ano do curso; dois alunos encontravam-se a frequentar o Curso Profissional de Equipamentos Informáticos, tendo abandonado no segundo ano do curso; um aluno frequentou o Curso Profissional de Turismo e abandonou no decurso do segundo ano, conforme se apresenta no quadro 1:

**Quadro 1:** Número de alunos entrevistados, curso e ano de frequência

Nº de alunos entrevistados				
Curso Profissional	Alunos em risco de abandono		Alunos que abandonaram	
	Número	Ano de frequência	Número	Ano de frequência
Curso Profissional de Comércio	2	11º	1	12º
Curso Profissional de Equipamentos Informáticos	1	10º	2	11º
	3	11º		
Curso Profissional de Turismo	-----		1	11º

Para este trabalho também recorreremos às fontes dos cursos profissionais existentes durante o tempo em que estiveram em funcionamento no Agrupamento de escolas. Essa análise incidiu sobre os registos biográficos dos alunos que frequentaram o ensino profissional, sobre as atas dos respetivos conselhos de turma e sobre as pautas de avaliação, considerando os anos letivos de 2012/2013 a 2014/2015. Esta investigação permitiu confirmar os dados relativos aos alunos que se encontravam em risco de abandono escolar e aos que abandonaram a escola.

Recorremos ainda à realização de entrevistas, sendo esta uma das técnicas de recolha de dados frequente em investigação naturalista. Estas consistem na interação verbal entre o entrevistador e o entrevistado “em situação de face a face, por intermédio do telefone ou de meios informáticos” (Afonso, 2014).

Existem várias definições para o conceito de entrevista. Para Bogdan e Biklen (1994), a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.

Em investigação qualitativa, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem ser a estratégia dominante para a recolha de dados ou ser utilizadas em conjunto com a observação participante, com a análise de documentos ou com outras técnicas. As entrevistas qualitativas podem ter estruturas diferentes. Podem centrar-se em determinados tópicos ou podem ser guiadas por questões gerais. Quando se utiliza um guião, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo (idem, *ibid.*).

“A entrevista é um meio potencial de transferência de uma pessoa (o informante) para outra (o entrevistado) de pura informação. É um método, por excelência, de recolha de informação” e apresenta uma grande variedade de formas (cara a cara, pelo telefone, ou e mail) apresentando-se com os mais diversos fins e usos (Amado, 2013).

Para outro autor, (Cabrita, 2007) a entrevista é uma técnica de recolha de dados bastante adequada para a obtenção de informação acerca da opinião das pessoas (conhecimentos, vivências, expectativas, explicações sobre determinado facto, ou opinião sobre acontecimentos anteriores). Esta técnica permite ao entrevistador recolher informações de pessoas com baixa escolaridade, esclarecer o conteúdo das questões, assim como adaptar-se às pessoas e às circunstâncias em que se desenrola a entrevista.

Dá também a possibilidade de presenciar a expressão corporal, o tom de voz, e a ênfase atribuída às respostas pelo entrevistado.

Podemos distinguir três tipos de entrevistas: estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas.

Neste estudo escolhemos a entrevista semiestruturada por ser, citando Amado (2013), “um instrumento de pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que não existe uma imposição rígida de questões, salientando o que for mais importante. As questões derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista o essencial do que se pretende obter. Na interação dá-se mais liberdade de resposta ao entrevistado”.

Também Albarello (1997) refere que a entrevista semiestruturada se baseia na utilização de um guião que constitui o instrumento de gestão deste tipo de entrevista para colocar o entrevistado em condições de se exprimir, seguindo o curso do seu pensamento. O guião é construído a partir das questões de pesquisa e eixos de análise do projeto de investigação (Afonso, 2014). Os guiões foram redigidos com categorias e subcategorias que se encontram ligados à problemática do abandono escolar.

Os docentes a entrevistar foram selecionados aleatoriamente.

Todas as entrevistas foram transcritas (Anexos II a XI), realizando-se a análise de conteúdo das mesmas. Procedeu-se à categorização dos dados recolhidos através de uma análise de conteúdo temática (Ghiglione & Matalon, 1992), partindo-se das categorias constantes nos guiões de entrevista aplicados.

As unidades de registo que foram sendo recortadas ao longo da análise de conteúdo encontram-se sempre acompanhadas pelo código que identifica a unidade de contexto à qual pertencem. A análise de conteúdo realizada deu origem às tabelas que podem ser consultadas no anexo (Anexo XII).

Cada uma das entrevistas foi considerada enquanto unidade de contexto, tendo-se procedido à sua codificação através da utilização de letras correspondentes, respetivamente a: AR (Alunos em risco de abandono), AA (Alunos que abandonaram o sistema educativo), D (Docentes), DA (Diretora do Agrupamento) e DT (Diretor de Turma). A estas letras seguiram-se números que correspondem ao número de cada entrevistado.

## **5. Tratamento e análise de dados**

Após terem sido realizadas todas as entrevistas, estas foram transcritas com vista a uma posterior análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é um processo de tratamento de dados numa determinada investigação. Refere-se a um conjunto de técnicas possíveis para tratamento de informação previamente recolhida.

O objetivo básico desta análise consiste em “comprimir muitas palavras de texto em poucas categorias de conteúdo, baseada em regras explícitas de codificação” (Stemler, 2001, cit. Lima & Pacheco, 2006).

A análise de conteúdo representa um conjunto de procedimentos metodológicos muito frequentes em trabalhos de investigação educacional e refere-se a um conjunto de técnicas para o tratamento de informação previamente recolhida, visando ao investigador a produção de conclusões e a interpretação dos fenómenos presentes na comunicação (Lima & Pacheco, 2006).

Fazendo uma brevíssima abordagem histórica, refira-se que a análise de conteúdo surgiu nos Estados Unidos da América por volta de 1925, sendo utilizada por jornalistas, sociólogos e estudiosos de literatura. A partir dos anos 50, recorrem a este tipo de análise psicólogos, sociólogos e cientistas da educação.

Com a análise de conteúdo pretendemos “lidar com comunicações frequentemente numerosas e extensas para delas extrair um conhecimento que a simples leitura ou audição cumulativas não permitiria formar” (Lima & Pacheco, 2006). Também é utilizada para comprimir muitas palavras de texto em poucas categorias de conteúdo, baseada em regras de codificação, segundo Stemler (2001).

Através deste tipo de análise, os dados são categorizados, ou seja, são classificados e reduzidos. Para identificar e caracterizar diferentes tipos de categorias, a análise conteúdo pode ser: categorial, de avaliação, de enunciação, de expressão, das relações ou do discurso. A interpretação dos resultados da análise de conteúdo visa dar resposta às questões de investigação que foram colocadas. Assim, os resultados alcançados irão comungar com as teorias existentes e presentes no enquadramento teórico do trabalho de investigação ou irão afastar-se dessas teorias.

No nosso caso, as categorias foram inicialmente inspiradas nos objetivos ou tópicos de questionamento estabelecidos no guião das entrevistas, optando pela análise categorial, segundo Bardin (1977), também denominada por análise de conteúdo

temática, segundo Ghiglione e Matalon (1992), sendo a forma mais frequentemente utilizada em trabalhos de investigação em educação.

Escolhemos a técnica de análise de conteúdo por ser “uma técnica que aposta claramente na possibilidade de fazer inferências interpretativas a partir dos conteúdos expressos, tendo em conta as ‘condições de produção’ desses mesmos conteúdos, com vista à explicação e compreensão dos mesmos” (Amado, 2013, p. 300).

### PARTE III – Apresentação e Análise dos Resultados

Ao longo deste capítulo dedicamo-nos à interpretação e discussão dos resultados obtidos através da análise de conteúdo efetuada para o tratamento das 18 entrevistas realizadas. Esta interpretação dos resultados é feita por categorias, triangulando-se a informação obtida junto dos diferentes grupos de entrevistados (Diretora do Agrupamento, Diretor de Turma, docentes, alunos e jovens).

As entrevistas foram dirigidas a:

- a) Diretora do Agrupamento;
- b) Diretor de Turma de um curso profissional;
- c) Seis docentes de um curso profissional;
- d) Seis alunos em risco de abandono;
- e) Quatro alunos que abandonaram a escola.

O quadro 2, que a seguir se apresenta, explicita as categorias de análise, bem como as fontes mobilizadas para a análise de dados.

**Quadro 2:** Categorias de análise e fontes mobilizadas para a leitura da realidade

<b>Categorias de análise de dados</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Fontes mobilizadas para a análise de dados</b>
A. Ligação escola-família	1. Envolvimento das famílias no percurso escolar dos seus educandos. 2. Ações junto das famílias para alunos em risco de abandono.	- Entrevistas a Diretora, diretor de turma e docentes
B. Relação pedagógica e clima de sala de aula	1. Relação aluno-professor e ambiente de sala de aula. 2. Comportamento e formas de atuação. 3. Relação pedagógica entre ensino regular e	- Entrevistas a docentes, alunos e jovens



	profissional.	
C. Abandono escolar	1. Perfil tipo dos alunos que abandonam a escola. 2. Razões para o abandono.	- Entrevistas a Diretora e docentes, alunos e jovens
D. Atuação face aos alunos em risco de abandono escolar	1. Ações em sala de aula. 2. Ações de sensibilização e estratégias de atuação para prevenção do abandono escolar.	- Entrevistas a Diretora, docentes, alunos e jovens
E. A escola e o futuro profissional	1. A importância da escola no futuro profissional.	- Entrevistas a docentes, alunos e jovens

Depois de explicitadas as categorias de análise, passamos então à apresentação e análise dos resultados obtidos.

### **A. Ligação escola-família**

#### **1. Envolvimento das famílias no percurso escolar dos seus educandos**

A relação escola-família assume grande importância no processo de ensino aprendizagem dos alunos. No entanto, nem sempre os contextos sociais propiciam a que existam condições favoráveis ao envolvimento das famílias na vida escolar dos educandos. Por vezes as limitações de tempo disponível para o acompanhamento dos filhos e a baixa escolaridade dos pais dificultam tal envolvimento.

De acordo com a Diretora, a ligação escola-família é efetuada através dos vários órgãos/estruturas, nomeadamente através da Diretora, do Conselho Geral, e, em particular, através do Diretor de Turma, no seu atendimento semanal e de consultas com a Psicóloga do Agrupamento. Também o diretor de turma refere que os pais e encarregados de educação são envolvidos na vida escolar dos seus educandos através do contacto permanente com o mesmo e da presença dos encarregados de educação nas atividades escolares.

No entanto, e apesar do contacto permanente do diretor de turma com os encarregados de educação, estes não reconhecem a importância da formação que a escola disponibiliza para o futuro dos seus educandos.

“O não reconhecimento, pelos alunos e respectivas famílias, da importância da formação ministrada pela escola para o seu futuro.”  
(DT1)

E, segundo os docentes, a falta de acompanhamento escolar por parte dos encarregados de educação resulta em problemas de comportamento.

“A falta de expectativas e a falta de educação resultantes de uma falta de acompanhamento escolar, por parte dos encarregados de educação.” (D6)

No Projeto Educativo do Agrupamento Alpha é apontado o problema do fraco envolvimento dos encarregados de educação no processo ensino/aprendizagem dos seus educandos, essencialmente ao nível do segundo e terceiro ciclos para o qual é necessária a concentração de esforços para o tentar resolver (Projeto Educativo, p.12). No mesmo documento é também referido que “a desresponsabilização dos pais e encarregados de educação no acompanhamento dos seus educandos e a crescente indisciplina são problemas que afetam o Agrupamento (Projeto Educativo, p17). De igual modo, no Plano de Melhoria TEIP do Agrupamento, é referido que se verifica a necessidade de um maior envolvimento e participação dos Pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos, uma vez que existe uma desvalorização da cultura escolar por parte dos encarregados de educação e que o acompanhamento e envolvimento destes fica aquém do desejado, uma vez que “é prática corrente os encarregados de educação contactarem a escola apenas em momentos pontuais, quando solicitados para receberem resultados de avaliação, para terem conhecimento de maus comportamentos ou para atos meramente administrativos. Criou-se, assim uma carga depreciativa nos chamamentos à escola, o que levou a que convocatórias e convites sejam encarados com pouca confiança” (Projeto Educativo, p.41).

## **2. Ações junto das famílias para alunos em risco de abandono**

De acordo com a Diretora do Agrupamento, as ações implementadas tendo em vista a prevenção do abandono escolar passam por contactos, conversas e reuniões do Diretor de Turma com o encarregado de educação; reuniões com a Diretora; Intervenção da Escola Segura; Intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e da Segurança Social. São ainda planeadas ações que constam dos vários projetos pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver (o Projeto TEIP, o Contrato de Autonomia e o Plano de Melhoria). É referido pela Diretora que estas ações têm uma boa eficácia.

O diretor de turma refere que é através do contacto permanente com os encarregados de educação que se procura coresponsabilizá-los pelo percurso escolar dos seus educandos, sendo assim trabalhada a prevenção do abandono escolar, sensibilizando-os “para a importância da formação ministrada pela escola e destacando as expectativas que deverão depositar na escola para o futuro dos seus educandos” (DT1), uma vez que “as expectativas dos encarregados de educação relativamente aos seus educandos são baixas, dando pouco incentivo à sua educação, o que se reflete no seu fraco desempenho escolar, autoestima e baixas expectativas face ao futuro (Projeto Educativo, p.17).

## **B. Relação pedagógica e clima de sala de aula**

### **1. Relação aluno-professor e ambiente de sala de aula**

Na generalidade, todos os docentes entrevistados são da opinião que o clima de escola e de sala de aula é bom, havendo, no entanto, casos pontuais de comportamentos desajustados “o clima de escola é bom refletindo-se nas boas relações existentes entre todos os agentes educativos: discentes, docentes e pessoal não docente, técnico ou auxiliar” (DT1).

“As relações aluno-professor são boas, não obstante se verificar alguns casos de indisciplina que refletem um deficiente relacionamento nomeadamente em contexto de sala de aula” (D1).

“As relações professor- aluno no agrupamento são bastante agradáveis, no entanto há casos pontuais de alunos que revelam dificuldades em saber estar em sala de aula” (D4).

Os casos pontuais de comportamentos desajustados referidos pelos docentes ocorrem com mais frequência nos cursos profissionais, talvez “devido a uma diferença de expectativa do aluno, na abordagem de conteúdos e competências práticas a que, nem sempre, correspondem os docentes” (D1). Apesar destes cursos serem “práticos com o objetivo de dotar os discentes com ferramentas que vão utilizar no seu cotidiano profissional futuro” (D1) e de permitirem uma “ seleção de materiais pedagógicos adequados ao interesse dos alunos, e também uma abordagem metodológica mais diferenciadora e mais próxima das dificuldades dos discentes” (D3), são poucos os alunos que se envolvem plenamente nas atividades escolares.

Os docentes referem ainda que se utiliza “muito tempo na chamada de atenção dos alunos para o cumprimento das regras de sala de aula” (D3). No entanto, o relacionamento aluno-professor vai melhorando ao longo do tempo. Para os docentes a “aula é muitas vezes um lugar de conquista e derrota constante até se conseguir um entendimento sobre as regras a cumprir “ (D6). É também referido pelos docentes que existem diferenças de postura em sala de aula entre alunos do ensino regular e alunos do ensino profissional. Os primeiros, uma vez que têm as suas expectativas centradas no acesso ao ensino superior estão mais focalizados no processo ensino-aprendizagem; são alunos mais motivados e responsáveis em contexto de sala de aula. Por sua vez, os alunos que frequentam o ensino profissional, “não têm perspectivas de prosseguimento de estudos e, na maioria, vêm poucas saídas profissionais, encarando o curso como um meio de completar o seu percurso escolar” não reconhecendo no curso “uma mais-valia para a sua vida futura” (D1).

Apesar de esta diferença entre os níveis de atenção dos alunos dos cursos regulares e dos cursos profissionais estar identificada, as medidas específicas aplicadas por parte da escola, no geral, e dos professores dos cursos profissionais, em particular, para melhorar os níveis de motivação destes alunos que abandonaram a escola, não produziram efeito.

O discurso dos alunos vai ao encontro do dos professores, no sentido em que reconhecem que se portam mal nas aulas e que não respeitam os professores, levando a que sejam alvo de participações disciplinares. Os alunos afirmam que registaram participações disciplinares porque se chatearam “com uma professora por causa de um

colega”(AR2), por se portarem mal e “por não respeitar os professores” (AR3). No entanto, os alunos referem-se mais à falta de assiduidade, afirmando que “faltava às aulas porque não me apetecia ir e se alguns colegas não fossem, eu também não ia” (AR3); “faltava às aulas porque não me apetecia ir” (AR4).

Esta tensão que é possível identificar entre os alunos e alguns professores é bem representativa dos processos de desvinculação em que os alunos se encontram. Os jovens que abandonaram a escola pouco referem em relação ao comportamento. Apenas um dos entrevistados afirma ter registado participações disciplinares. Os restantes jovens referem que não registavam problemas de comportamento “era calado a aula toda, se possível” (AA1) ou “não fazia nada. Não chateava, mas também não trabalhava” (AA4). O problema mais comum apontado pelos jovens era a falta de assiduidade “faltava e chegava atrasado às aulas” (AA1), “tinha problemas de assiduidade, faltava” (AA3) ou “faltava às aulas de vez em quando” (AA2 e AA4). Estes são excertos que evidenciam que, para os alunos que abandonaram a escola, esta era um lugar no qual assumiam um papel passivo, não havendo produção ou aquisição de conhecimento. Um lugar onde se limitavam a estar, mas onde certamente não sentiam pertencer. A escola dos nossos dias parece continuar a ser, para alguns, a “escola das promessas” (Canário, 2005): à igualdade de acesso está longe de corresponder uma igualdade de sucesso, assistindo-se a processos de exclusão gerados no interior da própria escola, que parece permanecer “indiferente às diferenças” (Bourdieu & Passeron, 1964).

Na opinião dos docentes há alunos nos cursos profissionais que “têm uma atitude, por vezes displicente, pois estes alunos pensam que estar nos cursos profissionais é igual a não fazer nada” (D2), notando-se “uma tendência para que os alunos “respeitem” menos os docentes, no sentido de haver maior “familiaridade” na relação” (D5). Por outro lado, na opinião de outro docente, “a aula é muitas vezes um lugar de conquista e derrota constante, até se conseguir um entendimento sobre as regras a cumprir” (D6).

São várias as razões apontadas pelos docentes para os comportamentos desadequados. De acordo com o diretor de turma entrevistado, estes comportamentos podem ser justificados pela “falta de interesse e a desmotivação, pela falta de identificação com a cultura escolar, pelo não reconhecimento do papel da escola na sua formação, e pelo não reconhecimento da importância dos saberes transmitidos e das competências desenvolvidas pela escola para o seu futuro” (DT1). De igual modo, os docentes referem que tais problemas de comportamento advêm do facto de “os padrões

de comportamento, a linguagem, os saberes que são transmitidos pela escola não serem considerados essenciais para ter sucesso na vida ativa ou quando os alunos (ou a família) não se reconhece em tais valores ou com eles não se identifica” (D1) ou ainda pelo facto de existir “falta de retaguarda parental; baixa autoestima; problemas familiares e sociais” (D3) e pela “total falta de interesse por todo o ambiente escolar e a falta de educação dos alunos” (D6). Estes problemas são também resultado do facto de os alunos não se identificarem com os “conteúdos lecionados ou com a linguagem utilizada; então ficam desmotivados, desinteressados e daí resultarem comportamentos perturbadores e desconformes com as regras que devem ser observadas em sala de aula” (D1). Estes alunos “são aqueles que não pretendem nada, que a escola não lhes diz absolutamente nada, que querem ter 18 anos, para poder sair da escola” (D2).

Ainda na opinião dos docentes, “esses comportamentos podem levar a situações de abandono escolar, uma vez que “tudo se torna um constrangimento para o aluno, e vê o abandono escolar como única saída” (D2) e normalmente tais comportamentos aliados a uma oportunidade de trabalho, ainda que não, como ocorre normalmente, qualificado, abandonam a escola e, conseqüentemente, o prosseguimento dos seus estudos” (D1).

## **2. Comportamento e formas de atuação**

Face aos problemas de comportamento elencados no ponto anterior, as formas de atuação dos docentes, na opinião dos mesmos, passam pela “responsabilização dos jovens, e das respetivas famílias; pela diversificação de estratégias tendo em conta os interesses” dos alunos, “criando motivação para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem” (D1). Também na opinião dos docentes, devem ser tidas em conta as regras de sala de aula e “os procedimentos delineados nas reuniões de conselho de turma” (D2).

Os docentes referem também que os alunos devem ser orientados “na descoberta dos seus interesses próprios canalizando-os para os objetivos e adequando-os às competências que devem ser alcançadas com o curso em causa” (D1). É igualmente referido que “os professores agem de forma cooperativa e o diretor de turma promove a articulação necessária entre a escola e o encarregado de educação. Os conselhos de turma são os momentos por excelência para definir as estratégias mais adequadas à resolução dos problemas de comportamento” (D3) e que “depois de esgotadas todas as tentativas de resolução pelo bom senso (diálogo), os alunos são encaminhados para o

GACE ou para a Direção” (D5). Relativamente à eficácia das estratégias definidas em conselho de turma com vista à prevenção da indisciplina, os docentes apresentam opiniões divergentes. É referido que “quando tais estratégias são aplicadas por todos os docentes do conselho de turma, revelam-se eficazes” (D1). Por outro lado, “os procedimentos delineados nas reuniões de conselho de turma nem sempre são eficazes; contudo também podem resultar” (D2).

As ações que, na opinião dos alunos, são levadas a cabo pelos docentes face a problemas de comportamento são as chamadas de atenção “quando tenho mau comportamento o DT chama à atenção e dá conselhos” (AR1), a comunicação ao encarregado de educação “o DT comunica aos pais” (AR2) e à Direção do Agrupamento.

### **3. Relação pedagógica no ensino regular e no ensino profissional**

De acordo com os professores, existem diferenças na relação pedagógica entre alunos do ensino regular e do profissional. Essas diferenças fazem-se sentir porque os alunos do ensino regular têm “as suas expectativas centradas no acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, mais focalizados no processo ensino-aprendizagem de modo a obter a classificação que lhes permita a “entrada” no curso pretendido; são alunos mais motivados e responsáveis em contexto de sala de aula” (D1), sabendo “cumprir mais adequadamente as regras da sala de aula” (D3). Com os alunos do ensino profissional, “talvez devido a uma diferença de expectativa do aluno, na abordagem de conteúdos e competências práticas a que, nem sempre, correspondem os docentes” (D1), verificam-se “alguns casos de indisciplina que refletem um deficiente relacionamento nomeadamente em contexto de sala de aula. Tais casos ocorrem com mais frequência nos cursos profissionais” (D1), apesar da relação pedagógica também ser boa. No entanto, os alunos que frequentam os cursos profissionais “pensam que estar nos cursos profissionais é igual a não fazer nada” e “têm uma atitude, por vezes displicente” (D2). Os docentes referem ainda que se nota “uma tendência para que os alunos “respeitem” menos os docentes, no sentido de haver maior “familiaridade” na relação” (D5).

Todavia, nem todos os docentes partilham da mesma opinião, referindo que não vêem diferenças entre alunos dos dois cursos”, uma vez que “as regras determinadas dentro de sala de aula no âmbito do regulamento interno, são cumpridas por alunos independentemente do tipo de ensino” (D4).

Existe ainda quem considere que “a relação entre professor e aluno vai melhorando ao longo do tempo. A aula é muitas vezes um lugar de conquista e derrota constante, até se conseguir um entendimento sobre as regras a cumprir” (D6).

Na opinião dos alunos, a relação pedagógica com os professores é boa, afirmando: “damo-nos bem” (AR2); “dou-me bem com eles, nunca tive problemas” (AR6).

Apesar do bom relacionamento existente entre professores e alunos, estes últimos afirmam não gostar das aulas, uma vez que as consideram “...chatas. Aborrece-me estar nas aulas” (AR4) e são muito “secas” (AR6). Estes alunos mostram, ainda, preferência por algumas aulas, nomeadamente as de cariz mais prático quando referem que “só gosto de algumas aulas. Gosto de Educação Física e de Área de Integração porque são aulas práticas, Matemática e Comunicar no Ponto de Venda são mais teóricas” (AR1); “Gosto de algumas aulas, de Educação Física e de Comercializar e Vender” (AR5).

Podemos referir aqui a vertente prática dos cursos profissionais que, na ótica dos docentes “permite uma abordagem mais flexível e com forte componente prática a alunos com interesses muitas vezes divergentes dos escolares” (D5), “com o objetivo de dotar os discentes com ferramentas que vão utilizar no seu quotidiano profissional futuro” (D1). No entanto “são poucos os alunos que se envolvem plenamente nas atividades propostas” (D2).

## **C. Abandono escolar**

### **1. Perfil tipo dos alunos que abandonam a escola**

Os alunos em risco de abandono são diagnosticados através da “falta de assiduidade e com grandes dificuldades de aprendizagem” (DA1), de acordo com o que é referido pela Diretora do Agrupamento. Estes alunos são “oriundos de famílias disfuncionais, com baixas expectativas face à escola e ao futuro, com carências de toda a ordem, nomeadamente económicas, sociais e culturais” (DA1). O que os leva a abandonar os estudos são sobretudo “as dificuldades económicas, o que leva à emigração de famílias inteiras à procura de melhores condições de vida. (DA1). No Projeto Educativo do Agrupamento é referido que se tem “assistido, cada vez mais, ao aumento do fenómeno de emigração sazonal e atualmente de forma definitiva, para países da Europa por parte de famílias inteiras que levam os filhos, ou deixam-nos entregues a familiares, privando-os assim da presença dos pais. Por norma, esses jovens



são acompanhados por adultos com idade já avançada, pois os adultos jovens, como já foi referido, procuram noutras paragens condições para uma melhor qualidade de vida. Esta situação fomenta desinteresse pela escola dado que as crianças e jovens, na sua maioria, desejariam acompanhar os seus pais, refletindo-se essa ausência negativamente no seu aproveitamento escolar” (Projeto Educativo, p.8).

## **2. Razões para o abandono**

Como já foi referido anteriormente, o que leva os alunos a abandonar a escola, na opinião da Diretora são as dificuldades económicas que levam as famílias a emigrar à procura de melhores condições de vida. Os docentes partilham da mesma opinião quando referem que “os alunos pretendem deixar a escola por terem completado os dezoito anos e desejarem ir trabalhar para o estrangeiro” (D1), tendo “necessidade de entrar o mais cedo possível no mercado de trabalho, procurando a autonomia financeira” (D3). Os docentes afirmam ainda que o abandono dos estudos “deve-se essencialmente às dificuldades acumuladas que provocam um fosso enorme entre o seu ritmo e o ritmo de acompanhamento das matérias por parte da maioria dos alunos da turma” (D4) e também devido a um “total desinteresse pela escola” que advém do facto de pertencerem a uma “família desestruturada que muitas vezes desincentiva à frequência; a necessidade de rendimentos extra, familiares emigrados à procura de emprego para o aluno, o elevado número de faltas” ou ainda “solicitações de colegas no exterior” (D5).

Os docentes afirmam, ainda que os problemas de comportamento, aliados ao elevado número de faltas, às dificuldades acumuladas e à falta de empenho, normalmente conduzem a situações de abandono escolar se não forem tratadas convenientemente e se não forem detetadas a tempo de as combater. Os alunos começam por se sentir constrangidos e o ritmo de acompanhamento dos conteúdos lecionados é cada vez menor, levando à desistência: “esses comportamentos podem levar a situações de abandono escolar, pois quando o professor começa por lhe pedir trabalhos ou outras tarefas, a avaliação começa a ser negativa, tudo isso torna-se um constrangimento para o aluno, e vê o abandono escolar como única saída” (D2).

Os alunos apontam como razões para a “possível” não conclusão dos estudos o facto de não gostarem da escola, afirmando “a escola não dá para mim. Não gosto da escola” (AR1), a emigração “quando fizer o 11ºano e tiver 18 anos vou trabalhar para

França para ganhar dinheiro” (AR2) e a falta de interesse e de confiança em si próprios “não sei se vou conseguir. Não gosto de estudar nem de ir às aulas” (AR5).

O discurso dos jovens relativamente às razões que os levaram a abandonar os estudos vai ao encontro do que foi referido pelos alunos em risco de abandono, referindo que “saí no 10º ano porque gostava de ir trabalhar, por falta de dinheiro, queria a independência. Queria concretizar os meus objetivos: tirar a carta, comprar carro, comprar mota e arranjar emprego” (AA3) e ainda porque “não gostava de andar na escola, não gostava de estudar e estavam sempre a chatear-me para estudar” (AA4).

## **D. Atuação face aos alunos em risco de abandono escolar**

### **1. Ações em sala de aula**

De acordo com os docentes, as ações em sala de aula tendo em vista a prevenção do abandono escolar, passam por “canalizar o interesse do discente para as atividades escolares. Quando o aluno tem interesse na atividade que é proposta ... o aluno não falta, bem pelo contrário, tem gosto em frequentar as aulas, em estar atento, motivado; quando o aluno (e a família) se identifica com o papel da escola, não ocorre abandono” (D1).

Os docentes referem também que “o ensino prático, com utilização de materiais diversificados, abordando conhecimentos e competências de ordem prática motiva os alunos envolvendo-os no processo ensino-aprendizagem” (D1).

As ações passam igualmente por “treinar a abordagem tática e estratégica relativamente aos alunos que não querem aprender através da interação entre todos os docentes, o diretor de turma e demais agentes educativos” (D3), pela realização de trabalho de grupo “constituído por alunos com ritmos de aprendizagem diferentes” (D4), por “explicações variadas”, como a importância da escolaridade para a obtenção da carta de condução e de um emprego e “pelo desenvolvimento de capacidades de concentração, raciocínio, memorização, físicas, emocionais, intelectuais, sociais, culturais” (D5).

Os docentes consideram, ainda que se deve “dar mais atenção ao aluno, elogiar o aluno nas suas prestações na sala de aula, atribuir tarefas de responsabilidade que possam contribuir para a melhoria da sua auto estima, colocar o aluno junto de alunos que possam ajudar na realização dos trabalhos dentro da sala de aula” (D6).

## **2. Ações de sensibilização e estratégias de atuação para prevenção do abandono escolar**

Segundo a diretora, as ações de sensibilização e estratégias de atuação para prevenção do abandono escolar passam pelos “contactos, conversas e reuniões do Diretor de Turma com o Encarregado de Educação; por reuniões com a Diretora; pela intervenção da Escola Segura; da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e da Segurança Social” (DA1). Ainda segundo a diretora, existem ações previamente planeadas e que constam dos vários projetos pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver. Procura-se a utilização de estratégias motivadoras e dar-se o verdadeiro protagonismo aos alunos, envolvendo-os ativamente nas ações”. Na opinião da mesma, “estas ações têm uma boa eficácia” (DA1).

De acordo com a diretora, a prevenção do abandono escolar passa por “melhorar as práticas educativas, tornando-as mais motivadoras para os alunos” (DA1).

O diretor de turma partilha da mesma opinião referindo que a prevenção é efetuada “através de contacto permanente...” com os encarregados de educação, “procurando coresponsabilizá-los pelo percurso escolar dos seus educandos ao mesmo tempo que deve ser feita a sua sensibilização para a importância da formação ministrada pela escola destacando nas expectativas que deverão depositar naquela para o futuro dos seus educandos” (DT1).

Segundo o diretor de turma, “a promoção de ações de formação especialmente destinadas a pais e encarregados de educação poderá e deverá ser outro caminho a percorrer” (DT1).

Ainda para o diretor de turma, “tais medidas serão tanto mais eficazes quanto mais próximas da linguagem e da cultura que os alunos são portadores estiver para, a partir desta, promover e alcançar a sua formação pessoal e profissional, dotando-os das melhores ferramentas para enfrentar o futuro” (DT1).

Na opinião dos docentes, para se prevenir o abandono escolar, “para além da descoberta dos interesses do aluno (e da sua família), tem que ser efetuado um trabalho rigoroso de reeducar o aluno (e a família) demonstrando-lhe o valor acrescentado que lhe advém da escola” (D1). É através do conselho de turma, no papel do diretor de turma, segundo os docentes, e do diálogo com os alunos e encarregados de educação que se “adotam estratégias práticas que vão ao encontro das necessidades dos alunos”

(D2). É também importante, segundo os mesmos, o “envolvimento em visitas de estudo; trabalhos de caráter prático; apoio do serviço de psicologia e orientação; implementação de oficinas de estudo” (D3).

Outras estratégias de atuação aplicadas no Agrupamento para alunos em risco de abandono passam, de acordo com os docentes, também pela “responsabilização, motivação, utilização de métodos pedagógicos essencialmente práticos indo ao encontro dos interesses e vivências dos alunos; registo diário das faltas com comunicação ao diretor de turma e ao órgão de gestão para, em colaboração com outras entidades, nomeadamente os agentes da Escola Segura e os elementos da CPCJ (quando os alunos registam características que motivam tal intervenção) e, de imediato, aos respetivos encarregados de educação, procurando saber, na hora, onde se encontra o aluno e indo mesmo ao seu encontro. Estas medidas têm-se revelado eficazes quando contam com a colaboração dos encarregados de educação, o que nem sempre se verifica” (D1). As medidas de prevenção passam igualmente pelo “incentivo à conclusão do curso, com metodologias de avaliação diversificadas através dos docentes do conselho de turma, da CPCJ, nos casos mais graves. Quando há a intervenção da CPCJ, os alunos têm mais receio e por vezes melhoram o comportamento” (D2).

As ações levadas a cabo pelo diretor de turma e pelos professores, na ótica dos alunos, passam pelo constante diálogo, como afirmam os alunos em risco de abandono: “dizem-nos para não sairmos da escola, para ficarmos porque depois é o arrependimento, o querer voltar e não poder” (AR1) e “os professores dizem para me portar bem e para não faltar” (AR3), “dizem-me que devia aproveitar os estudos, que é o melhor para mim” (AR4).

Relativamente aos alunos que abandonaram, nota-se uma preocupação por parte do Agrupamento em fazer com que estes alunos regressem, uma vez que os mesmos afirmam que quando deixaram de ir à escola “houve uma reunião com a Direção, mas não me convenceram” (AA3) e afirmam também que “ligaram várias vezes para a minha mãe para eu voltar, mas eu não quis voltar” (AA4) e “uma vez foram a casa buscar-me para vir para as aulas, mas eu não vim” (AA3).

## **E. A escola e o futuro profissional**

### **1. A importância da escola no futuro profissional**

Alguns dos alunos entrevistados não vê qualquer importância na escola para o seu futuro profissional, como eles próprios referem “tenho colegas que tiraram um curso e andam a fazer trabalhos piores do que eu, por isso o 12ºano não quer dizer nada” (AA3). Esta ideia vai ao encontro do que nos diz Justino (2010), as expectativas dos alunos são reduzidas, uma vez que as oportunidades de aceder a melhores remunerações ou a empregos mais estáveis também são reduzidas. Então coloca-se a questão “Estudar mais para quê? Para ir para um emprego ou para ganhar o mesmo ou pouco mais do que ganha um trabalhador com o 9ºano?” (ibid idem, p.60).

Devido às baixas expectativas em relação ao futuro, os alunos referem que querem “trabalhar nas obras. Não quero trabalhar noutra coisa. Porque não é preciso pensar” (AR6). É dada pouca importância à formação no futuro profissional, uma vez que os mesmos afirmam que “se for trabalhar para a vinha não preciso de nada. É importante o que aprendo, mas não preciso” (AR1) e “não é útil o que aprendo. Se for trabalhar para as obras, não preciso de estudar” (AR2).

No entanto, há alunos e jovens que valorizam a escola quando referem: “o que aprendo na escola é importante para arranjar um trabalho” (AR3).

Os jovens partilham da mesma opinião referindo que “o que aprendi foi importante, claro. Faz com que uma pessoa veja as coisas de forma diferente” (AA1) e “tudo o que se aprende é importante, eu acho. Aprender a ler e a fazer contas foi importante” (AA3).

## Conclusão

Na reta final desta investigação, é altura de elaborarmos:

a) uma reflexão sobre o trabalho realizado, ou seja, sobre as respostas obtidas relativamente à questão central que deu origem à nossa investigação: *Que perceções têm alunos, docentes e lideranças sobre os fatores que contribuem para o abandono escolar precoce nos cursos profissionais?*

b) uma reflexão final sobre o estudo realizado.

a) Partindo dos dados obtidos podemos afirmar que os entrevistados, nomeadamente a Diretora e os docentes, têm a mesma perceção relativamente aos fatores que contribuem para o abandono escolar precoce nos cursos profissionais.

A Diretora afirma que são as dificuldades económicas que levam as famílias a emigrar à procura de melhores condições de vida. Os docentes partilham da mesma opinião referindo que os alunos pretendem deixar a escola por terem completado os dezoito anos e desejarem ir trabalhar para o estrangeiro, tendo necessidade de entrar o mais cedo possível no mercado de trabalho, à procura da autonomia financeira. Os docentes afirmam ainda que o abandono dos estudos também se deve às dificuldades acumuladas que provocam um fosso enorme entre o seu ritmo e o ritmo de acompanhamento das matérias, revelando um total desinteresse pela escola que advém do facto de pertencerem a famílias desestruturadas que muitas vezes desincentivam à frequência, havendo a necessidade de rendimentos extra, por terem familiares emigrados à procura de emprego para o aluno ou devido ao elevado número de faltas. São ainda os problemas de comportamento, aliados ao elevado número de faltas, às dificuldades acumuladas e à falta de empenho que normalmente conduzem a situações de abandono escolar se não forem tratadas convenientemente e se não forem detetadas a tempo de as combater, uma vez que os alunos começam por se sentir constrangidos e o ritmo de acompanhamento dos conteúdos lecionados é cada vez menor, levando à desistência.

Salienta-se a tendência, que parece evidenciar-se, para a escola atribuir as causas dos problemas que enfrenta a fatores externos, como o contexto envolvente e a família, ou a fatores relativos ao próprio aluno, como a falta de interesse e motivação. Tal tendência parece sugerir alguma dificuldade por parte da escola em identificar e refletir

sobre os fatores internos, relacionados com práticas organizacionais e pedagógicas que possam estar na origem desses problemas.

Os alunos apontam como razões para o abandono escolar o facto de não gostarem da escola e de terem como objetivo presente a emigração, para irem trabalhar e obterem autonomia financeira. A falta de interesse e de confiança em si próprios é igualmente uma das razões apontadas pelos alunos que referem que não gostam de estudar nem de ir à escola.

Este discurso por parte dos alunos demonstra a incapacidade de a escola conseguir ir ao encontro das necessidades de cada criança / jovem (Slavin & Madden, 1989). O modelo pedagógico pelo qual se organizam os processos de ensino / aprendizagem continua a consistir num modelo estandardizado, uniforme, pouco flexível, no qual não se enquadram todos os alunos que chegam às nossas escolas.

A falta de confiança de que nos falam estes alunos poderá ser explicada por uma espiral de insucessos repetidos que conseguiram apenas fazer com que os alunos “percebessem” que não eram capazes e que “a escola não era para eles”. Trata-se do “desânimo aprendido” (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978), cuja consequência lógica é o referido “não gostar da escola”, culminando, invariavelmente, em processos de abandono escolar.

Para melhor compreendermos de que forma se organiza a escola face ao abandono escolar e como vivem os alunos em risco de abandono e os que já abandonaram a escola, foram ainda formuladas algumas subquestões que aqui retomamos, para lhes dar resposta a partir do estudo realizado.

#### *Como se organiza a escola para prevenir o abandono escolar precoce?*

Nos documentos estruturantes do Agrupamento (Contrato de Autonomia, Projeto Educativo, Plano de Desenvolvimento do Currículo e Regulamento Interno) há várias referências à preocupação com a questão do abandono escolar.

Nestes documentos afirma-se que existe uma cooperação efetiva do agrupamento com a comunidade envolvente, com reflexos no desenvolvimento local e na redução da taxa de abandono escolar. É objetivo enunciado do Agrupamento continuar a intervir de forma diferenciada nas situações de alunos em risco/ sinalizados a nível comportamental, abandono, absentismo e indisciplina. Nos documentos analisados pode

ler-se que o Agrupamento procede à sinalização de alunos, em particular pelos conselhos de turma, recorrendo à consultadoria de docentes, à avaliação e intervenção psicológica, à elaboração de um plano de intervenção, ao encaminhamento de alunos para outras entidades (destacando-se a Rede social local, a CPCJ, as Especialidades médicas, os Serviços de ação social, a Educação parental, as tutorias pedagógicas após sinalização do conselho de turma e em articulação com o Diretor de turma / psicólogo/ Encarregados de Educação/ a colaboração da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens/ Serviços de Saúde).

É ainda enunciado o objetivo de prevenir o abandono escolar através da oferta educativa/formativa diversificada, de modo a proporcionar e regular o clima de escola, através do estabelecimento de regras de convivência e desenvolvimento de ações que contribuam para a educação cívica dos alunos, como cidadãos solidários, críticos, responsáveis e autónomos.

Nestes documentos há ainda referência a vários projetos que têm como objetivo o combate ao abandono escolar. Referimo-nos ao Projeto PTE (Projeto Tecnológico para a Educação), ao Projeto PES (Projeto de Educação para a Saúde) complementado com o GACE (Gabinete de Apoio à Comunidade Educativa) e o Desporto Escolar como: “um instrumento de inclusão e de promoção do sucesso escolar, privilegia-se a inclusão de alunos que apresentem maiores riscos de insucesso e de abandono escolares, bem como dos alunos com necessidades educativas especiais” (Projeto Educativo, p.34).

São também mencionadas parcerias e protocolos com entidades públicas e privadas, que procuram soluções para darem resposta a vários problemas, sendo que um deles se prende com a prevenção do insucesso e abandono escolares.

Tanto os documentos analisados como o discurso da Diretora e dos professores entrevistados referem a existência de Tutorias (orientar e aconselhar alunos sinalizados de modo a superar as dificuldades diagnosticadas) e a existência de um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Comunidade (destinado a promover um clima regulador de prevenção da indisciplina; prevenir a interrupção precoce do percurso escolar e promover um maior envolvimento da família no acompanhamento escolar, pessoal e social dos alunos).

Está implementada no Agrupamento a área de oferta complementar da Formação Cívica nos Cursos Profissionais que tem como objetivo promover a criação de momentos de reflexão e de debate de temáticas promotoras do sucesso educativo, como



o combate ao abandono escolar, a regulação de comportamentos e atitudes e a criação de um bom clima de escola.

São competências do apoio social e dos serviços técnico-pedagógicos do Agrupamento, a organização e execução de ações de sensibilização que visem a prevenção e ou minimização de situações de insucesso, absentismo e abandono escolar e a colaboração com todos os elementos do GACE e com a comunidade educativa no diagnóstico das causas de absentismo, insucesso e abandono escolar.

*Como são diagnosticados os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?*

Os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce, de acordo com o que foi referido pela Diretora do Agrupamento, são diagnosticados através da falta de assiduidade e com grandes dificuldades de aprendizagem, procedendo-se à sinalização dos alunos, em particular pelos conselhos de turma e recorrendo à consultadoria de docentes e à avaliação e intervenção psicológica. Foi ainda referido pela Diretora que normalmente, estes alunos são oriundos de famílias disfuncionais, com baixas expectativas face à escola e ao futuro, com carências de toda a ordem, nomeadamente económicas, sociais e culturais.

Este discurso parece apontar para a ideia de um certo “fatalismo social” (Bourdieu & Passeron, 1964) que a escola não está a conseguir contrariar. E tal incapacidade parece corroborar a ideia que já aqui veiculamos de que o modelo escolar pelo qual a escola se continua a organizar é um modelo que serve apenas a alguns, aos que conhecem “os meandros do labirinto escolar” (Pires, 2000), fazendo da escola um lugar de reprodução das diferenças e das desigualdades sociais.

*Que ações concretas se desenrolam para evitar que os alunos em risco de abandono acabem por sair efetivamente da escola?*

Quanto à Diretora do Agrupamento, as ações implementadas tendo em vista a prevenção do abandono escolar passam por contactos, conversas e reuniões do Diretor de Turma com o encarregado de educação; reuniões com a Diretora; Intervenção da Escola Segura; Intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e da Segurança Social. São ainda planeadas ações que constam dos vários projetos

pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver (o Projeto TEIP, o Contrato de Autonomia e o Plano de Melhoria).

É referido pela Diretora que estas ações têm uma boa eficácia, apesar de não nos ter sido possível recolher evidências que comprovem a eficácia referida. Os docentes referem também a utilização de estratégias motivadoras e dar-se o verdadeiro protagonismo aos alunos, envolvendo-os ativamente nas ações.

Afirmam os docentes que as ações tendo em vista a prevenção do abandono escolar passam por canalizar o interesse dos discentes para as atividades escolares e a adoção de um ensino prático, com utilização de materiais diversificados, abordando conhecimentos e competências de ordem prática no sentido de motivar os alunos e envolvê-los no processo ensino-aprendizagem. Treinar a abordagem tática e estratégica relativamente aos alunos que não querem aprender através da interação entre todos os docentes, o diretor de turma e demais agentes educativos, a realização de trabalho de grupo “constituído por alunos com ritmos de aprendizagem diferentes, as explicações variadas acerca da escolaridade e carta de condução, das habilitações literárias e emprego e o desenvolvimento de capacidades de concentração, raciocínio, memorização, físicas, emocionais, intelectuais, sociais, culturais são outras das ações referidas pelos docentes que se desenrolam em sala de aula para evitar que os alunos em risco de abandono acabem por efetivamente abandonar a escola.

Ainda de acordo com a perceção dos docentes, é através do conselho de turma, no papel do diretor de turma, e do diálogo com os alunos e encarregados de educação que são adotadas estratégias práticas que vão ao encontro das necessidades dos alunos, sendo de igual importância o envolvimento dos alunos em visitas de estudo, em trabalhos de caráter prático, assim como o apoio do serviço de psicologia e orientação.

No entanto, não obstante os docentes referirem estas ações, os alunos que abandonaram a escola referem que o fizeram porque as aulas eram “chatas”, como se pode ver pelos enunciados que se seguem:

“Aborrece-me estar nas aulas” (AR4)

[As aulas] são muito “seca” (AR6)

Esta aparente contradição entre o discurso dos professores e o discurso dos alunos parece apontar para a necessidade da implementação de práticas diretas de supervisão pedagógica que permitam aos professores uma reflexão sustentada e sistemática sobre a forma como as práticas enunciadas são efetivamente operacionalizadas e ainda sobre a

eficácia destas relativamente ao cumprimento do objetivo de prevenir a desmotivação dos alunos e o conseqüente insucesso e abandono escolar.

Outras estratégias de atuação aplicadas no Agrupamento para alunos em risco de abandono, ainda referidas pelos docentes, passam pelo registo diário das faltas com comunicação ao diretor de turma e ao órgão de gestão para, em colaboração com outras entidades, nomeadamente os agentes da Escola Segura e os elementos da CPCJ (quando os alunos registam características que motivam tal intervenção) e, de imediato, aos respetivos encarregados de educação. As medidas de prevenção passam igualmente pelo incentivo à conclusão do curso, com metodologias de avaliação diversificadas através dos docentes do conselho de turma, da CPCJ, nos casos mais graves. Quando há a intervenção da CPCJ, os alunos têm mais receio e por vezes melhoram o comportamento. As ações têm-se revelado eficazes quando contam com a colaboração dos encarregados de educação, o que nem sempre se verifica.

Os alunos referem também este incentivo que sentem por parte dos professores e a preocupação da escola em evitar o abandono:

“...houve uma reunião com a Direção, mas não me convenceram” (AA3)

“ligaram várias vezes para a minha mãe para eu voltar, mas eu não quis voltar” (AA4)

“uma vez foram a casa buscar-me para vir para as aulas, mas eu não vim” (AA3).

No entanto, o próprio discurso dos alunos evidencia que esta “preocupação” e este “incentivo” não se revelam eficazes, pelo menos, em todos os casos. Tal facto sugere que estas medidas devam ser combinadas com outras, de caráter menos genérico e mais focadas nos modos concretos de fazer aprender. Porque apenas uma mudança nas práticas organizacionais e pedagógicas pode contribuir para a mudança das representações negativas que estes alunos evidenciam perante a escola. Enquanto a escola continuar a funcionar tendencialmente do mesmo modo, fazendo com que estes alunos sintam que não fazem parte dela (“a escola não dá para mim”, AR1), de pouco adiantarão “o incentivo” e a “preocupação”.

*Como viveram e sentiram a escola os alunos que abandonaram os cursos profissionais sem concluir o 12º ano?*

Partindo dos dados que obtivemos, os alunos que abandonaram a escola, quando se referem às retenções ao longo do seu percurso escolar, apontam como principais razões a falta de assiduidade e de interesse pela escola e pelos estudos. No entanto, estes alunos, na sua maioria, sentem-se arrependidos por terem abandonado e agora é que sentem a falta que a formação lhes faz, uma vez que as ocupações que agora têm são apenas temporárias.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a abandonar a escola, estes alunos referem a falta de dinheiro e o “querer a independência” para concretizarem os seus objetivos.

Quase todos os alunos revelam problemas de assiduidade, faltavam às aulas porque “já era hábito” conforme foi referido por um dos alunos.

Relativamente ao comportamento, estes alunos não registavam grandes problemas de comportamento, segundo eles, apenas um dos alunos referiu ter sido alvo de participações disciplinares.

*Como vivem e sentem a escola os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?*

Tal como os alunos que abandonaram, os alunos em risco de abandono, quando se referem às retenções ao longo do seu percurso escolar, abordam a falta de estudo e de interesse pelas atividades escolares, o comportamento e a falta de assiduidade como principais razões. O discurso dos alunos é em tudo condicente com o dos professores: um discurso que coloca nos alunos a total responsabilidade pelo seu insucesso escolar, mas que é incapaz de olhar para as práticas organizacionais e pedagógicas de forma crítica e reflexiva, equacionando que a escola possa ter uma quota-parte de responsabilidade neste insucesso.

A maioria dos alunos não gosta de andar na escola porque não gosta de estudar nem de estar fechado na sala de aula. O único motivo que os leva à escola é o de poderem estar com os colegas. A referência ao estar “fechado na sala de aula” mais uma vez evidencia e retrata o modelo pedagógico em uso nas nossas escolas, que continua a seguir um padrão fabril de transmissão do conhecimento (Cabral, 2014), feito

essencialmente entre quatro paredes. Estes dados não deixam de ser interpelantes se os confrontarmos com o discurso dos professores, que aponta para a necessidade de envolver estes alunos em visitas de estudo e outras atividades congêneres.

Os alunos afirmam ainda gostar de algumas aulas, as de cariz mais prático, como por exemplo a Educação Física, considerando as restantes aulas “cansativas” e “chatas”. Mais uma vez o discurso dos alunos parece contradizer o dos professores, que afirmam que uma das formas de tentar combater o insucesso em sala de aula é a diversificação de atividades e a introdução de formas de trabalhar mais práticas. Esta diferença de pontos de vista entre docentes e alunos parece apontar para um problema que se situa no coração da escola, ao nível das estratégias de ensino e da sua eficácia não só para alguns, mas para todos os alunos, e sobre o qual importaria que a escola refletisse de forma sistemática, envolvendo também os alunos nessa reflexão.

Quase todos os alunos revelam problemas de assiduidade e de comportamento, referindo que faltam às aulas por falta de vontade ou porque os outros colegas também o fazem. Relativamente ao comportamento, estes alunos referem que registaram algumas participações disciplinares por desrespeito das normas de sala de aula.

Quando questionados sobre a conclusão dos estudos, estes alunos revelam uma certa incerteza face ao futuro, referindo que não sabem se conseguirão concluir os estudos, uma vez que não têm gosto pela escola e já têm como objetivo a independência financeira quando atingirem os 18 anos de idade. Estes alunos não valorizam a formação no seu futuro profissional, uma vez que o que aspiram fazer é trabalhar na vinha ou nas obras porque, como os próprios afirmam, não precisam de pensar nem de estudar para realizarem este tipo de trabalhos. Perante este tipo de discurso parece-nos pertinente afirmar que seria importante que a escola se organizasse de forma a conseguir fazer ver a estes alunos, não apenas através da retórica, mas principalmente através das práticas, a importância do conhecimento.

b) Parece-nos agora pertinente tecer algumas considerações acerca das ideias-chave que podem ser retiradas da nossa investigação e que passaremos a explicitar de forma breve.

A nossa investigação incidiu sobre a problemática do abandono escolar nos cursos profissionais e desenvolveu-se num território marcado, essencialmente, pela interioridade e ruralidade. Foi a necessidade de compreendermos quais as razões que

ainda levam os alunos que frequentam cursos profissionais a abandonar o seu percurso escolar que motivou o nosso estudo.

Verifica-se que há uma visão tendencialmente homogénea da diretora, dos professores e dos alunos quanto à questão do abandono escolar no agrupamento. As razões apontadas pelos agentes educativos para o abandono do percurso escolar prendem-se sobretudo com as dificuldades económicas que levam as famílias a emigrar à procura de melhores condições de vida. Verifica-se, efetivamente, que alguns dos alunos que abandonam a escola o fazem para irem trabalhar para o estrangeiro, tendo necessidade de entrar o mais cedo possível no mercado de trabalho, à procura da autonomia financeira. No entanto, não deve ser descurada uma das razões reiteradamente invocada pelos alunos para o abandono escolar, que se prende com o facto de não gostarem da escola.

A partir da análise de dados realizada podemos concluir que o Agrupamento considera estar bem organizado no sentido de prevenir o abandono escolar. Nos diversos documentos estruturantes do Agrupamento (Contrato de Autonomia, Projeto Educativo, Plano de Desenvolvimento do Currículo e Regulamento Interno) está presente a preocupação na prevenção do abandono, afirmando-se existir uma cooperação do agrupamento com a comunidade envolvente, o desenvolvimento de vários projetos e a oferta educativa/formativa diversificada, com reflexos na redução da taxa de abandono escolar.

No entanto, não obstante esta perceção de autoeficácia no que respeita à prevenção do abandono escolar, o facto é que este continua a existir no Agrupamento, principalmente nos cursos profissionais.

As baixas expectativas dos alunos, a baixa autoestima, aliadas ao fraco envolvimento dos pais e encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos são os principais fatores apontados como causadores de situações de abandono escolar no Agrupamento. Outros fatores mencionados pelos docentes, nomeadamente no que se refere às causas da indisciplina, são o facto de os alunos revelarem ausência de expectativas e falta de educação resultantes de um acompanhamento escolar insuficiente por parte dos encarregados de educação.

No Projeto Educativo considera-se que os problemas que mais afetam o Agrupamento são a fraca motivação dos alunos, a sua fraca autoestima, a desresponsabilização dos pais e encarregados de educação no acompanhamento dos seus educandos e a crescente indisciplina.

Facilmente nos apercebemos de que neste discurso a motivação e a autoestima são tendencialmente referidas como algo que os alunos têm, ou não têm, como se a escola nada pudesse fazer para contrariar esta situação. Esta aparente incapacidade de a escola olhar para dentro de si mesma na procura de causas internas que expliquem o insucesso e o abandono escolares indiciam práticas enraizadas de externalização das causas destes problemas e que são pouco favoráveis à sua superação.

Efetivamente, as conclusões obtidas vão ao encontro da investigação que tem vindo a ser realizada sobre o abandono escolar. Referindo algumas dessas conclusões que parecem ser transversais a vários estudos realizados, podemos afirmar que a baixa auto estima do aluno, as dificuldades de aprendizagem, o fraco interesse pela escola e situações de indisciplina decorrentes dessa falta de interesse são características comuns a alunos que abandonam a escola. As dificuldades económicas, a baixa escolaridade do agregado familiar e o pouco envolvimento dos pais nas atividades escolares, assim como histórico familiar de abandono escolar são também características referidas. O meio desfavorecido do qual os alunos são oriundos e a necessidade de encontrar emprego parecem também contribuir para este fenómeno (Canavarro, 2007).

Os baixos níveis de escolarização dos pais, em especial das mães, e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, também podem ser potenciadores do abandono escolar.

É sabido que os alunos oriundos de famílias economicamente mais desfavorecidas são mais expostos a abandonar a escola (Coimbra e Fernandes, 2013). Consideramos, portanto, que o abandono não é apenas um problema circunscrito à escola, mas também um problema de cariz social em cuja resolução a escola, a comunidade e a família se deveriam implicar.

No entanto, o facto de haver condicionantes económicas e sociais que se constituem como fatores de risco relativamente a situações de abandono não pode justificar a ausência de reflexão das escolas sobre as causas internas que podem contribuir também para este fenómeno, nomeadamente no que respeita às suas práticas organizacionais e pedagógicas.

Não é possível ignorar que, como afirma Cabral (2014), se verifica uma heterogeneidade de alunos que habitam hoje as nossas escolas, continuando estas a organizar-se segundo uma uniformização de situações, tempos e espaços de aprendizagem, mantendo, assim, a *gramática escolar* inalterada, não se coadunando ao universo dos nossos alunos.

O nosso estudo parece evidenciar que, para os alunos que abandonaram a escola, esta era um lugar no qual assumiam um papel tendencialmente passivo, não havendo produção ou aquisição de conhecimento. Um lugar onde se limitavam a estar, mas onde certamente não sentiam pertencer. A escola dos nossos dias parece continuar a ser, para alguns, apenas a “escola das promessas não cumpridas” (Canário, 2005): à igualdade de acesso está longe de corresponder uma igualdade de sucesso, assistindo-se a processos de exclusão gerados no interior da própria escola, que parece permanecer “indiferente às diferenças” (Bourdieu & Passeron, 1964), aparentando não se aperceber de que é o próprio papel da escola que está a ser posto em causa com a sua manifesta incapacidade de criar oportunidades de sucesso para todos.



## Referências Bibliográficas

- Abramson, L., Seligman, M. & Teasdale, J. (1978). Learned helplessness in humans: critique and reformulation. *Journal of Abnormal Psychology*, 87, 49-74.
- Abrantes, P., Mauritti, R. & Roldão, C. (2011). *Projeto Efeitos TEIP: Avaliação de impactos escolares e sociais em sete territórios educativos de intervenção prioritária*, p. 90. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Adão, A. & Magalhães, J. (2013), *História dos Municípios na Educação e na Cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Afonso, N. (2005), *Investigação Naturalista em Educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Edições ASA.
- Álvares, E. (2010). *Ser e Aprender - A Resposta TEIP no Combate às Desigualdades Sociais na Educação*. Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia e Planeamento, Instituto Universitário de Lisboa.
- Álvares et al, *Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas*. Sumário Executivo. (2014). ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Álvares et al, *Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas*. Relatório Final. ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.
- Alves, J., M. & Moreira, L. (2012). *Projeto Fénix – As Artes do Voo e as Ciências da Navegação*, p. 89. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.
- Alves, J., Formosinho, J., Verdasca, J. (2016). *Nova Organização Pedagógica da Escola*, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

- Amado, J. (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Atas do V Encontro do CIED - Centro Interdisciplinar de Estudos Educativos– Escola e Comunidade. *Políticas de intervenção prioritária em Portugal: Novas políticas, novas práticas?* (2010). Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Avaliação dos Cursos Vocacionais* (documento síntese). (2015). Ministério da Educação e Ciência.
- Avaliação do Programa Mais Sucesso Escolar*. (Maio de 2012). Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência – Ministério da Educação e Ciência.
- Azevedo, J. (1991). *Inserção Precoce dos Jovens no Mercado de Trabalho*. Cadernos PEETI. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Segurança Social.
- Azevedo, J. (1998), *Estudo Monográfico sobre Inserção Precoce de Jovens no Mercado de Trabalho, na Região do Norte*. Lisboa: Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Azevedo, J., Cabral, I. & Alves, J. M. (2014), *Seminário: Pensar a Educação*. Portugal 2015. Porto: Grupo Economia e Sociedade.
- Bardin, Laurence. (1977), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bogdan, R.; Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*, Col. Ciências da Educação, Porto Editora.
- Bourdieu, P. & Passeron, J. (1964). *Les héritiers*. Paris: Minuit.
- Cabral, I. (2014). *Gramática Escola e (In)Sucesso*. Porto: Universidade Católica Editora.

- Cabrita, M. (2007). *Causas do Abandono Escolar de Adultos em Contexto de Formação*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade do Algarve.
- Canário, R. (2005). *O que é a escola? Um olhar sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Canavarro, J. M. (2007). *Para a compreensão do abandono escolar*. Lisboa: Texto Editores.
- Cardim, J. C. (2000). *O sistema de formação profissional em Portugal, monografia*. Capítulo 2: O sistema educativo e o seu desenvolvimento, p. 33-42. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação.
- Chaves, J. & Coutinho, C. (2002). *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. Revista Portuguesa de Educação, 2002, 15(1), pp. 221-243. Universidade do Minho.
- Coimbra, B & Fernandes, A. (2013). *Políticas Públicas de prevenção e combate ao abandono escolar - Estudo de uma medida educativa para jovens pouco escolarizados em Portugal*. Conferência Internacional – Investigação e Práticas em Contextos de Educação. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria.
- Estado da Educação 2012. Autonomia e Descentralização*. Conselho Nacional de Educação.
- Estudo sobre redução do abandono escolar precoce na união europeia*. 2011. Direção Geral de Políticas Internas da União.
- Estudo sobre Combate ao Abandono Precoce no Ensino e Formação Profissionais na Europa, Estratégias, políticas e medidas*. (2014). Comissão Europeia.

- Fialho, I. (2012). *A Turma Mais como instrumento de promoção do sucesso escolar*. Comunicação apresentada no 2.º Encontro Regional de Educação – Algarve e Alentejo. Évora: Direção Regional de Educação do Alentejo.
- Fialho, I, Cristóvão, A & Verdasca, J. *Relatório de Meta-Avaliação 2012 – Projeto Turma Mais*. Évora, Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora.
- Fialho, I.; Salgueiro, H. & Cristóvão, A. M. (2013). *O projeto TurmaMais, alguns fatores de eficácia e medidas de combate ao insucesso escolar*. In Pedagogía 2013. Encuentro por la unidad de los educadores. Habana: Editor Educación Cubana.
- Figueiredo et al, (2013), *Estudo de Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce*, Observatório do QREN.
- Formosinho, J. & Machado, J. (2008). *Currículo e Organização - as equipas educativas como modelo de organização pedagógica*. *Currículo sem Fronteiras*, v.8, n.1, pp.5-16.
- Formosinho, J. & Machado, J. (2013). *A escola em análise: olhares sociopolíticos e organizacionais: A regulação da educação em Portugal: do estado novo à democracia*. *Revista Educação: Temas e Problemas*, Nºs 12 e 13, p. 27. Centro de Investigação em Educação e Psicologia, Universidade de Évora.
- Geenen, S. & Powers, L. (2008). Technical assistance document. Documento consultado em: <http://search.ode.state.or.us/results.aspx?k=geenen>
- Justino, D. (2010). *Difícil é Educá-los*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Justino et al, (2014). *Atlas da Educação - Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso - Portugal, 1991-2012*. Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.

- Lima, J. & Pacheco, J. (2006). *Fazer Investigação - Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Capítulo V. Porto Editora.
- Lund, I. (2014), *Journal of Research in Special Educational Needs* · Volume 14 · Number 2 · 2014, pp,96–104.
- Machado, J. (2010). *Escola, Igualdade e Diferenças. Revista Interdisciplinar sobre o Desenvolvimento Humano*, nº1, p. 39. Porto: Fundação Manuel Leão.
- Machado, J & Alves, J. M. (2013), *Melhorar a Escola*, p. 14. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.
- Machado, J. & J. M. Alves (2014). *Escola para todos – Igualdade, diversidade e autonomia*. Porto: Universidade Católica Editora.
- Mendonça, A. (2006), *A Problemática do Insucesso Escolar, A Escolaridade Obrigatória no Arquipélago da Madeira em Finais do Século XX (1994-2000)*, Universidade da Madeira.
- Mesquita, E. Machado, J. Formosinho, J. (2009), Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, *X Congresso*, Instituto Politécnico de Bragança, abril e maio.
- Moura, A. (2008). *Abandono Escolar no Ensino Secundário, Concelho de Mesão Frio – Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade Católica Portuguesa.
- Nevala, A. Hawley, J., (2011), *Estudo sobre Redução do Abandono Escolar Precoce na União Europeia*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Nóvoa, A. (1994). *História da Educação*. Provas de agregação não publicadas. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Nóvoa, A. Bandeira, F. (2005), *Evidentemente: histórias da educação*. Porto: Asa. Texto consultado em: <http://hdl.handle.net/10451/4810>.

Orvalho, Luísa. 2009. *Estudo sobre Estrutura modular nos cursos profissionais das escolas secundárias públicas como trampolim para o sucesso: ...dos princípios de enquadramento curricular e pedagógico... Às práticas na sala de aula e trabalho colaborativo*. Universidade Católica Portuguesa.

Patriciello, A. (2016), *Proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a redução do abandono escolar*.

Pereira, A. (2005). *Insucesso e Abandono Escolar no Concelho de Mesão Frio – Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade Portucalense.

*Perspetivas das Políticas de Educação: Portugal*. (2014). OCDE.

Pintassilgo, J. & Mogarro, J. (2002), *A Modernização Pedagógica e a Escola para todos na Europa do Sul no Século XX*. Colóquio Internacional. Lisboa.

Pires, E. L. (2000). *Nos Meandros do Labirinto Escolar*. Oeiras: Celta.

*Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*. (2004). Ministério da Educação/Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Preal, *Formas & Reformas de la Educación*, Serie Mejores Prácticas, FEBRERO 2009, nº30.

Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019.

*Relatório de Acompanhamento das Escolas de Tipologia Híbrida 2009/2010*, Instituto de Educação. Universidade de Lisboa.

*Relatório de Acompanhamento das Escolas de Tipologia Híbrida 2010/2011*, Instituto de Educação. Universidade de Lisboa.

Relatório “*Combater o abandono escolar precoce*”, Parlamento Europeu, outubro 2011.

*Relatório Final PMSE*. Setembro 2010. Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

*Relatório Técnico de Retenção nos Ensinos Básico e Secundário*, Conselho Nacional de Educação, 2015.

*Relatório TEIP 2009/2010*, Ministério da Educação, DGIDC, 2010.

Rodrigues, M. L. (2010), *A Escola Pública Pode Fazer a Diferença*. Coimbra. Almedina.

Rodrigues, M. L. (2014), *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal*. Volume I – A Construção do Sistema Democrático de Ensino. Coimbra. Almedina.

Sampaio, J. Salvado, (1978), *Insucesso escolar e obrigatoriedade escolar em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Texto consultado em: <http://hdl.handle.net/10400.12/1921>.

Sampaio, J. Salvado, (1982), *O sistema escolar português*, Citação: Análise Psicológica, 3 (4), p. 453-470. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Texto consultado em: <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/2058>.

Slavin, E.; Madden, N. & Livermon, J. (1989). What Works for Students at Risk: A Research Synthesis. *Educational Leadership*, 46(5), 4-13.

Stake, R. E. (1994). Case Studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*. (pp. 236-247). Thousand Oaks: Sage Publications.

Stoer, Stephen R. (2008). A reforma de Veiga Simão no ensino: Projeto de desenvolvimento social ou “disfarce humanista”? *Educação, Sociedade & Culturas*, 26, 17-48.

Teodoro, A. (2001). *A Construção Política da Educação – Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.

Vasconcelos, M. (2013). *Abandono e Absentismo Escolar no Concelho de Ponta Delgada*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade Fernando Pessoa.

Verdasca, J. Guerreiro, D. (2014), *A promoção do sucesso e melhoria do sucesso escolar com recurso ao modelo TurmaMais: resultados parciais de um estudo em duas escolas do Alentejo, CIEP, Universidade de Évora*.

### **Legislação consultada:**

Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro. Diário da República n.º 297, 2º Suplemento, Série I. Ministério da Educação e Cultura. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março. *Diário da República n.º 739 – I Série - A*. Presidência da República. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. Diário da República n.º 129/2012, Série I. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto. *Diário da República n.º 149 – I Série*. Presidência da República. Lisboa.

Despacho Normativo n.º 98-A/92 de 20 de Junho. Diário da República n.º 140/1992, 1º Suplemento, Série I-B. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho N.º 22/SEEI/96, de 19 de junho de 1996. *Diário da República, N.º 140 - II série*. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto de 1996. *Diário da República, N.º 177 - II série*. Ministério da Educação. Lisboa.



Despacho Conjunto n.º 123/97, de 7 de Julho. Diário da República n.º154, Série II.  
Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho Conjunto n.º 882/99, de 15 de Outubro. Diário da República 241, Série II.  
Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.

Despacho n.º 19971/99, de 20 de outubro de 1999. *Diário da República, N.º245 - II  
série*. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho Conjunto 279/2002, de 12 de março de 2002. *Diário da República, N.º86 - II  
série*. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho Conjunto n.º453/2004, de 27 de Julho. Diário da República n.º 175, Série II.  
Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho Normativo 50/2005 de 9 de novembro de 2005. *Diário da República, N.º 215  
– I série – B*. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho normativo n.º 1/2006, de 6 de Janeiro de 2006. *Diário da República - II série  
B*. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho normativo n.º55/2008, de 23 de outubro de 2008. *Diário da República, N.º206-  
II série*. Ministério da Educação. Lisboa.

Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 5/73 de 25 de julho. *Diário da República  
n.º173 – I Série*. Presidência da República. Lisboa.

Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro. *Diário da  
República n.º 237 – I Série*. Presidência da República. Lisboa.

Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto. *Diário da República n.º 166 – I Série*. Presidência da  
República. Lisboa.

Parecer nº7/2004 de 25 de Agosto. Diário da República n.º 200. Série II. Ministério da Educação. Lisboa.

Portaria nº292-A/2012 de 26 de setembro de 2012. *Diário da República, nº187 – I série.* Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.

Portaria n.º 276/2013, de 23 de agosto. Diário da República n.º 162/2013, Série I. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.

Recomendação nº1/98 do Conselho Nacional de Educação. Diário da República nº180, Série II.

Resolução do Conselho de Ministros nº 44/97. Diário da República n.º 68, I Série B. Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros nº 75/98, de 2 de Julho. Diário da República n.º 150/1998, Série I-B. Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004, de 20 de Março. Diário da República n.º 68/2004, Série I-B. Presidência do Conselho de Ministros.

**Sitografia:**

Observatório das Desigualdades:

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>

Comissão Europeia:

[http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/targets/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/targets/index_pt.htm)

## **ANEXOS**

## ANEXO I – Termo de Consentimento Informado



CATÓLICA PORTO  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

### Termo de Consentimento Informado

**Projeto:** – *Práticas de Diferenciação Pedagógica – Ensino Profissional*

#### Exmo(a) Sr(a) Encarregado de Educação

Venho por este meio informar V. Exa que pretendo desenvolver um projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas Alpha, previamente validado pela Universidade Católica do Porto, com o tema acima mencionado.

O objetivo central deste trabalho é o de verificar que práticas educativas e organizacionais estão a ser implementadas pelos docentes, quais as mais adequadas para a promoção do sucesso educativo e social dos alunos. Com este projeto pretende-se reverter os níveis de desmotivação dos alunos, a indisciplina e o insucesso modular/escolar.

A fase de diagnóstico deste projeto prevê a participação dos alunos das turmas dos cursos profissionais através de uma entrevista que segue em anexo.

Informo, ainda, que os dados recolhidos serão tratados sob anonimato.

Agradeço desde já, a sua importante colaboração pelo preenchimento do termo de consentimento.

..... ✂

Eu, \_\_\_\_\_, encarregado de educação/representante legal do aluno(a) \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, da turma \_\_\_\_\_, do \_\_\_\_\_ ano do Curso Profissional Técnico de \_\_\_\_\_, declaro que tomei conhecimento do estudo no qual o meu educando participará e compreendi a informação fornecida acerca dos objetivos da investigação que se pretende realizar.

Tomei, ainda, conhecimento que os resultados serão tratados sob anonimato, pelo que autorizo a participação do mesmo na entrevista.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2015

Assinatura do(a) encarregado(a) de educação/representante legal

## ANEXO II – Guião para entrevista aos alunos em risco de abandono escolar

BLOCOS	Objetivos do bloco	Questões orientadoras
BLOCO – 1 Legitimação da entrevista	- Explicar a situação e motivar o entrevistado.	1- Informar em traços gerais, a finalidade deste trabalho de investigação; 2- Pedir a colaboração e salientar a importância do seu contributo para a elaboração deste trabalho; 3- Garantir o anonimato;
BLOCO – 2 Percurso escolar e acompanhamento escolar	- Conhecer o percurso escolar do entrevistado; - Compreender as razões das suas retenções/reprovações. - Identificar fatores que possam levar ao abandono escolar.	1- A sua família fala consigo sobre a sua vida escolar? 2- Quantos anos ficou retido ou reprovou? 3- O que sentiu de cada vez que soube que ia reprovar? E a sua família como reagiu? 4- Que motivos atribui à sua retenção?
BLOCO – 3 A escola e a sala de aula	- Perceber se o comportamento e o relacionamento com os professores influenciam o aproveitamento.	1- Que tipo de relacionamento tem com os seus colegas? 2- E com os professores? 3- Gosta de estar na escola? Porquê? 4- Gosta das aulas? Porquê? 5- O que mais gosta na escola? E o que menos gosta? Porquê? 6- Teve ou tem alguns problemas disciplinares? Já teve alguma participação disciplinar? Porquê? E de assiduidade? (No caso de o aluno ter problemas de assiduidade e/ou de comportamento: Porque é que falta às aulas?   Porque é que tem problemas disciplinares? / O que é que faz com que não se porte bem nas aulas?
BLOCO – 4 O diretor de turma e professores	- Perceber o que faz o Diretor de Turma e os professores da turma face a alunos em risco de abandono.	1- Quando falta às aulas, o que faz o seu diretor de turma? 2- E quando tem mau comportamento, quais são as consequências? Como reage o Diretor de Turma? E os seus professores? 3- O Diretor de Turma e os professores costumam conversar consigo sobre a vida na escola?

<p>BLOCO – 5 A Direção</p>	<p>- Perceber o que faz a Direção do Agrupamento face a alunos em risco de abandono.</p>	<p>1- Já alguma vez foi chamado à Direção da escola? - Por que motivos? - O que lhe dizem?</p> <p>2- Quais são as consequências dessas idas à Direção?</p>
<p>BLOCO – 6 Expectativas face ao futuro</p>	<p>- Perceber se o entrevistado está em risco de abandono escolar e quais serão as razões. - Perceber até que ponto a formação é importante no futuro do entrevistado.</p>	<p>1- Acha que vai conseguir terminar a escolaridade obrigatória? Porquê? 2- Quais são as suas expectativas em relação ao futuro?   O que quer ser? O que quer fazer? 3- Considera o que aprende na escola importante para o seu futuro profissional?</p>
<p>BLOCO - 7</p>	<p>- Perceber as expectativas do aluno face à escola e aos professores.</p>	<p>1- Como seria, para si, a escola ideal? 1.2. E os professores ideais?</p>

### **ANEXO III - Transcrição da entrevista aos alunos em risco de abandono escolar**

**Entrevistadora:** Bom dia. Estou a desenvolver um trabalho de investigação sobre abandono escolar e para o seu desenvolvimento será necessário proceder à aplicação de entrevistas para perceber quais as razões que levam os alunos ao abandono escolar. Solicito a sua colaboração. Os dados obtidos serão confidenciais.

**Entrevistadora:** A sua família fala consigo sobre a sua vida escolar?

**AR1:** Fala. Quando digo que vou desistir da escola, dizem que é um erro, que devia fazer o 12ºano e me aplicar mais.

**AR2:** Fala. Pergunta como corre a escola. Se me porto bem. Se faço asneiras. Se não tiro negativas nos testes e se preciso de ajuda para alguma coisa.

**AR3:** Fala. Dizem para me portar bem e para continuar a estudar.

**AR4:** Fala. Perguntam se me porto bem. Dizem-me para cumprir as regras, para não faltar às aulas, para estudar até ao 12ºano.

**AR5:** Fala. Perguntam se correu bem. Só perguntam isso.

**AR6:** Às vezes. Perguntam se trago o material para a escola e se me porto bem nas aulas.

**Entrevistadora:** Quantos anos ficou retido ou reprovou?

**AR1:** Dois anos, no 2º e no 6ºano.

**AR2:** No 1º e no 2º ano.

**AR3:** Não sei.

**AR4:** 3 anos.

**AR5:** 1 ano, no 4ºano.

**AR6:** 2 anos no 5ºano.

**Entrevistadora:** O que sentiu de cada vez que soube que ia reprovar? E a sua família como reagiu?

**AR1:** Senti que podia ter estudado mais. Não quis saber dos estudos e não queria mais a escola. Quando souberam que ia reprovar disseram para estudar mais.

**AR2:** Não me lembro.

**AR3:** Nem triste nem contente. Não importava. Não me lembro como reagiu a minha família.

**AR4:** Não senti nada. A minha família dizia que podia ter estudado mais para passar de ano.

**AR5:** Não me lembro, já foi há muito tempo.

**AR6:** Não sei, já foi há muito tempo. Os meus pais não disseram nada.

**Entrevistadora:** Que motivos atribui à sua retenção?

**AR1:** A falta de estudo e de interesse.

**AR2:** Não fazia nada, estava a olhar para os outros.

**AR3:** Reprovei por causa das faltas e porque me portava mal nas aulas.

**AR4:** Não estudava.

**AR5:** Não me lembro.

**AR6:** Por causa dos testes e do comportamento. Falava alto, não respeitava os professores de vez em quando. Mais nada, que me lembre.

**Entrevistadora:** Que tipo de relacionamento tem com os seus colegas?

**AR1:** Bom.

**AR2:** Bom. Damo-nos bem.

**AR3:** Bom.

**AR4:** Bom.

**AR5:** Bom.

**AR6:** Bom. Dou-me bom com eles, nunca tive problemas com eles.

**Entrevistadora:** E com os professores?

**AR1:** Também tenho um bom relacionamento.

**AR2:** Também é bom.

**AR3:** Era mais ou menos porque se um fazia asneiras eu ia atrás.

**AR4:** Bom.

**AR5:** Mais ou menos. Não quer dizer o porquê da resposta.

**AR6:** Bom.

**Entrevistadora:** Gosta de estar na escola? Porquê?

**AR1:** Gosto. Porque posso aprender coisas novas.

**AR2:** Gosto, para estar com os amigos, só.

**AR3:** Não, não gosto de estudar.



**AR4:** Gosto, porque estou com os amigos.

**AR5:** Sim. Porque não gosto de estar em casa, porque estou sozinho.

**AR6:** De vez em quando, não gosto muito de andar na escola, não ligo muito à escola. Não gosto de estar fechado na sala e de acordar cedo.

**Entrevistadora:** Gosta das aulas? Porquê?

**AR1:** Só de algumas. Gosto de Educação Física e de Área de Integração porque são aulas práticas, Matemática e CPV são mais teóricas.

**AR2:** Não gosto e não sei porquê.

**AR3:** Não gosto. Não sei porquê.

**AR4:** Não gosto muito. Acho-as chatas. Aborrece-me estar nas aulas.

**AR5:** Gosta de algumas aulas, de EF e de CV. Porque em nenhuma delas ninguém me chateia.

**AR6:** Não gosto de algumas aulas. São muito “secas”. Gosto de Física porque é mais prático. Não gosto de OGE, as aulas são muito seca.

**Entrevistadora:** O que mais gosta na escola? E o que menos gosta? Porquê?

**AR1:** Gosto dos colegas porque falam, divertem-se e ajudam-me. Não gosto de algumas aulas, das matérias e quase todo o dia com a mesma disciplina.

**AR2:** Estar com os amigos. Ir às aulas. Não gosto de estar nas aulas. É muito cansativo.

**AR3:** O que mais gosto é de estar com os colegas. O que menos gosto é de ir às aulas porque não gosto de estudar.

**AR4:** De estar com os amigos. O que menos gosto é de ir para as aulas.

**AR5:** O que mais gosto é dos colegas da minha turma porque são meus amigos. Não gosto de ir às aulas. Tinham que ser mais práticas para trabalhar no que gosto.

**AR6:** Não gosto de nada na escola. Não tenho nada que menos goste.

**Entrevistadora:** Teve ou tem alguns problemas disciplinares? Já teve alguma participação disciplinar? Porquê? E de assiduidade?

**AR1:** Tive uma participação disciplinar por estar a falar alto para a professora. Só faltava quando estava doente. Ia quase todos os dias ao médico.

**AR2:** Sim. Chateei-me com uma professora por causa de um colega.

**AR3:** Tive por me portar mal e por não respeitar os professores. Faltava às aulas porque não me apetecia ir e se alguns colegas não fossem, eu também não ia.

**AR4:** Tive, mas não me lembro porquê. Lembro-me que faltava às aulas porque não me apetecia ir. Aborrece-me estar nas aulas.

**AR5:** Acho que não tive participações disciplinares. Às vezes falto às aulas porque não me apetece ir. Não gosto de estudar. Só gosto de aprender algumas coisas.

**AR6:** Nunca tive participações disciplinares nem falto muito.

**Entrevistadora:** Quando falta às aulas, o que faz o seu diretor de turma?

**AR1:** Quando falto, o DT liga para a Encarregada de Educação.

**AR2:** O DT comunica aos pais.

**AR3:** Liga aos pais.

**AR4:** Vem ter comigo e liga para a minha tia.

**AR5:** O DT diz para não faltar.

**AR6:** O DT liga para os meus pais e conta porque faltei.

**Entrevistadora:** E quando tem mau comportamento, quais são as consequências?

Como reage o Diretor de Turma? E os seus professores?

**AR1:** Quando tenho mau comportamento o DT chama à atenção e dá conselhos.

Os professores dizem que não é maneira de falar e para termos mais calma.

**AR2:** O DT comunica aos pais e põe de castigo. Os professores ralham e mandam-nos à Direção.

**AR3:** O DT liga aos pais.

**AR4:** O DT liga à minha tia e os professores mandam-me à Direção.

**AR5:** O DT diz para me portar bem e os professores dizem o mesmo e conversam comigo. Dizem para eu estudar.

**AR6:** De vez em quando porto-me mal. O DT fala comigo e pergunta porque faço isto, para não continuar a fazer. Os professores não dizem nada.

**Entrevistadora:** O Diretor de Turma e os professores costumam conversar consigo sobre a vida na escola?

**AR1:** Sim. Dizem-nos para não sairmos da escola, para ficarmos porque depois é o arrependimento, o querer voltar e não poder.

**AR2:** Sim, perguntam se está tudo a correr bem connosco.

**AR3:** Sim. Os professores dizem para me portar bem e para não faltar.

**AR4:** Sim, dizem-me que devia aproveitar os estudos, que é o melhor para mim.

**AR5:** Costuma. Pergunta se não quero acabar o 12ºano.

**AR6:** Não.

**Entrevistadora:** Já alguma vez foi chamado à Direção da escola? Por que motivos? O que lhe dizem?

**AR1:** Sim, várias vezes. Por chegar atrasada às aulas. Outras vezes para darem conselhos. Dizem para não ser tão nervosa.

**AR2:** Sim, algumas vezes. Por fumar atrás da escola. Dizem que pagamos multa e que comunicam aos Encarregados de Educação.

**AR3:** Já fui chamado por faltar às aulas. Dizem-me para não faltar e que a escola é o melhor para nós porque sem estudos não vamos a lado nenhum.

**AR4:** Sim. Faltava às aulas e portava-me mal.

**AR5:** Tantas! Porque me portava mal nas aulas.

**AR6:** Nunca fui chamado.

**Entrevistadora:** Quais são as consequências dessas idas à Direção?

**AR1:** Não têm consequências.

**AR2:** Chamam à atenção.

**AR3:** A Direção chama os pais e pede para não faltarmos às aulas e nem sairmos da escola.

**AR4:** Diziam para me portar melhor, senão que me metiam de castigo ou me mandavam para casa.

**AR5:** Punham-me de castigo.

**AR6:** Nunca fui à Direção.

**Entrevistadora:** Acha que vai conseguir terminar a escolaridade obrigatória? Porquê?

**AR1:** Não sei. Depende de mim. Posso estar com uma ideia e virar de um momento para o outro. A escola não dá para mim. Não gosto da escola.

**AR2:** Não sei, acho que não. Quando fizer o 11ºano e tiver 18 anos vou trabalhar para França para ganhar dinheiro.

**AR3:** Sim.

**AR4:** Não sei.

**AR5:** Não sei se vou conseguir. Não gosto de estudar nem de ir às aulas.

**AR6:** Acho que não. Por causa das notas. As notas das aulas e dos módulos, tenho módulos para trás.

**Entrevistadora:** Quais são as suas expectativas em relação ao futuro? O que quer ser? O que quer fazer?

**AR1:** Trabalhar na vinha ou ser doméstica.

**AR2:** Ir trabalhar para a vinha ou para as obras para não estar sempre a pedir dinheiro aos meus pais.

**AR3:** Não sei, ainda não pensei.

**AR4:** Trabalhar em algum lado, nas obras, talvez.

**AR5:** Quero ser mecânico porque gosto de carros.

**AR6:** Trabalhar nas obras. Não quero trabalhar noutra coisa. Porque não é preciso pensar.

**Entrevistadora:** Considera o que aprende na escola importante para o seu futuro profissional?

**AR1:** Não, se for trabalhar para a vinha não preciso de nada. É importante o que aprendo, mas não preciso.

**AR2:** Não é útil o que aprendo. Se for trabalhar para as obras, não preciso de estudar.

**AR3:** O que aprendo na escola é importante para arranjar um trabalho.

**AR4:** Sim.

**AR5:** Sim. (Não responde porquê)

**AR6:** Não. Porque não ajuda a arranjar um emprego.

**Entrevistadora:** Como seria para si a escola ideal? E os professores ideais?

**AR1:** Fixe. Não sei.

**AR2:** Não sei. Aqui os professores são fixes.

**AR3:** Os professores serem bons para nós. Alguns não são bons para nós.

**AR4:** Conforme está. A escola não tem culpa, eu é que não gosto da escola. Não gosto, é tudo uma seca, as disciplinas e o que se aprende.

**AR5:** Nunca pensei nisso. Os professores ideias seriam como estes.

**AR6:** Não sei. Uma escola melhor. Onde os professores conversassem mais com os alunos.

**Entrevistadora:** Muito obrigada pela disponibilidade.

## ANEXO IV – Guião para entrevista aos alunos que abandonaram a escola

<b>BLOCOS</b>	<b>Objetivos do bloco</b>	<b>Questões orientadoras</b>
BLOCO – 1 Legitimação da entrevista	- Explicar a situação e motivar o entrevistado.	1- Informar em traços gerais, a finalidade deste trabalho de investigação; 2- Pedir a colaboração e salientar a importância do seu contributo para a elaboração deste trabalho; 3- Garantir o anonimato;
BLOCO – 2 Percurso escolar e acompanhamento escolar	- Conhecer o percurso escolar do entrevistado; - Compreender as razões das suas retenções/reprovações. - Identificar fatores que o levaram ao abandono escolar.	1- A sua família falava consigo sobre a sua vida escolar? 2- Quantos anos ficou retido ou reprovou? 3- Qual foi a sua reação? E a sua família como reagiu? 4- Que motivos atribui à sua retenção? 5- Teve alguns problemas disciplinares? E de assiduidade? 6- Como era o seu comportamento nas aulas? 7- Porque abandonou a escola? Está arrependido? 8- O que fez depois de abandonar a escola?
BLOCO – 3 A escola e a sala de aula	- Perceber se o comportamento e o relacionamento com os professores influenciaram o aproveitamento;	1- Que tipo de relacionamento tinha com os seus colegas? 2- E com os professores? 3- Gostava de estar na escola? Porquê? 4- O que mais gostava na escola? E o que menos gostava? Porquê?
BLOCO – 4 O Diretor de Turma e professores	- Perceber o que fez o Diretor de Turma e os professores da turma face a alunos em risco de abandono.	1- Quando faltava às aulas, o que fazia o seu Diretor de Turma? 2- E quando tinha mau comportamento, o que lhe diziam os professores? 3- O Diretor de Turma e os professores costumavam conversar consigo sobre o seu desempenho nas aulas? 4- Quando deixou de vir à escola o Diretor de Turma contactou consigo ou com o seu Encarregado de Educação? O que lhe disseram, lembra-se?

<p>BLOCO – 5 A Direção</p>	<p>- Perceber o que fez a Direção do Agrupamento face a alunos em risco de abandono.</p>	<p>1- Era chamado à Direção da Escola com frequência? - Porque motivos? 2- Acha que se preocupavam consigo e com o seu futuro? - O que lhe diziam? 3- E quando deixou de vir à escola, alguém contactou consigo para regressar? Quem? Lembra-se do que lhe disseram?</p>
<p>BLOCO – 6 Expectativas face ao futuro</p>	<p>- Perceber se a escola ainda é importante para o entrevistado.</p>	<p>1- Está arrependido por ter abandonado a escola? 2- Se fosse hoje, teria agido da mesma forma? 3- Quais são as suas expectativas em relação ao futuro? 4- Considera que o que aprendeu na escola foi importante para a sua vida? 5- Já pensou em voltar a estudar?</p>

## **ANEXO V - Transcrição da entrevista aos alunos que abandonaram a escola**

**Entrevistadora:** Bom dia. Estou a desenvolver um trabalho de investigação sobre abandono escolar e para o seu desenvolvimento será necessário proceder à aplicação de entrevistas para perceber quais as razões que levam os alunos ao abandono escolar. Solicito a sua colaboração. Os dados obtidos serão confidenciais.

**Entrevistadora:** A sua família falava consigo sobre a sua vida escolar?

**AA1:** Regularmente sim. Perguntavam como as coisas iam ou se andava muito sobrecarregado.

**AA2:** Falava. Perguntavam se estava a correr tudo bem e diziam para estudar e me portar bem.

**AA3:** Sim. Diziam para ter juízo. Para estudar.

**AA4:** Sim. Diziam para me portar bem nas aulas e estudar.

**Entrevistadora:** Quantos anos ficou retido ou reprovou?

**AA1:** 2 anos, no 1º ciclo, no 2º e no 4º ano.

**AA2:** Não sei, não me lembro.

**AA3:** 3º e 7º ano. 2 anos.

**AA4:** Não me lembro muito bem em que anos foi.

**Entrevistadora:** Qual foi a sua reação? E a sua família como reagiu?

**AA1:** Não tenho ideia porque foi no 1º ciclo. Já foi há muito tempo.

**AA2:** Não sei porque não me lembro se reprovei.

**AA3:** Ouvi um raspanete. Só.

**AA4:** Ralharam-me e disseram que devia ter estudado.

**Entrevistadora:** Que motivos atribui à sua retenção?

**AA1:** Não tenho muita ideia, mas acho que quando reprovei no 4º ano foi para ficar à espera do meu irmão, para irmos os dois para esta escola ao mesmo tempo.

**AA2:** Não respondeu.

**AA3:** Por causa das meninas. Não ligava nada à escola. Ia de manhã às aulas e à tarde já não ia. Não tinha gosto de andar na escola, nunca gostei muito de estudar. Desde sempre quis trabalhar.



**AA4:** Não estudava e não fazia nada nas aulas. Não gostava de estudar.

**Entrevistadora:** Teve alguns problemas disciplinares? E de assiduidade?

**AA1:** Não. Faltava e chegava atrasado às aulas.

**AA2:** Não. Só faltava às aulas de vez em quando.

**AA3:** Tive tantos. Quando andava no vocacional tive 5 participações. Fui 2 ou 3 vezes para casa. Também tinha problemas de assiduidade, faltava.

**AA4:** Não. Só faltava às aulas.

**Entrevistadora:** Como era o seu comportamento nas aulas?

**AA1:** Era calado a aula toda, se possível. Nunca fui muito de conversar. Sentia-me mais à vontade fora da sala de aula. Fora da sala de aula sente-se mais à vontade.

**AA2:** Não me portava mal. Conversava de vez em quando.

**AA3:** Usava fones, pés em cima da mesa e dormia e chateava a cabeça aos professores. Porque se metiam comigo quando tinha sono. Não dava gosto estar na sala de aula, não gostava de estudar. Estar na escola era uma obrigação. Só queria andar até fazer o 9ºano e depois tirar a carta.

**AA4:** Não fazia nada. Não chateava, mas também não trabalhava.

**Entrevistadora:** Porque abandonou a escola? Está arrependido?

**AA1:** Porque não apresentei a PAP. Já não ia muito bem, era difícil e acabei por desistir.

Estou muito arrependido. Mais tarde é que se arrepende. Enquanto se anda aqui, não nos importamos, mas quando se sai é que se vê a falta que faz.

**AA2:** Porque tinha algumas faltas e acabei por ir embora. Estou arrependido porque podia ter feito um pouco de esforço para terminar e não fiz.

**AA3:** Saí no 10ºano porque gostava de ir trabalhar, por falta de dinheiro, queria a independência. Queria concretizar os meus objetivos: tirar a carta, comprar carro, comprar mota e arranjar emprego.

**AA4:** Porque não gostava de andar na escola, não gostava de estudar e estavam sempre a chatear-me para estudar.

**Entrevistadora:** O que fez depois de abandonar a escola?

**AA1:** Não fiz muito. Trabalho de vez em quando, quando há trabalho, na altura das vindimas.

**AA2:** Tenho estado em casa. Quando aparece algum trabalho, eu aceito, às vezes na vinha e durante as vindimas.

**AA3:** Comecei a trabalhar.

**AA4:** Fui trabalhar.

**Entrevistadora:** Que tipo de relacionamento tinha com os seus colegas?

**AA1:** Dava-me melhor com alguns. Não me dava mal com ninguém. Sentia-me mais à vontade com os rapazes, pelo facto de os conhecer melhor.

**AA2:** Dava-me mais ou menos com eles.

**AA3:** Bom.

**AA4:** Bom.

**Entrevistadora:** E com os professores?

**AA1:** Nunca tive grandes problemas com os professores.

**AA2:** Tinha um relacionamento normal. Não me dava mal com os professores.

**AA3:** Mais ou menos, porque me obrigavam a fazer o que não queria, como por exemplo passar as coisas do quadro.

**AA4:** Não tinha grandes problemas com os professores. Chateavam-me quando eu não passava as coisas ou não trazia o material para as aulas.

**Entrevistadora:** Gostava de estar na escola? Porquê?

**AA1:** Gostava, porque convivia com as pessoas, com toda a gente. Ia fazendo qualquer coisa e sempre aprendia mais.

**AA2:** Mais ou menos, não gostava muito de estudar. Gostava de estar com alguns amigos.

**AA3:** Não! Não gosto de estudar.

**AA4:** Não, não gostava de estar nas aulas, nem de estudar.

**Entrevistadora:** O que mais gostava na escola? E o que menos gostava? Porquê?

**AA1:** Gostava de estar com os colegas. Não gostava dos horários e das horas dos intervalos. O mais difícil era a hora de almoço porque tinha que ir almoçar a casa, a pé.

**AA2:** Gostava de estar com alguns colegas. Não gostava das aulas, só isso.

**AA3:** Só gostava do convívio com os colegas e dos intervalos. Não gostava das aulas, como já disse porque não gostava de estudar.

**AA4:** Só gostava de estar com os amigos. Não gostava das aulas porque me obrigavam a passar as matérias.

**Entrevistadora:** Quando faltava às aulas, o que fazia o seu Diretor de Turma?

**AA1:** Perguntava o porquê e dizia que era suposto chegar a horas e para tentar chegar a tempo. Como já era hábito chegar atrasado, o DT já não ligava muito para casa, senão tinha que ligar todos os dias. Era o vício de chegar atrasado.

**AA2:** O DT ligava para casa e avisava os meus pais.

**AA3:** Ligava para a minha mãe. Uma vez foram a casa buscar-me para vir para as aulas, mas eu não vim, fiquei a dormir.

**AA4:** Ligava para a minha mãe.

**Entrevistadora:** E quando tinha mau comportamento, o que lhe diziam os professores?

**AA1:** Não tinha mau comportamento.

**AA2:** O meu comportamento não era mau.

**AA3:** Mandavam-me para a rua e ameaçavam-me com processos disciplinares.

**AA4:** O meu comportamento não era muito mau, mas ralhavam e se fosse preciso mandavam para a rua.

**Entrevistadora:** O Diretor de Turma e os professores costumavam conversar consigo sobre o seu desempenho nas aulas?

**AA1:** Os professores diziam para tentar tirar pelo menos o suficiente. Também diziam para me aplicar e concentrar mais um bocadinho, para tentar melhorar.

**AA2:** Às vezes. Diziam que eu tinha que estudar mais e fazer os trabalhos.

**AA3:** Conversavam, mas eu não passava cartão.

**AA4:** Sim, diziam para estudar para conseguir concluir o curso.

**Entrevistadora:** Quando deixou de vir à escola o Diretor de Turma contactou consigo ou com o seu Encarregado de Educação? O que lhe disseram, lembra-se?

**AA1:** Sim. Disse para vir apresentar a PAP.

**AA2:** Sim. Disse para voltar para a escola e tentar terminar o 12ºano.

**AA3:** Sim, até houve uma reunião com a Direção, mas não me convenceram.

**AA4:** Sim, ligaram várias vezes para a minha mãe para eu voltar, mas eu não quis voltar.

**Entrevistadora:** Era chamado à Direção da Escola com frequência? Porque motivos?

**AA1:** Acho que fui lá duas vezes. Uma altura quando cheguei atrasado e estava com 2 amigos que estavam a fumar, apareceu a subdiretora e levou-nos para a Direção. Eu como já estava atrasado para as aulas, ouvi também. Foi só por isso. Fui lá mais uma vez para assinar qualquer coisa, já nem me lembro, um módulo, talvez. Por mau comportamento ou outras coisas, não fui lá.

**AA2:** Só fui chamado à Direção porque faltava às aulas e também chegava atrasado. Preferia ficar cá fora.

**AA3:** Quase todos os dias. Por ser apanhado a fumar e por me portar mal nas aulas.

**AA4:** Às vezes chamavam-me lá por faltar às aulas.

**Entrevistadora:** Acha que se preocupavam consigo e com o seu futuro? - O que lhe diziam?

**AA1:** É óbvio que sim. Caso contrário não se importavam e não perguntavam como as coisas iam. Eu é que não me importava e como eu tantos outros que me disseram o mesmo, que também já se arrependeram de terem desistido.

**AA2:** Acho que sim. Diziam para não faltar, nem chegar atrasado e que isso iria prejudicar-me.

**AA3:** Sim. Diziam para começar a ir às aulas e para me portar bem, não me lembro de mais nada. Acho que era só isso.

**AA4:** Acho que se preocupavam porque diziam para não falar que só me estava a prejudicar.

**Entrevistadora:** E quando deixou de vir à escola, alguém contactou consigo para regressar? Quem? Lembra-se do que lhe disseram?

**AA1:** O DT insistiu para vir apresentar a PAP.

**AA2:** Sim, o DT. Disse para voltar e para tentar terminar para ficar com o 12ºano porque já só faltava mais um ano.

**AA3:** Sim, o DT ligou e houve uma reunião com a Direção para eu voltar e tentar concluir o curso.

**AA4:** Sim, o DT ligou várias vezes a dizer para eu voltar que ainda estava a tempo de poder concluir o curso.

**Entrevistadora:** Está arrependido por ter abandonado a escola?

**AA1:** Estou muito arrependido. Arrependo-me por não ter chegado ao fim. Por mais um bocadinho podia ter feito tudo e por causa de um trabalho perdi tudo. Vi as coisas a ficarem mais difíceis pelo facto de ficar nervoso e de me engasgar na apresentação do trabalho final e não vim. Ainda fiz o trabalho até meio, mas depois parei.

**AA2:** Estou arrependido, mas não sei se teria conseguido chegar ao final. Não me apetecia muito estudar.

**AA3:** Não!

**AA4:** Não, não estou. Agora trabalho.

**Entrevistadora:** Se fosse hoje, teria agido da mesma forma?

**AA1:** Não, claro que não. Se fosse hoje tinha continuado, tinha tentado fazer e não desistir.

**AA2:** Não sei, talvez.

**AA3:** Sim. Porque não gosto de estudar. Tenho colegas que tiraram um curso e andam a fazer trabalhos piores do que eu, por isso o 12ºano não quer dizer nada.

**AA4:** Acho que sim. Eu não gosto de estudar.

**Entrevistadora:** Quais são as suas expectativas em relação ao futuro?

**AA1:** Tentar arranjar trabalho. Tentar fazer qualquer coisa, mesmo que seja na área do comércio não será mau. Mas pelo menos o 9ºano concluí.

**AA2:** Tentar arranjar um trabalho para ganhar dinheiro.

**AA3:** Ser manobrador de máquinas ou segurança em bares.

**AA4:** Não sei muito bem. Continuar a trabalhar.

**Entrevistadora:** Considera que o que aprendeu na escola foi importante para a sua vida?

**AA1:** O que aprendi foi importante, claro. Faz com que uma pessoa veja as coisas de forma diferente. Uma pessoa na altura não se apercebe. O facto de vir para a escola é mais para a brincadeira, só se dá conta depois.

**AA2:** Sim, foi importante.

**AA3:** Tudo o que se aprende é importante, eu acho. Aprender a ler e a fazer contas foi importante. Só isso.

**AA4:** Não sei muito bem, mas acho que sim.

**Entrevistadora:** Já pensou em voltar a estudar?

**AA1:** Não. Agora só se for tirar um curso mais prático. Voltar à escola agora é mais difícil. Impossível não era, mas vinha para aqui e parecia pai deles. É estranho voltar pelo facto de ter andado aqui e já não vir cá há muito tempo.

**AA2:** Não voltava. Já não tenho cá os meus amigos, já foram embora e já passou algum tempo. Acho que não conseguia voltar.

**AA3:** Não.

**AA4:** Não, nunca mais pensei nisso.

**Entrevistadora:** Muito obrigada pela sua disponibilidade.

## ANEXO VI – Guião para entrevista à Direção do Agrupamento

<b>BLOCOS</b>	<b>Objetivos do bloco</b>	<b>Questões orientadoras</b>
<p>BLOCO – 1 Legitimação da entrevista</p>	<p>- Explicar a situação e motivar o entrevistado.</p>	<p>1- Informar em traços gerais, a finalidade deste trabalho de investigação; 2- Pedir a colaboração e salientar a importância do seu contributo para a elaboração deste trabalho; 3- Garantir o anonimato.</p>
<p>BLOCO – 2 Papel da Direção do Agrupamento na promoção do sucesso e prevenção do abandono escolar</p>	<p>- Caracterizar o estilo de liderança da Direção e as atividades desenvolvidas com vista à promoção do sucesso e à prevenção do abandono escolar.</p>	<p>1- Como caracteriza o estilo de liderança enquanto elemento da Direção do Agrupamento? 2- Das atividades que desempenha diariamente, quais as que considera mais relevantes? 3- Que ações concretas desenvolve, com vista à promoção do sucesso e à prevenção do abandono escolar?</p>
<p>BLOCO – 3 A escola e a família</p>	<p>- Perceber como é operacionalizada a ligação escola-família.</p>	<p>1- Como é assegurada a ligação escola-família no agrupamento? 2- Que mecanismos de envolvimento das famílias no percurso escolar dos seus filhos são acionados? Por quem? Com que frequência? 3- Quando se identifica que um aluno está em risco de abandono escolar, que ações são desencadeadas pela escola junto das famílias? 3.1. Que eficácia têm estas ações na prevenção do abandono efetivo?</p>

<p>BLOCO – 4 O problema do abandono</p>	<p>- Compreender as formas de atuação do Agrupamento face aos alunos em risco de abandono escolar.</p>	<p>1- Qual o perfil tipo dos alunos que abandonam a escola sem concluir o ensino obrigatório no agrupamento? 2- Como são diagnosticados os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce? 3- A partir do momento em que um aluno é diagnosticado como estando em risco de abandono escolar, que ações são desencadeadas e por quem? 4- Qual a política seguida pelo agrupamento para promover o sucesso educativo e prevenir o abandono escolar? 5- Que atividades e projetos concretos são desenvolvidos com estes objetivos? Com que resultados? Como são monitorizados e avaliados? 6- Na sua opinião, quais são as principais razões que levam os alunos a abandonar a escola neste agrupamento de escolas em particular?</p>
<p>BLOCO – 5 Medidas de prevenção</p>	<p>-Refletir sobre possibilidades de otimizar as ações de prevenção do abandono escolar levadas a cabo no Agrupamento.</p>	<p>1- É frequente existirem ações de sensibilização de combate ao abandono escolar? Quais? 2. Existe a preocupação de envolver os alunos em risco de abandono nessas ações? De que forma? 3- O que poderá ser feito para reduzir a taxa de abandono escolar no agrupamento? 4- Que ações, para além das já existentes, poderão ser levadas a cabo para que os alunos não queiram sair da escola?</p>
<p>BLOCO – 6</p>	<p>- Captar o sentido</p>	<p>1- O que pensa dos objetivos desta</p>



Síntese e meta reflexão sobre a própria entrevista	que o entrevistado dá à própria situação da entrevista.	investigação? 2- Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?
Agradecimentos		

## **ANEXO VII - Transcrição da entrevista à Direção do Agrupamento**

**Entrevistadora:** Bom dia. Estou a desenvolver um trabalho de investigação sobre abandono escolar e para o seu desenvolvimento será necessário proceder à aplicação de entrevistas para perceber quais as razões que levam os alunos ao abandono escolar. Solicito a sua colaboração. Os dados obtidos serão confidenciais.

**Entrevistadora:** Como caracteriza o estilo de liderança enquanto elemento da Direção do Agrupamento?

**DA1:** Predominantemente democrático.

**Entrevistadora:** Das atividades que desempenha diariamente, quais as que considera mais relevantes?

**DA1:** Todas as que se relacionam com o sucesso educativo dos alunos, nomeadamente a componente pedagógica, seguida da componente financeira, já que as duas estão relacionadas.

**Entrevistadora:** Que ações concretas desenvolve, com vista à promoção do sucesso e à prevenção do abandono escolar?

**DA1:** As ações previamente planeadas e que constam dos vários projetos pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver (TEIP, CONTRATO DE AUTONOMIA, PLANO DE MELHORIA).

**Entrevistadora:** Como é assegurada a ligação escola-família no agrupamento?

**DA1:** Através dos vários órgãos/estruturas, como Diretora, Conselho Geral, e em particular através do Diretor de Turma e Psicóloga.

**Entrevistadora:** Que mecanismos de envolvimento das famílias no percurso escolar dos seus filhos são acionados? Por quem? Com que frequência?

**DA1:** - Reuniões trimestrais; Atendimento semanal do Diretor de Turma; Consultas de Psicologia.

**Entrevistadora:** Quando se identifica que um aluno está em risco de abandono escolar, que ações são desencadeadas pela escola junto das famílias?

**DA1:** - Contactos, conversas e reuniões do Diretor de Turma com o Encarregado de Educação; Reuniões com a Diretora; Intervenção da Escola segura; Intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); Segurança Social.

**Entrevistadora:** Que eficácia têm estas ações na prevenção do abandono efetivo?

**DA1:** Boa.

**Entrevistadora:** Qual o perfil tipo dos alunos que abandonam a escola sem concluir o ensino obrigatório no agrupamento?

**DA1:** Alunos oriundos de famílias disfuncionais, com baixas expectativas face à escola e ao futuro, com carências de toda a ordem, nomeadamente económicas, sociais e culturais.

**Entrevistadora:** Como são diagnosticados os alunos que se encontram em risco de abandono escolar precoce?

**DA1:** Falta de assiduidade e com grandes dificuldades de aprendizagem, para além de outros sinais.

**Entrevistadora:** A partir do momento em que um aluno é diagnosticado como estando em risco de abandono escolar, que ações são desencadeadas e por quem?

**DA1:** As ações previamente planeadas e que constam dos vários projetos pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver (TEIP, CONTRATO DE AUTONOMIA, PLANO DE MELHORIA).

**Entrevistadora:** Qual a política seguida pelo agrupamento para promover o sucesso educativo e prevenir o abandono escolar?

**DA1:** Integrar projetos específicos do Ministério da Educação e Ciência (MEC);

- Promover boas práticas de aprendizagem (trabalho colaborativo);

- Desenvolvimento de parcerias (trabalho em rede).

**Entrevistadora:** Que atividades e projetos concretos são desenvolvidos com estes objetivos? Com que resultados? Como são monitorizados e avaliados?

**DA1:** As ações previamente planeadas e que constam dos vários projetos pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver (TEIP, CONTRATO DE AUTONOMIA, PLANO DE MELHORIA), a intervenção da psicóloga e Animadora Social. A

monitorização e avaliação é feita pelas equipas de coordenação dos diferentes projetos, com a intervenção direta e constante do Diretor de Turma.

**Entrevistadora:** Na sua opinião, quais são as principais razões que levam os alunos a abandonar a escola neste agrupamento de escolas em particular?

**DA1:** São sobretudo as dificuldades económicas, o que leva à emigração de famílias inteiras à procura de melhores condições de vida.

**Entrevistadora:** É frequente existirem ações de sensibilização de combate ao abandono escolar? Quais?

**DA1:** Sim. São ações que fazem parte das funções do Diretor de turma.

**Entrevistadora:** Existe a preocupação de envolver os alunos em risco de abandono nessas ações? De que forma?

**DA1:** Sim. Procura-se a utilização de estratégias motivadoras e dar-se o verdadeiro protagonismo aos alunos, envolvendo-os ativamente nas ações.

**Entrevistadora:** O que poderá ser feito para reduzir a taxa de abandono escolar no agrupamento?

**DA1:** Ao nível externo será através da implementação de um grande projeto nacional, contra a exclusão social, que seja eficiente e eficaz, no sentido de se atingir os resultados esperados ao longo do seu desenvolvimento mas também ser capaz de operar as mudanças de mentalidade necessárias.

**Entrevistadora:** Que ações, para além das já existentes, poderão ser levadas a cabo para que os alunos não queiram sair da escola?

**DA1:** Melhorar as práticas educativas, tornando-as mais motivadoras para os alunos.

**Entrevistadora:** O que pensa dos objetivos desta investigação?

**DA1:** Bastante positivos. O conhecimento é o primeiro patamar para o desenvolvimento um melhor desempenho profissional.

**Entrevistadora:** Muito obrigada pela disponibilidade.

**ANEXO VIII – Guião para entrevista a um Diretor de Turma do Curso Profissional**

<b>BLOCOS</b>	<b>Objetivos do bloco</b>	<b>Questões orientadoras</b>
BLOCO – 1 Legitimação da entrevista	- Explicar a situação e motivar o entrevistado.	1- Informar em traços gerais, a finalidade deste trabalho de investigação; 2- Pedir a colaboração e salientar a importância do seu contributo para a elaboração deste trabalho; 3- Garantir o anonimato.
BLOCO – 2 Papel do Diretor de Turma e dos EE	- Conhecer e caracterizar as ações do Diretor de Turma e a sua atuação junto dos pais e EE.	1.- Na sua opinião, qual o papel do DT na promoção do sucesso escolar e na prevenção do abandono escolar? 2. Enquanto Diretor de Turma, quais as principais atividades que realiza? Quais considera serem mais relevantes? 3- De que forma são envolvidos os pais e EE na vida escolar dos seus educandos? 4. Como é trabalhada a prevenção do abandono escolar junto dos pais e EE?

<p>BLOCO – 3 Clima de escola / sala de aula e abandono escolar</p>	<p>- Caracterizar o clima de escola / sala de aula e a forma de atuação do DT perante situações de indisciplina e falta de aproveitamento escolar.</p>	<p>1- Como caracteriza, globalmente, o clima de escola no Agrupamento? E o clima de sala de aula?</p> <p>2. O que faz o Agrupamento para prevenir a indisciplina e promover o sucesso escolar?</p> <p>3. A atuação do Agrupamento face a situações de indisciplina parece-lhe eficaz? Porquê?</p> <p>4. A atuação do Agrupamento face a situações de fraco aproveitamento escolar parece-lhe eficaz? Porquê?</p> <p>5. Como atua o Diretor de Turma perante situações de indisciplina reiterada?</p> <p>6. Como atua o DT perante situações de fraco aproveitamento escolar?</p> <p>7. Na sua opinião, o que leva os alunos a terem esses comportamentos desadequados na escola / na sala de aula?</p>
<p>BLOCO – 4 O Conselho de Turma</p>	<p>- Perceber o que é feito pelo Conselho de Turma para combater problemas de comportamento e de assiduidade.</p>	<p>1- Que medidas são tomadas pela equipa educativa para prevenir problemas de comportamento e de assiduidade? E o DT que medidas toma?</p> <p>2- São delineadas estratégias de atuação para esses alunos? Essas estratégias quem é que envolvem?</p>

<p>BLOCO – 5</p> <p>O risco de abandono</p>	<p>- Identificar e compreender formas de atuação para combater o abandono escolar.</p>	<p>1- Na sua direção de turma existem alunos em risco de abandono? Quais as razões que, no seu entender, estão na base desse fenómeno?</p> <p>2- Que ações concretas são delineadas e implementadas pelo conselho de turma para prevenir o abandono escolar precoce? E com que eficácia?</p>
<p>BLOCO – 6</p> <p>Síntese e meta reflexão sobre a própria entrevista</p> <p>Agradecimentos</p>	<p>- Captar o sentido que o entrevistado dá à própria situação da entrevista.</p>	<p>1- O que pensa dos objetivos desta investigação?</p> <p>2- Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?</p>

## **ANEXO IX - Transcrição da entrevista a um Diretor de Turma do Curso Profissional**

**Entrevistadora:** Bom dia. Estou a desenvolver um trabalho de investigação sobre abandono escolar e para o seu desenvolvimento será necessário proceder à aplicação de entrevistas para perceber quais as razões que levam os alunos ao abandono escolar.

Solicito a sua colaboração. Os dados obtidos serão confidenciais.

**Entrevistadora:** Na sua opinião, qual o papel do DT na promoção do sucesso escolar e na prevenção do abandono escolar?

**DT1:** O papel do DT poderá e deverá ser mais ativo e interventor do que o do docente que integra o conselho de turma. Por um lado porque lhe cabe o trabalho de coordenação pedagógica e por outro porque estabelece uma relação privilegiada com as famílias, através dos respetivos encarregados de educação.

**Entrevistadora:** Enquanto Diretor de Turma, quais as principais atividades que realiza? Quais considera serem mais relevantes?

**DT1:** Para além das tarefas administrativas de organização do dossier, do plano de turma, do registo de todas as ocorrências respeitantes aos discentes, as mais relevantes são, como já foi frisado, as de coordenação da equipa docente, uniformizando comportamentos e práticas pedagógicas, sem prejuízo de uma personalização do processo ensino-aprendizagem, e as relativas aos contactos com os EE.

No que concerne à prevenção do abandono escolar, os contactos com o EE. dos alunos revelam-se de primordial importância. Sem a colaboração dos EE (das famílias) a prevenção do abandono está votada ao fracasso.

**Entrevistadora:** De que forma são envolvidos os pais e EE na vida escolar dos seus educandos?

**DT1:** Normalmente através do contacto permanente com o diretor de turma; poderão também ser envolvidos pela via da sua presença ou colaboração nas próprias atividades escolares (como ocorre na celebração do dia da turma).

O envolvimento dos pais e EE no processo de aprendizagem dos seus educandos é uma forma privilegiada de prevenção do abandono escolar.



**Entrevistadora:** Como é trabalhada a prevenção do abandono escolar junto dos pais e EE?

**DT1:** Através de contacto permanente procurando coresponsabilizá-los pelo percurso escolar dos seus educandos ao mesmo tempo que deve ser feita a sua sensibilização para a importância da formação ministrada pela escola destacando nas expectativas que deverão depositar naquela para o futuro dos seus educandos; a promoção de ações de formação especialmente destinadas a pais e EE poderá e deverá ser outro caminho a percorrer.

**Entrevistadora:** Como caracteriza, globalmente, o clima de escola no Agrupamento? E o clima de sala de aula?

**DT1:** De modo geral o clima é bom refletindo-se nas boas relações existentes entre todos os agentes educativos: discentes, docentes e pessoal não docente, técnico ou auxiliar.

Também em contexto de sala de aula se pode verificar um bom clima não se tendo registado ocorrências de comportamentos perturbadores (com exceção de um ou outro caso) o que evidencia o bom clima.

**Entrevistadora:** O que faz o Agrupamento para prevenir a indisciplina e promover o sucesso escolar?

**DT1:** Para além da reflexão sobre tais fenómenos efetuada nas diferentes estruturas educativas, conselho de turma, departamento, conselho pedagógico e até mesmo no conselho geral, tem sido efetuadas ações de formação nomeadamente sobre indisciplina.

**Entrevistadora:** A atuação do Agrupamento face a situações de indisciplina parece-lhe eficaz? Porquê?

**DT1:** A atuação desenvolvida tem-se revelado eficaz; não obstante ainda não erradicou as situações de indisciplina pelo que deverá continuar-se a trilhar tal caminho.

**Entrevistadora:** A atuação do Agrupamento face a situações de fraco aproveitamento escolar parece-lhe eficaz? Porquê?

**DT1:** O combate ao insucesso escolar, promovendo a melhoria do aproveitamento escolar, é uma tarefa que não produz resultados imediatos. Efetivamente terá que ser efetuada a avaliação do progresso dos alunos tendo em conta o seu ponto de partida, do

ponto de vista das aprendizagens; do nível dos conhecimentos e valores que são portadores a partir dos respetivos agregados familiares.

O Agrupamento regista alguns níveis muito elevados de sucesso, especialmente nas turmas do ensino regular secundário com vista ao prosseguimento de estudos, a par de situações de fraco aproveitamento em outros níveis.

**Entrevistadora:** Como atua o Diretor de Turma perante situações de indisciplina reiterada?

**DT1:** O DT deverá e terá de atuar de imediato em qualquer situação de indisciplina, numa primeira fase lançando mão de medidas corretivas, sempre em contacto com o respetivo EE. A prática reiterada implicará uma atuação mais incisiva lançando mão dos meios disciplinares ao seu alcance.

**Entrevistadora:** Como atua o DT perante situações de fraco aproveitamento escolar?

**DT1:** Perante situações de fraco aproveitamento, o DT deverá confrontar o conselho de turma e promover uma reflexão aprofundada e casuística sobre a situação. Só a convergência de todos os docentes e o trabalho em equipa poderá concorrer para a resolução do problema e a melhoria dos resultados escolares.

**Entrevistadora:** Na sua opinião, o que leva os alunos a terem esses comportamentos desadequados na escola / na sala de aula?

**DT1:** A falta de interesse e a desmotivação.

A falta de identificação com a cultura escolar, o não reconhecimento do papel da escola na sua formação, o não reconhecimento da importância dos saberes transmitidos e das competências desenvolvidas pela escola para o seu futuro, conduzem a um desinteresse pelas atividades escolares, principalmente as desenvolvidas em contexto de sala de aula; o desinteresse e a falta de motivação conduzem, diretamente, a adoção de comportamentos desrespeitadores das regras.

**Entrevistadora:** Que medidas são tomadas pela equipa educativa para prevenir problemas de comportamento e de assiduidade? E o DT que medidas toma?

**DT1:** Os problemas de comportamento estão ligados ao desinteresse; tal como a falta de assiduidade.

Como já se referiu só a motivação dos alunos poderá concorrer para ultrapassar situações dessa natureza. Tarefas e atividades que despertem o gosto pela procura do conhecimento por parte dos alunos, nas quais estes se envolvam completamente serão um caminho que conduzirá à não verificação de comportamentos perturbadores e ao gosto pela frequência da escola.

O DT poderá e deverá ter um papel impulsionador e coordenador de tais atividades, auscultando os discentes e os respetivos EE.

**Entrevistadora:** São delineadas estratégias de atuação para esses alunos? Essas estratégias quem é que envolvem?

**DT1:** No caso dos alunos que registam mais situações de comportamentos violadores das regras de comportamento em contexto de sala de aula, implica o envolvimento direto dos seus EE. As estratégias a aplicar têm que ter em conta as particularidades de cada um visando despertar o gosto, a motivação e o interesse pelo acompanhamento das atividades escolares.

**Entrevistadora:** Na sua direção de turma existem alunos em risco de abandono? Quais as razões que, no seu entender, estão na base desse fenómeno?

**DT1:** Existem, pelo menos, dois casos. Em ambas as situações verifica-se o não reconhecimento, pelos alunos e respetivas famílias, da importância da formação ministrada pela escola para o seu futuro; nas duas situações alcançada a maioria, os alunos pretende ingressar no mundo do trabalho, emigrando para o estrangeiro para junto de familiares.

**Entrevistadora:** Que ações concretas são delineadas e implementadas pelo conselho de turma para prevenir o abandono escolar precoce? E com que eficácia?

**DT1:** Ao conselho de turma cabe o papel de, em face dos objetivos e competências constantes do programa a desenvolver, adequar os mesmos aos interesses e expectativas dos alunos, definindo metas a alcançar e despertar naqueles o gosto, o desafio e o interesse para, ao ritmo de cada um, os alcançar; cabe promover a importância e o papel da escola junto de cada aluno sensibilizando-o para a necessidade futura de uma formação tão rica e diversificada quanto possível para enfrentar as constantes mutações da sociedade atual.

Tais medidas serão tanto mais eficazes quanto mais próximas da linguagem e da cultura que os alunos são portadores estiver para, a partir desta, promover e alcançar a sua formação pessoal e profissional, dotando-os das melhores ferramentas para enfrentar o futuro.

**Entrevistadora:** O que pensa dos objetivos desta investigação?

**DT1:** O estudo das causas que conduzem ao insucesso escolar e ao abandono deve ser preocupação de todos os docentes. Só o conhecimento rigoroso e a compreensão de tais causas poderão contribuir para o seu combate eficaz.

E apesar de diversos estudos já existentes e muitas das razões estarem já identificadas, tal assunto não está esgotado. Bem pelo contrário, vejo com muita pertinência a necessidade de continuar a estudar e a investigar tais fenómenos que estão longe de serem erradicados.

**Entrevistadora:** Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

**DT1:** No estudo do abandono escolar precoce e na sua compreensão e prevenção, na atualidade, deve ter também em conta os interesses dispares dos alunos decorrentes da utilização massiva dos meios alternativos de comunicação, nomeadamente a internet, bem como o papel que a escola desempenhou na formação dos seus pais.

**Entrevistadora:** Muito obrigada pela disponibilidade.

## ANEXO X – Guião para entrevista aos docentes de um Curso Profissional

<b>BLOCOS</b>	<b>Objetivos do bloco</b>	<b>Questões orientadoras</b>
BLOCO – 1 Legitimação da entrevista	- Explicar a situação e motivar o entrevistado.	1- Informar em traços gerais, a finalidade deste trabalho de investigação; 2- Pedir a colaboração e salientar a importância do seu contributo para a elaboração deste trabalho; 3- Garantir o anonimato;
BLOCO – 2 Identificação dos professores	- Conhecer as perceções dos docentes sobre o ensino num curso profissional.	1- Considera que existem diferenças entre ser um docente de um curso regular e de um profissional? Se sim, quais? 2- Sente-se motivado para trabalhar com alunos dos cursos profissionais? Porquê? 3- Frequentou formação para lecionar a cursos profissionais? Se não, considera necessário que exista formação?

<p>BLOCO – 3 Clima de sala de aula e (in)disciplina</p>	<p>- Caracterizar o tipo de relação pedagógica e o clima de sala de aula.</p> <p>- Compreender as percepções dos docentes sobre a relação entre clima de sala de aula, indisciplina e abandono escolar.</p>	<p>1- Como caracteriza, de um modo geral, a relação entre aluno-professor no Agrupamento? E o ambiente na sala de aula?</p> <p>2. E nos cursos profissionais? Existem diferenças significativas a este nível face aos cursos do ensino regular? Em caso afirmativo, o que pensa poder explicar essas diferenças?</p> <p>3- Os alunos dos cursos profissionais revelam problemas de comportamento? Se sim, como atuam os professores perante esses problemas?</p> <p>4- No seu entender, o que leva os alunos a terem esses comportamentos?</p> <p>5- Esses comportamentos poderão levar a situações de abandono escolar?</p> <p>6. Que medidas são tomadas e implementadas pelo Conselho de Turma com vista à prevenção da indisciplina? Qual a sua eficácia?</p>
---	---	---

<p>BLOCO – 4</p> <p>O Conselho de turma e a prevenção do abandono</p>	<p>- Identificar e compreender ações concretas implementadas pelo conselho de turma para combater problemas de assiduidade e o abandono escolar.</p>	<p>1- Que medidas concretas são tomadas pelo Conselho de Turma para prevenir problemas de assiduidade e o abandono escolar?</p> <p>2- Nesta turma existem alunos em risco de abandono? Em caso afirmativo, que razões identifica para este fenómeno?</p> <p>3- O Conselho de Turma delinea estratégias de atuação para os alunos em risco de abandono? Que estratégias são essas? Que intervenientes são envolvidos? Qual a sua eficácia?</p> <p>4. O que fazem os professores na sua ação concreta em sala de aula para prevenir situações de abandono escolar precoce? (Pedir exemplos concretos.)</p>
<p>BLOCO – 5</p> <p>Síntese e meta reflexão sobre a própria entrevista</p> <p>Agradecimentos</p>	<p>- Captar o sentido que o entrevistado dá à própria situação da entrevista.</p>	<p>1- O que pensa dos objetivos desta investigação?</p> <p>2- Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?</p>

## **ANEXO XI - Transcrição da entrevista aos docentes de um Curso Profissional**

**Entrevistadora:** Bom dia. Estou a desenvolver um trabalho de investigação sobre abandono escolar e para o seu desenvolvimento será necessário proceder à aplicação de entrevistas para perceber quais as razões que levam os alunos ao abandono escolar. Solicito a sua colaboração. Os dados obtidos serão confidenciais.

**Entrevistadora:** Considera que existem diferenças entre ser um docente de um curso regular e de um profissional? Se sim, quais?

**D1:** Existem diferenças na forma de exercer a docência. A grande diferença decorre da matriz dos cursos profissionais: predominantemente orientados para a vida ativa e, em especial, para a via/especialidade de cada um. Ao docente é exigida uma visão prática tendo que ser capaz de orientar os discentes centrando-se nos interesses destes inerentes ao curso em causa.

**D2:** Claro que não.

**D3:** Sim, não só pela necessidade de seleção de materiais pedagógicos adequados ao interesse dos alunos, mas também na abordagem metodológica mais diferenciadora e mais próxima das dificuldades dos discentes.

**D4:** Sim. Na forma como se ensina; materiais utilizados; aprofundamento de conteúdos; adequação dos instrumentos de avaliação; dos critérios específicos de avaliação.

Dadas as exigências ao nível do MEC, nos cursos regulares o professor tem de cumprir com o grau de aprofundamento das matérias, daí a necessidade de lecionar a teoria e a prática.

Nos cursos profissionais, o grau de exigência é menor, dada a diversidade de ritmos de aprendizagem, havendo muitas vezes alunos em risco de abandono e absentismo escolar. No entanto o professor tem de ter consciência que deve ser exigente para com esses alunos e adequar-se ao grupo de alunos que tem. Nunca o professor pode pensar nem deve deixar transparecer que estes alunos não sabem nem conseguem. São alunos que tiveram um percurso escolar muito complicado, onde as dificuldades se foram acumulando, como é o caso dos alunos que passaram, no ensino básico, por cursos vocacionais.

Daí a importância de adequar-se as metodologias de ensino a tarefas muito mais práticas, onde os alunos possam ser eles próprios capazes de fazer, com um grau de complexidade que pode e deve ir aumentando. Este trabalho carece de uma maior



orientação das tarefas por parte dos professores, no entanto o trabalho de grupo é muito profícuo.

Relativamente aos critérios específicos de avaliação, nos cursos regulares, tende-se a aplicar critérios que aproximem os resultados internos dos resultados das avaliações externas, por exigência do MEC, caso contrário, a escola está sujeita a penalizações, por exemplo no número de horas do crédito horário para o ano letivo seguinte.

Há que adequar o ensino aos públicos que temos nos dois tipos de ensino.

**D5:** Sim, no curso regular é necessário cumprir um programa formal, embora adaptado às singularidades de cada turma e mesmo de cada aluno, sempre com uma componente teórica. No profissional, o currículo permite uma abordagem mais flexível e com forte componente prática a alunos com interesses muitas vezes divergentes dos escolares.

**D6:** Sim. Um professor do ensino profissional tem que adequar as suas aulas aos diferentes tipos de alunos que tem dentro da sala. Os alunos são, por norma, muito mais desmotivados e sem expectativas.

**Entrevistadora:** Sente-se motivado para trabalhar com alunos dos cursos profissionais? Porquê?

**D1:** Sim. Pelas razões acima apontadas: são cursos práticos com o objetivo de dotar os discentes com ferramentas que vão utilizar no seu quotidiano profissional futuro; sem descuidar a componente científica porquanto apesar de predominantemente orientados para a via profissional não deixam de possibilitar aos alunos interessados o prosseguimento de estudos no nível superior. São cursos com grande potencial capazes de, em simultâneo, dotar os discentes de competências práticas, profissionais, e de competências académicas suscetíveis de permitir o prosseguimento de estudos.

**D2:** Não muito. São poucos os alunos que se envolvem plenamente nas atividades propostas.

**D3:** Por vezes, não, porque utiliza-se muito tempo na chamada de atenção dos alunos para o cumprimento das regras de sala de aula. O saber-estar e o envolvimento destes alunos nas tarefas propostas constituem processos que provocam desgaste profissional.

**D4:** Sim, gosto muito de trabalhar com a minha turma do ensino profissional. Este é o 2.º ano que trabalho com uma turma do ensino profissional e dada a exigência de adequar o ensino aos alunos que tão bem conheço, do ensino básico e de 10.º ano, tem sido uma oportunidade para eu saber mais sobre uma ferramenta fundamental no ensino

da matemática: o geogebra, para depois os poder orientar melhor. Fica um conhecimento que também é facilitador da realização do trabalho com as outras turmas. Esta ferramenta é muito mais atrativa que uma calculadora gráfica e os alunos apreciam muito aprender com ela. Já revelam autonomia na sua manipulação. Por outro lado, este ano letivo, a turma apresenta um comportamento exemplar capaz de trabalhar em grupo, com recurso a fichas de trabalho, sendo a minha intervenção pontual. Foi um grande progresso que pude observar do ano letivo passado para este ano letivo. Reconheço que alguns alunos mais perturbadores anularam a matrícula após os 18 anos.

**D5:** Sim, porque em geral são alunos que tem grandes necessidades de educação para a cidadania, por vezes com baixa auto estima e sem perspectivas de futuro, necessitando de um professor que lhes apresente um leque muito variado de experiências de vida e alternativas, num diálogo franco e aberto.

**D6:** Nem sempre. A falta de motivação geral já é por si só um obstáculo, mas o pior é ainda a falta de educação que estes alunos apresentam.

**Entrevistadora:** Frequentou formação para lecionar a cursos profissionais? Se não, considera necessário que exista formação?

**D1:** Não, considerando uma formação institucional ou institucionalizada. A necessidade de saberes e competências específicas implicou o estudo, pesquisa e formação individual, a qual foi enriquecendo com a experiência e partilha com outros docentes. A existência de formação específica facilitaria e enriqueceria tal percurso.

**D2:** Não. Eu gostaria muito que houvesse formação nesse âmbito, para poder lidar convenientemente com algumas situações.

**D3:** Reconheço que seria de extrema importância para o desenvolvimento profissional e um instrumento de combate ao desgaste profissional.

**D4:** Não, no entanto no final do ano letivo realizei formação para lideranças intermédias, onde se tocou no tema do ensino de cursos profissionais.

**D5:** Não. A existir formação teria que ser prática, tipo “workshop”, com um mínimo de teorias dos grandes pedagogos, que ensinam um geral que raras vezes serve para aplicar no real do dia-a-dia.

**D6:** Não frequentei nenhuma ação de formação, a frequentar uma, na minha opinião, teria que ser uma ação de formação realista e sempre com base na prática. Os professores estão fartos de teorias!

**Entrevistadora:** Como caracteriza, de um modo geral, a relação entre aluno-professor no Agrupamento? E o ambiente na sala de aula?

**D1:** Considerando o Agrupamento como um todo, de modo as relações aluno-professor são boas, não obstante se verificar alguns casos de indisciplina que refletem um deficiente relacionamento nomeadamente em contexto de sala de aula. Tais casos ocorrem com mais frequência nos cursos profissionais (talvez devido a uma diferença de expectativa do aluno, na abordagem de conteúdos e competências práticas a que, nem sempre, correspondem os docentes).

**D2:** De uma forma geral, a relação entre aluno-professor é boa.

Relativamente ao ambiente, tudo depende do tipo de aluno. Se a escola não lhe disser nada, normalmente tenta perturbar a aula e distrair os seus pares.

**D3:** A relação já conheceu dias melhores. Por vezes, há perceção de que as matérias estão desfasadas da realidade dos alunos, porque a sua curiosidade não foi exercitada.

**D4:** As relações professor- aluno no agrupamento são bastante agradáveis, no entanto há casos pontuais de alunos que revelam dificuldades em saber estar em sala de aula, por exemplo. O mesmo se aplica ao ambiente em sala de aula.

**D5:** Não vejo situações sistematicamente complicadas, apenas casos pontuais. Na sala de aula o ambiente, em geral, é de trabalho, embora existam casos e episódios pontuais.

**D6:** Por norma a relação entre professor e aluno é boa com um bom ambiente na sala de aula.

**Entrevistadora:** E nos cursos profissionais? Existem diferenças significativas a este nível face aos cursos do ensino regular? Em caso afirmativo, o que pensa poder explicar essas diferenças?

**D1:** Como já foi abordado na questão anterior, existem algumas diferenças significativas: nos cursos ditos regulares, os alunos têm, de modo geral, as suas expectativas centradas no acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, mais focalizados no processo ensino-aprendizagem de modo a obter a classificação que lhes permita a “entrada” no curso pretendido; são alunos mais motivados e responsáveis em contexto de sala de aula; os alunos do ensino profissional, pelo contrário, não têm

perspetivas de prosseguimento de estudos e, na maioria, vêm poucas saídas profissionais, encarando o curso como um meio de completar o seu percurso escolar; estes alunos exigem um maior esforço de motivação por parte dos docentes só tendo sucesso se o processo de ensino-aprendizagem for abordado na sua componente prático-profissional de modo a que o aluno reconheça e sinta a conclusão do curso como uma mais-valia para a sua vida futura.

**D2:** Nos cursos profissionais a relação também é boa, contudo, há certos alunos que têm uma atitude, por vezes displicente, pois estes alunos pensam que estar nos cursos profissionais é igual a não fazer nada.

**D3:** Há diferenças, porque os alunos que ingressam nos cursos do ensino regular têm já, de certo modo, definidas as suas expectativas face ao seu futuro profissional; manifestam mais interesse pelo estudo e sabem cumprir mais adequadamente as regras da sala de aula.

**D4:** Na minha experiência não vejo diferenças entre alunos dos dois cursos. As regras determinadas dentro de sala de aula, por mim, no âmbito do regulamento interno, são cumpridas por alunos independentemente do tipo de ensino.

**D5:** Sim, nota-se uma tendência para que os alunos “respeitem” menos os docentes, no sentido de haver maior “familiaridade” na relação, o que poderá ser explicado por aquilo que referi em B2.2 e pela forte componente prática que obriga a uma constante interação relacional.

**D6:** Por norma a relação entre professor e aluno vai melhorando ao longo do tempo. A aula é muitas vezes um lugar de conquista e derrota constante, até se conseguir um entendimento sobre as regras a cumprir. Isto resulta da total falta de interesse por todo o ambiente escolar e a falta de educação dos alunos.

**Entrevistadora:** Os alunos dos cursos profissionais revelam problemas de comportamento? Se sim, como atuam os professores perante esses problemas?

**D1:** Os alunos, de modo geral, só revelam problemas quando não se identificam com os conteúdos lecionados ou com a linguagem utilizada; então ficam desmotivados, desinteressados e daí resultarem comportamentos perturbadores e desconformes com as regras que devem ser observadas em sala de aula.

No sentido de evitar que tais situações ocorram, os docentes devem orientar os alunos na descoberta dos seus interesses próprios canalizando-os para os objetivos e adequando-os às competências que devem ser alcançadas com o curso em causa;

Quando o aluno se identifica com a linguagem utilizada, com o tipo de conhecimentos que são transmitidos e com as competências que lhe são exigidas, fica motivado e interessado não registando comportamentos perturbadores.

**D2:** Sim, alguns alunos revelam problemas de comportamento, principalmente para aqueles que não querem trabalhar.

**D3:** Sim. Os professores agem de forma cooperativa e o diretor de turma promove a articulação necessária entre a escola e o encarregado de educação. Os conselhos de turma são os momentos por excelência para definir as estratégias mais adequadas à resolução dos problemas de comportamento.

**D4:** Claro que revelam problemas ao nível dos comportamentos. O trabalho que foi desenvolvido no ano letivo anterior, em colaboração com os assistentes operacionais e diretora do agrupamento, possibilitou que os alunos percebessem que as regras são para cumprir. A ausência de um aluno na sala de aula, era registada num documento para o efeito, entregue ao assistente operacional que por sua vez comunicava à diretora ou subdiretora que comunicava a situação imediatamente ao encarregado de educação. Por vezes era contactada a escola segura que ia a casa buscar os alunos. O efeito desta ação culminou com uma turma que sabe estar dentro de uma sala de aula.

**D5:** Os problemas de comportamento são episódios e não me parece que sejam graves, no sentido de serem violentos. Depois de esgotadas todas as tentativas de resolução pelo bom senso (diálogo), os alunos são encaminhados para o GACE ou para a Direção.

**D6:** Sim. Os professores atuam com uma grande dose de paciência, mas com firmeza, reforçando, sempre, o cumprimento das regras da sala de aula. O diálogo é por norma a estratégia mais utilizada.

**Entrevistadora:** No seu entender, o que leva os alunos a terem esses comportamentos?

**D1:** Como já foi referido, quando os padrões de comportamento, a linguagem, os saberes que são transmitidos pela escola não são considerados essenciais para ter sucesso na vida ativa ou quando o alunos (ou a família) não se reconhece em tais valores ou com eles não se identifica, a escola deixa de ser valorizada e respeitada; conseqüentemente também não são respeitados os docentes registando-se comportamentos perturbadores.

**D2:** Como já referi anteriormente, os alunos que têm esses comportamentos, são aqueles que não pretendem nada, que a escola não lhes diz absolutamente nada, que querem ter 18 anos, para poder sair da escola.

**D3:** Falta de retaguarda parental; baixa autoestima; problemas familiares e sociais.

**D4:** Alunos que sistematicamente apresentavam comportamentos intimidatórios, a ideia pré concebida que os alunos dos cursos profissionais são diferentes e que as estratégias para o cumprimento das regras se devem adequar aos alunos. Considero que as regras são para ser cumpridas independentemente do tipo de ensino e das histórias escolares dos alunos. Há comportamentos que não são negociáveis: estar com o telemóvel na sala de aula; jogar computador na sala de aula como prémio da tarefa que teve de realizar no âmbito da disciplina; sair mais cedo como prémio de bom comportamento. O professor tem de ter muito cuidado com as regras constantes no regulamento interno e fazê-las cumprir. Há casos que também as famílias em nada ajudam a escola na gestão dos comportamentos. Ora, o agrupamento tem de saber que quando não pode contar com a família, tem de efetivar ele próprio o cumprimento das regras.

**D5:** Família desestruturada, falta de autoridade familiar, maus exemplos na sociedade – corrupção e enriquecimento fácil de políticas banqueiras, empresárias, etc. talvez lhes passe pela cabeça “Se os responsáveis não cumprem, por que é que eu hei-de cumprir?”

**D6:** A falta de expectativas e a falta de educação resultantes de uma falta de acompanhamento escolar, por parte dos encarregados de educação.

**Entrevistadora:** Esses comportamentos poderão levar a situações de abandono escolar?

**D1:** Normalmente tais comportamentos conduzem ao abandono: os alunos (e as famílias) perante uma oportunidade de trabalho, ainda que não, como ocorre normalmente, não qualificado, abandonam a escola e, conseqüentemente, o prosseguimento dos seus estudos.

Só a valorização da escola, o reconhecimento do seu papel na formação dos jovens e/ou a transmissão de conhecimentos e o desenvolvimento de competências que se venham revelar úteis no percurso futuro dos jovens permitirá um combate com sucesso ao abandono escolar.

**D2:** Sim, esses comportamentos podem levar a situações de abandono escolar, pois quando o professor começa por lhe pedir trabalhos ou outras tarefas, a avaliação começa a ser negativa, tudo isso torna-se um constrangimento para o aluno, e vê o abandono escolar como única saída.

**D3:** Sim, se a escola não as tratar como convém.

**D4:** Claro. Se o aluno não apresenta um comportamento devido em sala de aula, não vai aprender a matéria e por conseguinte não vai fazer os módulos.

**D5:** Sim, porque os professores como seres humanos que são, a certa altura não aguentam mais a desobediência e falta de regras dos alunos, mudando-os de escola ou mesmo expulsando-os diretamente.

**D6:** Em alguns casos sim.

**Entrevistadora:** Que medidas são tomadas e implementadas pelo Conselho de Turma com vista à prevenção da indisciplina? Qual a sua eficácia?

**D1:** Normalmente as medidas preconizadas assentam na responsabilização dos jovens, e nas respetivas famílias; na diversificação de estratégias tendo em conta os interesses daqueles criando motivação para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

Quando tais estratégias são aplicadas por todos os docentes do conselho revelam-se eficazes.

**D2:** Ter em conta as regras da sala de aula. Os procedimentos delineados nas reuniões de conselho de turma. Nem sempre são eficazes, contudo também podem resultar.

**D3:** Uniformizar procedimentos na sala de aula; definir estratégias de atuação baseadas no compromisso pedagógico; apresentação de atividades eminentemente práticas. A sua eficácia é avaliada nas reuniões do conselho de turma; nos processos e nos resultados das aprendizagens dos alunos.

**D4:** Define as regras a serem cumpridas por todos os professores e alunos.

**D5:** Adoção de regras e medidas a implementar por todos na sala de aula, rigoroso cumprimento das regras de sala de aula, encaminhamento para a Psicóloga e CPCJ em última instância.

**D6:** A mais utilizada é o diálogo com o aluno, seguido da intervenção junto do encarregado de educação e posterior encaminhamento para a Comissão de proteção de menores, em casos em que isso se justifique.

**Entrevistadora:** Que medidas concretas são tomadas pelo Conselho de Turma para prevenir problemas de assiduidade e o abandono escolar?

**D1:** São dois problemas distintos, sendo que, normalmente, quando um aluno está em risco de abandono registra elevado número de faltas (este é um indicador que permite perceber o interesse que o aluno tem pela escola ou pelos conteúdos lecionados e competências desenvolvidas e a desenvolver).

As medidas concretas a aplicar, para terem sucesso, têm que ter em conta tal realidade. E, para além da descoberta dos interesses do aluno (e da sua família), tem que ser efetuado um trabalho rigoroso de reeducar o aluno (e a família) demonstrando-lhe o valor acrescentado que lhe advém da escola.

**D2:** O conselho de turma, no papel do diretor de turma e/ou diretor de curso, dialogam com o aluno e com o encarregado de educação. Adotam estratégias práticas que vão ao encontro das necessidades dos alunos.

**D3:** Envolvimento em visitas de estudo; trabalhos de caráter prático; comunicação entre o diretor de turma e os encarregados de educação; apoio do serviço de psicologia e orientação; implementação de oficinas de estudo.

**E4:** A comunicação imediata aos encarregados de educação; o ir buscar os alunos que estão fora da sala de aula, no recreio ou nas imediações da escola; comunicar a situação de ausência do aluno à escola segura para atuar imediatamente; serem responsabilizados pelos diretor de turma/ de curso/ diretora; realização de plano individual de acompanhamento do aluno.

**D5:** Comunicação telefónica imediata ao Encarregado de Educação e por carta. À Direção e à CPCJ, por fim.

**D6:** Diálogo com o aluno, informação ao encarregado de educação e encaminhamento, para a Psicóloga ou para comissão de proteção de crianças e jovens.

**Entrevistadora:** Nesta turma existem alunos em risco de abandono? Em caso afirmativo, que razões identifica para este fenómeno?

**D1:** Verificaram-se situações de abandono (de alunos que não reconheceram na escola um meio de formação pessoal e profissional que os preparasse para a vida ativa); ainda se verificam dois casos que têm na base as mesmas razões: os alunos em causa não sentem necessidade da formação que a escola lhe dá nem vêm com reconhecida pela sociedade tal formação (no caso, em concreto, trata-se de duas alunas que pretendem deixar a escola por terem completado os dezoito anos e desejarem ir trabalhar para o estrangeiro; nos dois casos registam elevado número de faltas, apesar todo o esforço



desenvolvido pelo diretor de turma e restantes docentes, em conjunto com os respetivos EE, de acompanhamento diário da situação).

**D2:** A idade e a possibilidade de trabalho no estrangeiro.

**D3:** Sim. Necessidade de entrar o mais cedo possível no mercado de trabalho, procurando a autonomia financeira.

**D4:** Não, no entanto quando os há, deve-se essencialmente às dificuldades acumuladas que provocam um fosso enorme entre o seu ritmo e o ritmo de acompanhamento das matérias por parte da maioria dos alunos da turma.

**D5:** Sim. Total desinteresse pela escola. Família desestruturada que muitas vezes desincentiva à frequência. Necessidade de rendimentos extra. Familiares emigrados à procura de emprego para o aluno. Elevado número de faltas. Solicitações de colegas no exterior.

**D6:** Não.

**Entrevistadora:** O Conselho de Turma delinea estratégias de atuação para os alunos em risco de abandono? Que estratégias são essas? Que intervenientes são envolvidos? Qual a sua eficácia?

**D1:** O conselho de turma tem delineado estratégias de atuação para os alunos em risco: umas de caráter preventivo, como a responsabilização, a motivação, a utilização de métodos pedagógicos essencialmente práticos indo ao encontro dos interesses e vivências dos alunos; outras de caráter mais repressivo, como o registo diário das faltas com comunicação ao diretor de turma e ao órgão de gestão para, em colaboração com outras entidades, nomeadamente os agentes da Escola Segura e os elementos da CPCJ (quando os alunos registam características que motivam tal intervenção) e, de imediato, aos respetivos EE, procurando saber, na hora, onde se encontra o aluno e indo mesmo ao seu encontro. Estas medidas têm-se revelado eficazes quando contam com a colaboração dos EE (o que nem sempre se verifica).

**D2:** Incentiva à conclusão do curso, com metodologias de avaliação diversificadas.

Todos os docentes do Conselho de Turma.

Se os casos forem graves, a CPCJ.

Noto que quando envolve a CPCJ, os alunos têm mais receio e por vezes melhoram o comportamento.

**D3:** Sim. As estratégias passam pelo envolvimento dos docentes; diretor de turma para identificar as causas e encontrar respostas em colaboração com o serviço de psicologia e CPCJ.

**D4:** A realização do plano de acompanhamento individual; a necessidade das situações serem imediatamente comunicadas; a adequação das tarefas a realizar na turma.

**D5:** Sim. Sensibilização do aluno e pais para a importância da Escola no seu futuro. Acompanhamento pela Psicóloga. Aplicação de atividades que vão ao encontro das suas preferências. Mudança de Turma. Mudança de Escola. Eficácia, pouca ou alguma.

**D6:** Além do diálogo com o aluno e encarregado de educação, tutorias, encaminhamento para a Psicóloga ou comissão de proteção.

**Entrevistadora:** O que fazem os professores na sua ação concreta em sala de aula para prevenir situações de abandono escolar precoce? (Pedir exemplos concretos.)

**D1:** A ação concreta do professor para prevenir o abandono passa pelo canalizar do interesse do discente para as atividades escolares. Quando o aluno tem interesse na atividade que é proposta, na descoberta dos saberes que precisa adquirir, é ele o primeiro a promover a própria atividade, a interessar-se, a quer ir mais além. Quando isso acontece, o aluno não falta, bem pelo contrário, tem gosto em frequentar as aulas, em estar atento, motivado; quando o aluno (e a família) se identifica com o papel da escola, não ocorre abandono. E esse papel começa no contexto de sala de aula. Normalmente o ensino prático, com utilização de materiais diversificados, abordando conhecimentos e competências de ordem prática motiva os alunos envolvendo-os no processo ensino-aprendizagem.

**D2:** Adequação à avaliação e realização de tarefas práticas com significado útil para o aluno.

**D3:** Treinar a abordagem tática e estratégica relativamente aos alunos que não querem aprender; interação entre todos os docentes; diretor de turma demais agentes educativos, porque” prever é prevalecer.”

**D4:** Realização de trabalho em grupo constituído por alunos com ritmos de aprendizagem diferentes. Os alunos revelam uma capacidade de saber esperar pelos colegas e a ajudá-los a realizar as tarefas, o que possibilita ao professor um apoio, por parte do professor, mais individualizado aos alunos com mais dificuldades,

Os apontamentos registados pelos alunos nas aulas serem considerados para a aplicação dos critérios específicos de avaliação ao módulo, no que diz respeito ao trabalho

realizado dentro de sala de aula; adequar os instrumentos de avaliação; apresentar propostas de resolução dos exercícios; sistematizar as resoluções dos exercícios e gradualmente introduzir novos tópicos; no momento em que a turma volta a apresentar várias situações de atraso nos registos dos apontamentos, retomasse a estratégia de considerar o trabalho realizado em sala de aula para efeito da avaliação ao módulo.

**D5:** Explicações variadas – escolaridade e carta de condução; habilitações literárias e emprego. Desenvolvimento de capacidades de concentração, raciocínio, memorização, físicas, emocionais, intelectuais, sociais, culturais). Formação de um cidadão assertivo, em conclusão.

**D6:** Dar mais atenção ao aluno, elogiar o aluno nas suas prestações na sala de aula, atribuir tarefas de responsabilidade que possam contribuir para a melhoria da sua auto estima, colocar o aluno junto de alunos que possam ajudar na realização dos trabalhos dentro da sala de aula.

**Entrevistadora:** O que pensa dos objetivos desta investigação?

**D1:** O estudo do fenómeno “abandono escolar” não é recente. Todavia só o conhecimento aprofundado das razões que conduzem à sua ocorrência poderão dar um contributo para a sua diminuição ou, mesmo, para a desejada irradicação.

**D2:** Os objetivos desta investigação são muito adequados e focam aspetos essenciais e importantes.

**D3:** Muito interessantes, porque permitem refletir sobre as perceções e as tomadas de decisão do professor contextualizadas.

**D4:** Relativamente ao 1.º objetivo, entendo que faz sentido para o caso particular do ensino profissional, uma vez que há ainda situações de ensino que se mantêm independentemente do curso ser regular ou profissional, uma vez que estes cursos têm objetivos distintos. Quanto aos seguintes objetivos, parecem-me transversais a qualquer ensino: regular (básico e cursos científicos e humanísticos); vocacional; profissional, ...

**D5:** Penso que são altruístas, porque pretendem contribuir para resolver um problema insolúvel, enquanto houver fome, miséria, corrupção, injustiça social e conflitos sociais, étnicos, etc.

**D6:** Considero que são pertinentes.

**Entrevistadora:** Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

**D1:** Importa referir que se as causas do abandono escolar, em geral, estarão identificadas, não deixa de ser verdade – e, conseqüentemente, deve ter-se em atenção – que cada aluno é uma realidade, é um caso específico e como tal deve ser tratado e não apenas com mais (ou menos) um número estatístico.

**D2:** Não.

**D3:** Não.

**D4:** A importância que se está a dar ao ensino profissional, com base no assunto proposto nesta entrevista revela a preocupação que hoje em dia existe relativamente a estes cursos. É sabido que Portugal está a conseguir levar a cabo a missão de eliminar o abandono escolar, muito por força do trabalho que as escolas desenvolvem com os alunos, nestes cursos profissionais. No entanto, há a necessidade de se refletir relativamente à diminuição do n.º de alunos nos cursos científicos e humanísticos e às alterações que se implementaram nos programas das disciplinas ditas estruturantes, como é o caso da matemática.

**D5:** Que o futuro seja melhor e mais igual para todos.

**D6:** Não.

**Entrevistadora:** Muito obrigada pela disponibilidade.

## ANEXO XII – Análise de conteúdo das entrevistas

### Análise de conteúdo das entrevistas aos alunos em risco de abandono escolar

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidades de registo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Percurso escolar dos alunos;</li> <li>- Razões das suas retenções/reprovações;</li> <li>- Fatores que possam levar ao abandono escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envolvimento familiar.</li> <li>- Percurso escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Quando digo que vou desistir da escola, dizem que é um erro, que devia fazer o 12ºano e me aplicar mais.” (AR1)</li> <li>- “Pergunta como corre a escola. Se me porto bem. Se faço asneiras. Se não tiro negativas nos testes e se preciso de ajuda para alguma coisa.” (AR2)</li> <li>- “Dizem para me portar bem e para continuar a estudar.” (AR3)</li> <li>- “Perguntam se me porto bem. (AR5) Dizem-me para cumprir as regras, para não faltar às aulas, para estudar até ao 12ºano.” (AR4)</li> <li>- “Perguntam se trago o material para a escola e se me porto bem nas aulas.” (AR6)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Dois anos, no 2º e no 6ºano.” (AR1)</li> <li>- “No 1º e no 2º ano.” (AR2)</li> <li>- “Não sei.” (AR3)</li> <li>- “3 anos.” (AR4)</li> <li>- “1 ano, no 4ºano.” (AR5)</li> <li>- “2 anos, no 5ºano.” (AR6)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reações às retenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Senti que podia ter estudado mais. Não quis saber dos estudos e não queria mais a escola. Quando souberam que ia reprovar disseram para estudar mais.” (AR1)</li> <li>- “Não me lembro. (AR2) (AR5)</li> <li>- “Nem triste nem contente. Não importava. Não me lembro como reagiu a minha família.” (AR3)</li> <li>- “Não senti nada. A minha família dizia que podia ter estudado mais para passar de ano.” (AR4)</li> <li>- “já foi há muito tempo. Os meus pais não disseram nada.” (AR6)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Razões das retenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “A falta de estudo e de interesse.” (AR1)</li> <li>- “Não fazia nada, estava a olhar para os outros.” (AR2)</li> <li>- “Reprovei por causa das faltas e porque me portava mal nas aulas.” (AR3)</li> <li>- “Não estudava.” (AR4)</li> <li>- “Não me lembro.” (AR5)</li> <li>- “Por causa dos testes e do comportamento. Falava alto, não respeitava os professores de vez em</li> </ul>

		quando. Mais nada, que me lembre.” (AR6)
- Comportamento e relacionamento com os professores.	- Relacionamento com os colegas e professores.	- “Bom. Damo-nos bem.” (AR2) - “Bom” com os colegas e “mais ou menos” com os professores. (AR5) - “Bom. Dou-me bem com eles, nunca tive problemas com eles.” (AR6)
	- Opinião sobre a escola.	- Gosta da escola: “porque posso aprender coisas novas.” “Gosto dos colegas porque falam, divertem-se e ajudam-me.” (AR1) “para estar com os amigos, só.” (AR2) “Não gosta da escola, “não gosto de estudar.” (AR3) “porque estou com os amigos.” (AR4) “Porque não gosto de estar em casa, porque estou sozinho.” (AR5) - “não gosto muito de andar na escola, não ligo muito à escola. Não gosto de estar fechado na sala e de acordar cedo.” (AR6)
	- Opinião sobre as aulas.	Só gosto de algumas aulas. “Gosto de Educação Física e de Área de Integração porque são aulas práticas, Matemática e CPV são mais teóricas.” (AR1) - “Não gosto de algumas aulas, das matérias e quase todo o dia com a mesma disciplina.” (AR1) - Não gosto das aulas, “ não sei porquê.” “É muito cansativo.” (AR2) “não gosto de estudar.” (AR3) - Não gosto muito das aulas. “Acho-as chatas. Aborrece-me estar nas aulas.” (AR4) - “Gosto de algumas aulas, de EF e de CV. Porque em nenhuma delas ninguém me chateia.” (AR5) - “Não gosto de algumas aulas. São muito “secas”. Gosto de Física porque é mais prático. Não gosto de OGE, as aulas são muito seca.”(AR6)
	- Problemas disciplinares e de assiduidade.	- “Tive uma participação disciplinar por estar a falar alto para a professora. Só faltava quando estava doente. Ia quase todos os dias ao médico.” (AR1) - “Tive uma participação disciplinar. Chateei-me com uma professora por

		<p>causa de um colega.” (AR2)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “por me portar mal e por não respeitar os professores. Faltava às aulas porque não me apetecia ir e se alguns colegas não fossem, eu também não ia.” (AR3)</li> <li>- “Tive uma participação disciplinar, mas não me lembro porquê. Lembro-me que faltava às aulas porque não me apetecia ir. Aborrece-me estar nas aulas.” (AR4)</li> <li>- “Acho que não tive participações disciplinares. Às vezes falto às aulas porque não me apetece ir. Não gosto de estudar. Só gosto de aprender algumas coisas.” (AR5)</li> </ul>
- Ações face a alunos em risco de abandono.	- Consequências da falta de assiduidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Quando falto, o DT liga para a Encarregada de Educação.” (AR1)</li> <li>- “O DT comunica aos pais.” (AR2)</li> <li>- “Liga aos pais.” (AR3)</li> <li>- “Vem ter comigo e liga para a minha tia.” (AR4)</li> <li>- “O DT diz para não faltar.” (AR5)</li> <li>- “O DT liga para os meus pais e conta porque faltei.” (AR6)</li> </ul>
	- Consequências de mau comportamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Quando tenho mau comportamento o DT chama à atenção e dá conselhos. Os professores dizem que não é maneira de falar e para termos mais calma.” (AR1)</li> <li>- “O DT comunica aos pais e põe de castigo. Os professores ralham e mandam-nos à Direção.” (AR2)</li> <li>- “O DT liga aos pais.” (AR3)</li> <li>- “O DT liga à minha tia e os professores mandam-me à Direção.” (AR4)</li> <li>- “O DT diz para me portar bem e os professores dizem o mesmo e conversam comigo. Dizem para eu estudar.” (AR5)</li> <li>- “De vez em quando porto-me mal. O DT fala comigo e pergunta porque faço isto, para não continuar a fazer. Os professores não dizem nada.” (AR6)</li> </ul>
	- Atitudes do DT e dos professores face a alunos em risco de abandono.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Dizem-nos para não sairmos da escola, para ficarmos porque depois é o arrependimento, o querer voltar e não poder.” (AR1)</li> <li>- “Perguntam se está tudo a correr bem connosco.” (AR2)</li> <li>- “Os professores dizem para me portar bem e para não faltar.” (AR3)</li> <li>- “Dizem-me que devia aproveitar os estudos, que é o melhor para mim.” (AR4)</li> </ul>

		- “Pergunta se não quero acabar o 12ºano.” (AR5)
- Ações da Direção face a alunos em risco de abandono.	- Atitude da Direção face aos comportamentos destes alunos.	<p>Sim, várias vezes. Por chegar atrasada às aulas. Outras vezes para darem conselhos. Dizem para não ser tão nervosa.</p> <p>A2: Sim, algumas vezes. Por fumar atrás da escola. Dizem que pagamos multa e que comunicam aos Encarregados de Educação.</p> <p>A3: Já fui chamado por faltar às aulas. Dizem-me para não faltar e que a escola é o melhor para nós porque sem estudos não vamos a lado nenhum.</p> <p>A4: Sim. Faltava às aulas e portava-me mal.</p> <p>- “Tantas! Porque me portava mal nas aulas.” “Punham-me de castigo.” (AR5)</p>
	- Conclusão dos estudos.	<p>- “Depende de mim. Posso estar com uma ideia e virar de um momento para o outro. A escola não dá para mim. Não gosto da escola.” (AR1)</p> <p>- “Quando fizer o 11ºano e tiver 18 anos vou trabalhar para França para ganhar dinheiro.” (AR2)</p> <p>- “Não sei se vou conseguir. Não gosto de estudar nem de ir às aulas.” (AR5)</p> <p>- “Acho que não. Por causa das notas. As notas das aulas e dos módulos, tenho módulos para trás.” (AR6)</p>
- Formação no futuro do entrevistado.	- Expectativas futuras.	<p>- “Trabalhar na vinha ou ser doméstica.” (AR1)</p> <p>- “Ir trabalhar para a vinha ou para as obras para não estar sempre a pedir dinheiro aos meus pais.” (AR2)</p> <p>- “Não sei, ainda não pensei.” (AR3)</p> <p>- “Trabalhar em algum lado, nas obras, talvez.” (AR4)</p> <p>- “Quero ser mecânico porque gosto de carros.” (AR5)</p> <p>- “Trabalhar nas obras. Não quero trabalhar noutra coisa. Porque não é preciso pensar.” (AR6)</p>
	- A escola e o futuro profissional.	<p>- “Se for trabalhar para a vinha não preciso de nada. É importante o que aprendo, mas não preciso.” (AR1)</p> <p>- “Não é útil o que aprendo. Se for trabalhar para as obras, não preciso de estudar.” (AR2)</p> <p>- “O que aprendo na escola é importante para arranjar um trabalho.” (AR3)</p>
- Expectativas face à escola e aos professores.	- Escola e professores ideais.	<p>- “Fixe. Não sei.” (AR1)</p> <p>- “Não sei. Aqui os professores são</p>



		<p>fixes.” (AR2)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- “Os professores serem bons para nós. Alguns não são bons para nós.” (AR3)</li><li>- “Conforme está. A escola não tem culpa, eu é que não gosto da escola. Não gosto, é tudo uma seca, as disciplinas e o que se aprende.” (AR4)</li><li>- “Nunca pensei nisso.” (na escola ideal)</li></ul> <p>“Os professores ideias seriam como estes.” (AR5)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- “Onde os professores conversassem mais com os alunos.” (AR6)</li></ul>
--	--	---

## Análise de conteúdo das entrevistas aos alunos que abandonaram

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidades de registo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Percurso escolar dos alunos;</li> <li>- Razões das suas retenções/reprovações;</li> <li>- Fatores que levaram ao abandono escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envolvimento familiar.</li> <li>- Percurso escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Perguntavam como as coisas iam ou se andava muito sobrecarregado.” (AA1)</li> <li>- “Perguntavam se estava a correr tudo bem e diziam para estudar e me portar bem.” (AA2)</li> <li>- “Diziam para ter juízo. Para estudar.” (AA3)</li> <li>- “Diziam para me portar bem nas aulas e estudar.” (AA4)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Razões das retenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “acho que quando reprovei no 4ºano foi para ficar à espera do meu irmão, para virmos os dois para esta escola ao mesmo tempo.” (AA1)</li> <li>- “Por causa das meninas. Não ligava nada à escola. Ia de manhã às aulas e à tarde já não ia. Não tinha gosto de andar na escola, nunca gostei muito de estudar. Desde sempre quis trabalhar.” (AA3)</li> <li>- Não estudava e não fazia nada nas aulas. Não gostava de estudar.” (AA4)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assiduidade e comportamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assiduidade e comportamento.</li> <li>- Atuação do DT.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Faltava e chegava atrasado às aulas.” (AA1) O DT “Perguntava o porquê e dizia que era suposto chegar a horas e para tentar chegar a tempo. Como já era hábito chegar atrasado, o DT já não ligava muito para casa, senão tinha que ligar todos os dias. Era o vício de chegar atrasado.” (AA1)</li> <li>- “faltava às aulas de vez em quando.” (AA2) (AA4)</li> <li>- “tinha problemas de assiduidade, faltava.” “Quando andava no vocacional tive 5 participações. Fui 2 ou 3 vezes para casa.” (AA3) O DT “Ligava para a minha mãe. Uma vez foram a casa buscar-me para vir para as aulas, mas eu não vim, fiquei a dormir.” (AA3)</li> <li>- “Era calado a aula toda, se possível.” (AA1)</li> <li>- “Conversava de vez em quando.” (AA2)</li> <li>- “Usava fones, pés em cima da mesa e dormia e chateava a cabeça aos professores. Porque se metiam comigo quando tinha sono.” (AA3)</li> <li>- “Não fazia nada. Não chateava, mas também não trabalhava.” (AA4)</li> </ul>

- Abandono.	- Razões para o abandono.	- “não apresentei a PAP. Já não ia muito bem, era difícil e acabei por desistir. Estou muito arrependido. Mais tarde é que se arrepende. Enquanto se anda aqui, não nos importamos, mas quando se sai é que se vê a falta que faz.” (AA1) - “tinha algumas faltas e acabei por ir embora. Estou arrependido porque podia ter feito um pouco de esforço para terminar e não fiz.” (AA2) - “Saí no 10ºano porque gostava de ir trabalhar, por falta de dinheiro, queria a independência. Queria concretizar os meus objetivos: tirar a carta, comprar carro, comprar mota e arranjar emprego.” (AA3) - “não gostava de andar na escola, não gostava de estudar e estavam sempre a chatear-me para estudar.” (AA4)
- Situação profissional.	- Situação profissional.	- “Trabalho de vez em quando, quando há trabalho, na altura das vindimas.” (AA1) - “Tenho estado em casa. Quando aparece algum trabalho, eu aceito, às vezes na vinha e durante as vindimas.” (AA2) - “Comecei a trabalhar.” “Fui trabalhar” (AA3 e AA4)
- Relacionamento escolar.	- Relacionamento com colegas e professores.	- “Dava-me melhor com alguns. Não me dava mal com ninguém. Sentia-me mais à vontade com os rapazes, pelo facto de os conhecer melhor.” (AA1) - “Nunca tive grandes problemas com os professores.” (AA1) - “obrigavam a fazer o que não queria, como por exemplo passar as coisas do quadro.” (AA3) - “Não tinha grandes problemas com os professores. Chateavam-me quando eu não passava as coisas ou não trazia o material para as aulas.” (AA4)
- Ações face a alunos em risco de abandono.	- Atuação com alunos em risco.	- “houve uma reunião com a Direção, mas não me convenceram” (AA3) - “ligaram várias vezes para a minha mãe para eu voltar, mas eu não quis voltar.” (AA4)
	- Sentimentos relativos ao abandono.	- “Estou muito arrependido. Arrependo-me por não ter chegado ao fim. Por mais um bocadinho podia ter feito tudo e por causa de um trabalho perdi tudo. Vi as coisas a ficarem mais difíceis pelo facto

		<p>de ficar nervoso e de me engasgar na apresentação do trabalho final e não vim. Ainda fiz o trabalho até meio, mas depois parei.” “Se fosse hoje tinha continuado, tinha tentado fazer e não desistir.</p> <p>“(AA1)</p> <p>- “Estou arrependido, mas não sei se teria conseguido chegar ao final. Não me apetecia muito estudar.” (AA2)</p> <p>- “Tenho colegas que tiraram um curso e andam a fazer trabalhos piores do que eu, por isso o 12ºano não quer dizer nada.” (AA3)</p>
- Expectativas face ao futuro.	- O futuro profissional.	<p>- “Tentar arranjar trabalho.” (AA1)</p> <p>- “Tentar arranjar um trabalho para ganhar dinheiro.” (AA2)</p> <p>- “Ser manobrador de máquinas ou segurança em bares.” (AA3)</p> <p>- “Continuar a trabalhar.” (AA4)</p>
- A importância da escola. O regresso.	- O regressar à escola.	<p>- “O que aprendi foi importante, claro. Faz com que uma pessoa veja as coisas de forma diferente.” (AA1)</p> <p>- “Voltar à escola agora é mais difícil. Impossível não era, mas vinha para aqui e parecia pai deles. É estranho voltar pelo facto de ter andado aqui e já não vir cá há muito tempo.” (AA1)</p> <p>- “Já não tenho cá os meus amigos, já foram embora e já passou algum tempo. Acho que não conseguia voltar.” (AA2)</p> <p>- “Tudo o que se aprende é importante, eu acho. Aprender a ler e a fazer contas foi importante.” (AA3)</p> <p>- “nunca mais pensei nisso” em voltar. (AA4)</p>

## Análise de conteúdo da entrevista à Direção do Agrupamento

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidades de registo</b>
<p>- Liderança da Direção.</p> <p>- Atividades desenvolvidas com vista à promoção do sucesso e à prevenção do abandono escolar.</p>	- Liderança do Agrupamento.	“O estilo de liderança é predominantemente democrático.” (DA1)
	- Atividades diárias relevantes.	- “Todas as que se relacionam com o sucesso educativo dos alunos, nomeadamente a componente pedagógica, seguida da componente financeira, já que as duas estão relacionadas.” (DA1)
	- Ações com vista à promoção do sucesso e à prevenção do abandono escolar.	- “As ações previamente planeadas e que constam dos vários projetos pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver (TEIP, Contrato de Autonomia, Plano de Melhoria).” (DA1)
<p>- Ligação escola-família.</p>	- Ligação escola-família.	- “A ligação escola-família é feita através dos vários órgãos/estruturas, como Diretora, Conselho Geral, e em particular através do Diretor de Turma e Psicóloga.” (DA1)
	- Envolvimento das famílias no percurso escolar dos seus filhos.	- “Reuniões trimestrais; Atendimento semanal do Diretor de Turma; Consultas de Psicologia.” (DA1)
	- Ações junto das famílias para alunos em risco de abandono.	- “Contactos, conversas e reuniões do Diretor de Turma com o Encarregado de Educação; Reuniões com a Diretora; Intervenção da Escola segura; Intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); Segurança Social. As ações previamente planeadas e que constam dos vários projetos pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver (TEIP, Contrato de Autonomia, Plano de Melhoria). Estas ações têm uma boa eficácia.” (DA1)
<p>- Atuação face aos alunos em risco de abandono escolar.</p>	- Perfil tipo dos alunos que abandonam a escola.	- “Alunos oriundos de famílias disfuncionais, com baixas expectativas face à escola e ao futuro, com carências de toda a ordem, nomeadamente económicas, sociais e culturais.” (DA1)
	- Diagnóstico dos alunos em risco de abandono escolar.	- “Falta de assiduidade e com grandes dificuldades de aprendizagem, para além de outros sinais.” (DA1)
	- Promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar.	“Integrar projetos específicos do Ministério da Educação e Ciência (MEC); - Promover boas práticas de aprendizagem (trabalho colaborativo); - Desenvolvimento de parcerias (trabalho em rede).” (DA1)
	- Atividades e projetos desenvolvidos. Resultados. Monitorização e	“As ações previamente planeadas e que constam dos vários projetos pedagógicos que o Agrupamento está a desenvolver (TEIP, Contrato de Autonomia, Plano de Melhoria),

	avaliação.	a intervenção da psicóloga e Animadora Social. A monitorização e avaliação é feita pelas equipas de coordenação dos diferentes projetos, com a intervenção direta e constante do Diretor de Turma.” (DA1)
	- Razões que levam os alunos a abandonar a escola.	“São sobretudo as dificuldades económicas, o que leva à emigração de famílias inteiras à procura de melhores condições de vida.” (DA1)
- Ações de prevenção do abandono escolar.	- Ações de sensibilização de combate ao abandono escolar e envolvimento dos alunos.	“São ações que fazem parte das funções do Diretor de turma. Procura-se a utilização de estratégias motivadoras e dar-se o verdadeiro protagonismo aos alunos, envolvendo-os ativamente nas ações.” (DA1)
	- Ações para reduzir a taxa de abandono escolar.	“Ao nível externo será através da implementação de um grande projeto nacional, contra a exclusão social, que seja eficiente e eficaz, no sentido de se atingir os resultados esperados ao longo do seu desenvolvimento mas também ser capaz de operar as mudanças de mentalidade necessárias.” (DA1)
	- Ações para que os alunos não queiram sair da escola.	“Melhorar as práticas educativas, tornando-as mais motivadoras para os alunos.” (DA1)

## Análise de conteúdo da entrevista ao Diretor de Turma do Curso Profissional

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidades de registo</b>
- Atuação do Diretor de Turma junto dos pais e EE.	- Papel do DT na promoção do sucesso escolar e na prevenção do abandono escolar.	- “O papel do DT poderá e deverá ser mais ativo e interventor do que o do docente que integra o conselho de turma. Por um lado porque lhe cabe o trabalho de coordenação pedagógica e por outro porque estabelece uma relação privilegiada com as famílias, através dos respetivos encarregados de educação.” (DT1)
	- Atividades realizadas pelo DT e sua relevância.	- “As atividades mais relevantes são as de coordenação da equipa docente, uniformizando comportamentos e práticas pedagógicas, sem prejuízo de uma personalização do processo ensino-aprendizagem, e as relativas aos contactos com os EE.” (DT1)  - “Os contactos com o EE dos alunos revelam-se de primordial importância para a prevenção do abandono escolar. Sem a colaboração dos EE (das famílias) a prevenção do abandono está votada ao fracasso.” (DT1)
	- Envolvimento dos pais e encarregados de educação.	- “Os pais e EE são envolvidos através do contacto permanente com o diretor de turma e sua presença ou colaboração nas atividades escolares (como ocorre na celebração do dia da turma).” (DT1)  “O envolvimento dos pais e EE no processo de aprendizagem dos seus educandos é uma forma privilegiada de prevenção do abandono escolar.” (DT1)
	- Ações de prevenção do abandono escolar junto dos pais e encarregados de educação.	- “Através de contacto permanente procurando coresponsabilizá-los pelo percurso escolar dos seus educandos ao mesmo tempo que deve ser feita a sua sensibilização para a importância da formação ministrada pela escola destacando nas expectativas que deverão depositar naquela para o futuro dos seus educandos.” (DT1)  - “A promoção de ações de formação especialmente destinadas a pais e EE poderá e deverá ser outro caminho a percorrer.” (DT1)

<p>- Clima de escola / sala de aula. Atuação do DT perante situações de indisciplina e falta de aproveitamento escolar.</p>	<p>- Clima de escola e sala de aula.</p>	<p>- “O clima de escola é bom refletindo-se nas boas relações existentes entre todos os agentes educativos: discentes, docentes e pessoal não docente, técnico ou auxiliar.” (DT1)  - “Em contexto de sala de aula verifica-se um bom clima não se tendo registado ocorrências de comportamentos perturbadores, com exceção de um ou outro caso.” (DT1)</p>
	<p>- Prevenção da indisciplina e promoção do sucesso escolar.</p>	<p>- “Para a prevenção da indisciplina, têm sido efetuadas ações de formação.” (DT1)  - “Procede-se a uma reflexão sobre tais fenómenos efetuada nas diferentes estruturas educativas, conselho de turma, departamento, conselho pedagógico e até mesmo no conselho geral.” (DT1)</p>
	<p>- Eficácia da atuação do Agrupamento.</p>	<p>“O Agrupamento regista alguns níveis muito elevados de sucesso, especialmente nas turmas do ensino regular secundário com vista ao prosseguimento de estudos, a par de situações de fraco aproveitamento em outros níveis.” (DT1)</p>
	<p>- Atuação do Diretor de Turma perante situações de indisciplina reiterada.</p>	<p>- “O DT deverá e terá de atuar de imediato em qualquer situação de indisciplina, numa primeira fase lançando mão de medidas corretivas, sempre em contacto com o respetivo EE. A prática reiterada implicará uma atuação mais incisiva lançando mão dos meios disciplinares ao seu alcance.”</p>
	<p>- Atuação do DT perante situações de fraco aproveitamento escolar.</p>	<p>- “Perante situações de fraco aproveitamento, o DT deverá confrontar o conselho de turma e promover uma reflexão aprofundada sobre a situação. Só a convergência de todos os docentes e o trabalho em equipa poderá concorrer para a resolução do problema e a melhoria dos resultados escolares.” (DT1)</p>
	<p>- Razões para comportamentos desadequados na escola / sala de aula.</p>	<p>- “A falta de interesse e a desmotivação.” (DT1)  “A falta de identificação com a cultura escolar, o não reconhecimento do papel da escola na sua formação, o não reconhecimento da importância dos saberes transmitidos e das competências desenvolvidas pela escola para o seu futuro, conduzem a um desinteresse pelas atividades escolares, principalmente as desenvolvidas em contexto de sala de aula; o desinteresse e a falta de motivação conduzem, diretamente, a adoção de</p>



		comportamentos desrespeitadores das regras.” (DT1)
- Ações de combate a problemas de comportamento e de assiduidade.	- Medidas tomadas pela equipa educativa e pelo DT para prevenir problemas de comportamento e de assiduidade.	- “Os problemas de comportamento estão ligados ao desinteresse; tal como a falta de assiduidade.” (DT1) - “Tarefas e atividades que despertem o gosto pela procura do conhecimento por parte dos alunos, nas quais estes se envolvam completamente serão um caminho que conduzirá à não verificação de comportamentos perturbadores e ao gosto pela frequência da escola.” (DT1) - “O DT poderá e deverá ter um papel impulsionador e coordenador de tais atividades, auscultando os discentes e os respetivos EE.” (DT1)
	-Estratégias de atuação.	“No caso dos alunos que registam mais situações de comportamentos violadores das regras de comportamento em contexto de sala de aula, implica o envolvimento direto dos seus EE.” (DT1) - “As estratégias a aplicar têm que ter em conta as particularidades de cada um visando despertar o gosto, a motivação e o interesse pelo acompanhamento das atividades escolares.” (DT1)
- Formas de atuação para combater o abandono escolar.	- Razões para o risco de abandono.	- “O não reconhecimento, pelos alunos e respetivas famílias, da importância da formação ministrada pela escola para o seu futuro.” (DT1) - “Alcançada a maioridade, os alunos pretende ingressar no mundo do trabalho, emigrando para o estrangeiro para junto de familiares.” (DT1)
	- Ações para prevenir o abandono escolar precoce e sua eficácia.	- “Ao conselho de turma cabe o papel de adequar os mesmos aos interesses e expectativas dos alunos, definindo metas a alcançar e despertar naqueles o gosto, o desafio e o interesse para, ao ritmo da cada um, os alcançar.” (DT1) - “Cabe promover a importância e o papel da escola junto de cada aluno sensibilizando-o para a necessidade futura de uma formação tão rica e diversificada quanto possível para enfrentar as constantes mutações da sociedade atual.” (DT1) “Tais medidas serão tanto mais eficazes quanto mais próximas da linguagem e da cultura que os alunos são portadores estiver para, a partir desta, promover e alcançar a sua formação pessoal e profissional, dotando-os das melhores ferramentas para enfrentar o futuro.” (DT1)

<p>- Reflexão sobre os objetivos da investigação.</p>		<p>- “O estudo das causas que conduzem ao insucesso escolar e ao abandono deve ser preocupação de todos os docentes. Só o conhecimento rigoroso e a compreensão de tais causas poderão contribuir para o seu combate eficaz.</p> <p>E apesar de diversos estudos já existentes e muitas das razões estarem já identificadas, tal assunto não está esgotado. Bem pelo contrário, vejo com muita pertinência a necessidade de continuar a estudar e a investigar tais fenómenos que estão longe de serem erradicados.” (DT1)</p> <p>- “No estudo do abandono escolar precoce e na sua compreensão e prevenção, na atualidade, deve ter também em conta os interesses díspares dos alunos decorrentes da utilização massiva dos meios alternativos de comunicação, nomeadamente a internet, bem como o papel que a escola desempenhou na formação dos seus pais.” (DT1)</p>
---	--	--

## Análise de conteúdo das entrevistas aos Docentes

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidades de registo</b>
- Perceções dos docentes sobre o ensino num curso profissional.	- Vertente prática da matriz curricular.	<p>- São cursos “predominantemente orientados para a vida ativa e, em especial, para a via/especialidade de cada um. Ao docente é exigida uma visão prática tendo que ser capaz de orientar os discentes centrando-se nos interesses destes inerentes ao curso em causa.” (D1)</p> <p>- “são cursos práticos com o objetivo de dotar os discentes com ferramentas que vão utilizar no seu quotidiano profissional futuro.” (D1)</p> <p>- “necessidade de seleção de materiais pedagógicos adequados ao interesse dos alunos, mas também na abordagem metodológica mais diferenciadora e mais próxima das dificuldades dos discentes.” (D3)</p> <p>- “importância de adequar-se as metodologias de ensino a tarefas muito mais práticas, onde os alunos possam ser eles próprios capazes de fazer, com um grau de complexidade que pode e deve ir aumentando.” (D4)</p> <p>- “o currículo permite uma abordagem mais flexível e com forte componente prática a alunos com interesses muitas vezes divergentes dos escolares.” (D5)</p>
	- Motivação para trabalhar com alunos dos cursos profissionais.	<p>- “São cursos com grande potencial capazes de, em simultâneo, dotar os discentes de competências práticas, profissionais, e de competências académicas suscetíveis de permitir o prosseguimento de estudos.” (D1)</p> <p>- “São poucos os alunos que se envolvem plenamente nas atividades propostas.” (D2)</p> <p>- “utiliza-se muito tempo na chamada de atenção dos alunos para o cumprimento das regras de sala de aula. O saber-estar e o envolvimento destes alunos nas tarefas propostas constituem processos que provocam desgaste profissional.” (D3)</p> <p>- “exigência de adequar o ensino aos alunos que tão bem conheço.” (D4)</p> <p>- “são alunos que tem grandes necessidades de educação para a cidadania, por vezes com</p>

		<p>baixa auto estima e sem perspectivas de futuro, necessitando de um professor que lhes apresente um leque muito variado de experiências de vida e alternativas, num diálogo franco e aberto.” (D5)</p> <p>- “Nem sempre. A falta de motivação geral já é por si só um obstáculo, mas o pior é ainda a falta de educação que estes alunos apresentam.” (D6)</p>
	- Falta de formação para lecionar a cursos profissionais.	<p>- “A existência de formação específica seria facilitaria e enriqueceria.” (D1)</p> <p>- “Eu gostaria muito que houvesse formação nesse âmbito, para poder lidar convenientemente com algumas situações.” (D2)</p> <p>- “seria de extrema importância para o desenvolvimento profissional e um instrumento de combate ao desgaste profissional.” (D3)</p> <p>- “A existir formação teria que ser prática, tipo “workshop”, com um mínimo de teorias dos grandes pedagogos, que ensinam um geral que raras vezes serve para aplicar no real do dia a dia.” (D5)</p> <p>- “ação de formação realista e sempre com base na prática.” (D6)</p>
- Tipo de relação pedagógica e o clima de sala de aula.	- Relação aluno-professor e ambiente de sala de aula.	<p>- “as relações aluno-professor são boas, não obstante se verificar alguns casos de indisciplina que refletem um deficiente relacionamento nomeadamente em contexto de sala de aula. Tais casos ocorrem com mais frequência nos cursos profissionais (talvez devido a uma diferença de expectativa do aluno, na abordagem de conteúdos e competências práticas a que, nem sempre, correspondem os docentes).” (D1)</p> <p>- “a relação entre aluno-professor é boa.” (D2)</p> <p>- “Relativamente ao ambiente, tudo depende do tipo de aluno. Se a escola não lhe disser nada, normalmente tenta perturbar a aula e distrair os seus pares.” (D2)</p> <p>- “A relação já conheceu melhores dias. Há percepção de que as matérias estão desfasadas da realidade dos alunos, porque a sua curiosidade não foi exercitada.” (D3)</p> <p>- “As relações professor- aluno no agrupamento são bastante agradáveis, no</p>

		<p>entanto há casos pontuais de alunos que revelam dificuldades em saber estar em sala de aula, por exemplo. O mesmo se aplica ao ambiente em sala de aula.” (D4)</p> <p>- “Não vejo situações sistematicamente complicadas”; “Na sala de aula o ambiente, em geral, é de trabalho.” (D5)</p> <p>- “Por norma a relação entre professor e aluno é boa com um bom ambiente na sala de aula.” (D6)</p>
- Relação entre clima de sala de aula, indisciplina e abandono escolar.	- Relação pedagógica no ensino regular e profissional.	<p>- “Existem algumas diferenças significativas: nos cursos ditos regulares, os alunos têm, de modo geral, as suas expectativas centradas no acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, mais focalizados no processo ensino-aprendizagem de modo a obter a classificação que lhes permita a “entrada” no curso pretendido; são alunos mais motivados e responsáveis em contexto de sala de aula.” (D1)</p> <p>- “os alunos do ensino profissional não têm perspectivas de prosseguimento de estudos e, na maioria, vêm poucas saídas profissionais, encarando o curso como um meio de completar o seu percurso escolar; estes alunos exigem um maior esforço de motivação por parte dos docentes só tendo sucesso se o processo de ensino-aprendizagem for abordado na sua componente prático-profissional de modo a que o aluno reconheça e sinta a conclusão do curso como uma mais-valia para a sua vida futura.” (D1)</p> <p>- “Nos cursos profissionais a relação também é boa, contudo, há certos alunos que têm uma atitude, por vezes displicente, pois estes alunos pensam que estar nos cursos profissionais é igual a não fazer nada.” (D2)</p> <p>- “os alunos que ingressam nos cursos do ensino regular manifestam mais interesse pelo estudo e sabem cumprir mais adequadamente as regras da sala de aula.” (D3)</p> <p>- “Na minha experiência não vejo diferenças entre alunos dos dois cursos. As regras determinadas dentro de sala de aula, por mim, no âmbito do regulamento interno, são cumpridas por alunos independentemente do tipo de ensino.” (D4)</p> <p>- “nota-se uma tendência para que os alunos</p>

		<p>“respeitem” menos os docentes, no sentido de haver maior “familiaridade” na relação.” (D5)</p> <p>- “a relação entre professor e aluno vai melhorando ao longo do tempo. A aula é muitas vezes um lugar de conquista e derrota constante, até se conseguir um entendimento sobre as regras a cumprir. Isto resulta da total falta de interesse por todo o ambiente escolar e a falta de educação dos alunos.” (D6)</p>
	<p>- Problemas de comportamento e atuação dos professores.</p>	<p>- “Os alunos, de modo geral, só revelam problemas quando não se identificam com os conteúdos lecionados ou com a linguagem utilizada; então ficam desmotivados, desinteressados e daí resultarem comportamentos perturbadores e desconformes com as regras que devem ser observadas em sala de aula.” (D1)</p> <p>- “No sentido de evitar que tais situações ocorram, os docentes devem orientar os alunos na descoberta dos seus interesses próprios canalizando-os para os objetivos e adequando-os às competências que devem ser alcançadas com o curso em causa.” (D1)</p> <p>- “Quando o aluno se identifica com a linguagem utilizada, com o tipo de conhecimentos que são transmitidos e com as competências que lhe são exigidas, fica motivado e interessado não registando comportamentos perturbadores.” (D1)</p> <p>- “Alguns alunos revelam problemas de comportamento, principalmente para aqueles que não querem trabalhar.” (D2)</p> <p>- “Os professores agem de forma cooperativa e o diretor de turma promove a articulação necessária entre a escola e o encarregado de educação. Os conselhos de turma são os momentos por excelência para definir as estratégias mais adequadas à resolução dos problemas de comportamento.” (D3)</p> <p>- “A ausência de um aluno na sala de aula, era registada num documento para o efeito, entregue ao assistente operacional que por sua vez comunicava à diretora ou subdiretora que comunicava a situação imediatamente ao encarregado de educação. Por vezes era contactada a escola segura que ia a casa buscar os alunos. O efeito desta</p>

		<p>ação culminou com uma turma que sabe estar dentro de uma sala de aula.” (D4)</p> <p>- “Os problemas de comportamento são episódios e não me parece que sejam graves, no sentido de serem violentos. Depois de esgotadas todas as tentativas de resolução pelo bom senso (diálogo), os alunos são encaminhados para o GACE ou para a Direção.” (D5)</p> <p>- “Os professores atuam com uma grande dose de paciência, mas com firmeza, reforçando, sempre, o cumprimento das regras da sala de aula.” (D6)</p>
	<p>- Causas para os problemas de comportamento.</p>	<p>- “quando os padrões de comportamento, a linguagem, os saberes que são transmitidos pela escola não são considerados essenciais para ter sucesso na vida ativa ou quando os alunos (ou a família) não se reconhecem em tais valores ou com eles não se identifica, a escola deixa de ser valorizada e respeitada; conseqüentemente também não são respeitados os docentes registrando-se comportamentos perturbadores.” (D1)</p> <p>- “os alunos que têm esses comportamentos, são aqueles que não pretendem nada, que a escola não lhes diz absolutamente nada, que querem ter 18 anos, para poder sair da escola.” (D2)</p> <p>- “Falta de retaguarda parental; baixa autoestima; problemas familiares e sociais.” (D3)</p> <p>- “estar com o telemóvel na sala de aula; jogar computador na sala de aula como prêmio da tarefa que teve de realizar no âmbito da disciplina; sair mais cedo como prêmio de bom comportamento. O professor tem de ter muito cuidado com as regras constantes no regulamento interno e fazê-las cumprir. Há casos que também as famílias em nada ajudam a escola na gestão dos comportamentos. Ora, o agrupamento tem de saber que quando não pode contar com a família, tem de efetivar ele próprio o cumprimento das regras.” (D4)</p> <p>- “Família desestruturada, falta de autoridade familiar, maus exemplos na sociedade.” (D5)</p> <p>- “A falta de expectativas e a falta de educação resultantes de uma falta de acompanhamento escolar, por parte dos encarregados de educação.” (D6)</p>

	<p>- O comportamento e o abandono.</p>	<p>- “Normalmente tais comportamentos conduzem ao abandono: os alunos (e as famílias) perante uma oportunidade de trabalho, ainda que não, como ocorre normalmente, não qualificado, abandonam a escola e, conseqüentemente, o prosseguimento dos seus estudos.” (D1)</p> <p>- “Só a valorização da escola, o reconhecimento do seu papel na formação dos jovens e/ou a transmissão de conhecimentos e o desenvolvimento de competências que se venham revelar úteis no percurso futuro dos jovens permitirá um combate com sucesso ao abandono escolar.” (D1)</p> <p>- “esses comportamentos podem levar a situações de abandono escolar, pois quando o professor começa por lhe pedir trabalhos ou outras tarefas, a avaliação começa a ser negativa, tudo isso torna-se um constrangimento para o aluno, e vê o abandono escolar como única saída.” (D2)</p> <p>- “se a escola não os tratar como convém.” (D3)</p> <p>- “Se o aluno não apresenta um comportamento devido em sala de aula, não vai aprender a matéria e por conseguinte não vai fazer os módulos.” (D4)</p> <p>- “os professores como seres humanos que são, a certa altura não aguentam mais a desobediência e falta de regras dos alunos, mudando-os de escola ou mesmo expulsando-os diretamente.” (D5)</p>
	<p>- Medidas tomadas e implementadas pelo Conselho de Turma com vista à prevenção da indisciplina e a sua eficácia.</p>	<p>- “responsabilização dos jovens, e das respetivas famílias; diversificação de estratégias tendo em conta os seus interesses criando motivação para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem. Quando tais estratégias são aplicadas por todos os docentes do conselho revelam-se eficazes.” (D1)</p> <p>- “Ter em conta as regras da sala de aula. Os procedimentos delineados nas reuniões de conselho de turma. Nem sempre são eficazes, contudo também podem resultar.” (D2)</p> <p>- “Uniformizar procedimentos na sala de aula; definir estratégias de atuação baseadas</p>



		<p>no compromisso pedagógico; apresentação de atividades eminentemente práticas.” (D3)</p> <p>- “Define as regras a serem cumpridas por todos os professores e alunos.” (D4)</p> <p>- “Adoção de regras e medidas a implementar por todos na sala de aula, rigoroso cumprimento das regras de sala de aula, encaminhamento para a Psicóloga e CPCJ em última instância.” (D5)</p> <p>- “A mais utilizada é o diálogo com o aluno, seguido da intervenção junto do encarregado de educação e posterior encaminhamento para a Comissão de proteção de menores.” (D6)</p>
- Ações concretas implementadas pelo conselho de turma para combater problemas de assiduidade e o abandono escolar.	- Medidas tomadas pelo Conselho de Turma para prevenir problemas de assiduidade e o abandono escolar.	<p>- “para além da descoberta dos interesses do aluno (e da sua família), tem que ser efetuado um trabalho rigoroso de reeducar o aluno (e a família) demonstrando-lhe o valor acrescentado que lhe advém da escola.” (D1)</p> <p>- “O conselho de turma, no papel do diretor de turma e/ou diretor de curso, dialogam com o aluno e com o encarregado de educação. Adotam estratégias práticas que vão ao encontro das necessidades dos alunos.” (D2)</p> <p>- “Envolvimento em visitas de estudo; trabalhos de caráter prático; apoio do serviço de psicologia e orientação; implementação de oficinas de estudo.” (D3)</p> <p>- “comunicação imediata aos encarregados de educação; ir buscar os alunos que estão fora da sala de aula, no recreio ou nas imediações da escola; comunicar a situação de ausência do aluno à escola segura para atuar imediatamente; serem responsabilizados pelos diretor de turma/ de curso/ diretora; realização de plano individual de acompanhamento do aluno.” (D4)</p> <p>- “Comunicação telefónica imediata ao Encarregado de Educação e por carta. À Direção e à CPCJ, por fim.” (D5)</p> <p>- “Diálogo com o aluno, informação ao encarregado de educação e encaminhamento, para a Psicóloga ou para comissão de proteção de crianças e jovens.” (D6)</p>
	- Razões para o abandono escolar.	- “Os alunos não sentem necessidade da formação que a escola lhes dá nem vêm reconhecida pela sociedade tal formação. Os alunos pretendem deixar a escola por terem

		<p>completado os dezoito anos e desejarem ir trabalhar para o estrangeiro; ou registam elevado número de faltas.” (D1)</p> <p>- “A idade e a possibilidade de trabalho no estrangeiro.” (D2)</p> <p>- “A necessidade de entrar o mais cedo possível no mercado de trabalho, procurando a autonomia financeira.” (D3)</p> <p>- “deve-se essencialmente às dificuldades acumuladas que provocam um fosso enorme entre o seu ritmo e o ritmo de acompanhamento das matérias por parte da maioria dos alunos da turma.” (D4)</p> <p>- “Total desinteresse pela escola. Família desestruturada que muitas vezes desincentiva à frequência. Necessidade de rendimentos extra. Familiares emigrados à procura de emprego para o aluno. Elevado número de faltas. Solicitações de colegas no exterior.” (D5)</p>
	<p>- Estratégias de atuação para os alunos em risco de abandono. Quem?</p>	<p>- “Delineação de estratégias de atuação para os alunos em risco: responsabilização, motivação, utilização de métodos pedagógicos essencialmente práticos indo ao encontro dos interesses e vivências dos alunos; registo diário das faltas com comunicação ao diretor de turma e ao órgão de gestão para, em colaboração com outras entidades, nomeadamente os agentes da Escola Segura e os elementos da CPCJ (quando os alunos registam características que motivam tal intervenção) e, de imediato, aos respetivos EE, procurando saber, na hora, onde se encontra o aluno e indo mesmo ao seu encontro. Estas medidas têm-se revelado eficazes quando contam com a colaboração dos EE (o que nem sempre se verifica).” (D1)</p> <p>- “Incentivo à conclusão do curso, com metodologias de avaliação diversificadas através dos docentes do conselho de turma, da CPCJ, nos casos mais graves. Quando há a intervenção da CPCJ, os alunos têm mais receio e por vezes melhoram o comportamento.” (D2)</p> <p>- “serviço de psicologia.” (D3)</p> <p>- “A realização do plano de acompanhamento individual; a necessidade das situações serem imediatamente</p>

		<p>comunicadas; a adequação das tarefas a realizar na turma.” (D4)</p> <p>- “Sensibilização do aluno e pais para a importância da Escola no seu futuro. Acompanhamento pela Psicóloga. Aplicação de atividades que vão ao encontro das suas preferências. Mudança de Turma. Mudança de Escola. Eficácia pouca ou alguma.” (D5)</p> <p>- “Além do diálogo com o aluno e encarregado de educação, tutorias, encaminhamento para a Psicóloga ou comissão de proteção.” (D6)</p>
	<p>- Ações em sala de aula para prevenir situações de abandono.</p>	<p>- “canalizar o interesse do discente para as atividades escolares. Quando o aluno tem interesse na atividade que é proposta, na descoberta dos saberes que precisa adquirir, é ele o primeiro a promover a própria atividade, a interessar-se, a quer ir mais além. Quando isso acontece, o aluno não falta, bem pelo contrário, tem gosto em frequentar as aulas, em estar atento, motivado; quando o aluno (e a família) se identifica com o papel da escola, não ocorre abandono. E esse papel começa no contexto de sala de aula. Normalmente o ensino prático, com utilização de materiais diversificados, abordando conhecimentos e competências de ordem prática motiva os alunos envolvendo-os no processo ensino-aprendizagem.” (D1)</p> <p>- “Adequação à avaliação e realização de tarefas práticas com significado útil para o aluno.” (D2)</p> <p>- “Treinar a abordagem tática e estratégica relativamente aos alunos que não querem aprender; interação entre todos os docentes; diretor de turma demais agentes educativos, porque” prever é prevalecer.”” (D3)</p> <p>- “Realização de trabalho em grupo constituído por alunos com ritmos de aprendizagem diferentes.” (D4)</p> <p>- “Explicações variadas – escolaridade e carta de condução; habilitações literárias e emprego. Desenvolvimento de capacidades de concentração, raciocínio, memorização, físicas, emocionais, intelectuais, sociais, culturais). Formação de um cidadão assertivo.” (D5)</p> <p>- “Dar mais atenção ao aluno, elogiar o aluno nas suas prestações na sala de aula, atribuir tarefas de responsabilidade que possam contribuir para a melhoria da sua</p>

		auto estima, colocar o aluno junto de alunos que possam ajudar na realização dos trabalhos dentro da sala de aula.” (D6)
- Reflexão sobre os objetivos da investigação.		<p>- “O estudo o fenómeno “abandono escolar” não é recente. Todavia só o conhecimento aprofundado das razões que conduzem à sua ocorrência poderão dar um contributo para a sua diminuição ou, mesmo, para a desejada irradicação.” (D1)</p> <p>- “adequados e focam aspetos essenciais e importantes.” (D2)</p> <p>- “permitem refletir sobre as perceções e as tomadas de decisão do professor contextualizadas.” (D3)</p> <p>- “faz sentido para o caso particular do ensino profissional, uma vez que há ainda situações de ensino que se mantêm independentemente do curso ser regular ou profissional, uma vez que estes cursos têm objetivos distintos.” (D4)</p> <p>- “são altruístas, porque pretendem contribuir para resolver um problema insolúvel, enquanto houver fome, miséria, corrupção, injustiça social e conflitos sociais, étnicos, etc.” (D5)</p>